

Faculdade de Serviço Social

Ano XVII N<sup>os</sup> 32/33  
Campinas 2008



**CADERNOS DE  
SERVIÇO SOCIAL**

# **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

## **GRÃO-CHANCELER**

Dom Bruno Gamberini

## **MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Pe. Wilson Denadai

## **VICE-REITORA**

Prof<sup>ª</sup> Angela de Mendonça Engelbrecht

## **PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

Prof. Germano Rigacci Júnior

## **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Prof<sup>ª</sup> Vera Engler Cury

## **PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

## **PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

## **DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Prof<sup>ª</sup> Vera Lúcia de Carvalho Machado

## **DIRETORA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

Prof<sup>ª</sup> Vânia Maria Caio

## **COORDENADORA DO CONSELHO EDITORIAL**

Prof<sup>ª</sup> Sandra Corrêa Forster Joanini

## **MEMBROS DO CONSELHO EDITORIAL**

Prof<sup>ª</sup> Jeanete Liasch Martins de Sá PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Maria Carmen Teixeira Fernandes PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Maria de Fátima Campos França UNICAMP

Prof<sup>ª</sup> Mathilde Andery Burlamaqui da Silva PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Mirian Faury PUC-Campinas

Prof<sup>ª</sup> Patrícia Vieira Trópia Universidade Federal de Uberlândia

**Centro de Ciências Sociais Aplicadas**  
**Faculdade de Serviço Social**

**CADERNOS DE**  
**SERVIÇO SOCIAL**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

Cadernos de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas . Faculdade de Serviço Social.  
Campinas, SP, Ano I n.1 (1991) -

Ano XVII n.32/33 jan./dez. 2008

Semestral

Resumo em Português

ISSN 1415-1650

1. Serviço social – Periódicos. 2. Assistência social – Periódicos.  
I. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais  
Aplicadas. Faculdade de Serviço Social.

CDD 360

# ÍNDICE

Editorial .....	5
A Categoria Trabalho na Sociedade Capitalista .....	7
Catia Segabinazzi	
Análise da Proposta de Qualificação para o Mundo do Trabalho no Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM .....	27
Paula Regina Lima de Moraes	
Pollyana Fausta Pimentel de Medeiros	
Trabalho com a população em situação de rua: a experiência de Campinas com oficinas de geração de renda e bolsa incentivo auxílio-moradia .....	41
Alice Timako Yoshioka Yano	
Cátia Rose Gonçalves da Silva	
Inês de Jesus Rodrigues Cussolim	
Leniter Venância dos Anjos Sertório	
Maria Valéria Scatolini Hernandez	
Marilda Gonçalves Paim	
Mônica de Aguiar Martorano	
Dever cumprido, e agora? .....	57
Cátia Segabinazzi	
Ivani Brys	
Assistência Social: uma Política Social em Construção .....	75
Aline Néri Nobre	
Rutinéia Alves Ferreira	
Homossexualidades e Políticas Públicas em Tempos de Neoliberalismo: Retratos do Movimento LGBTQTT no Brasil do Governo Lula .....	97
Bruna Andrade Irineu	
Josiley Carrijo Rafael	



## EDITORIAL

A coletânea de artigos publicados nesta Revista instiga reflexões sobre a categoria Trabalho, o enfoque do trabalho com a juventude, a população em situação de rua e programas de preparação para a aposentadoria.

Também enriquece o conteúdo a inclusão da temática Assistência Social e considerações sobre o movimento Homossexualismo no Brasil.

Especificamente, o primeiro artigo aborda as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no mundo do trabalho e suas novas configurações na sociedade contemporânea.

Na seqüência, o tema Políticas Públicas voltadas para a juventude trata com muita relevância a questão da qualificação do jovem para o mundo do trabalho preparando-os para sua inserção social e profissional em uma sociedade extremamente competitiva.

O terceiro tema analisa os resultados da experiência ligada ao trabalho com a população em situação de rua na cidade de Campinas.

Em seguida a categoria Trabalho é tratada do ponto de vista dos programas de preparação para a aposentadoria e suas implicações na sociedade capitalista.

A Assistência Social, enquanto Política Pública é abordada no próximo artigo através da perspectiva das próprias famílias usuárias dessa política social.

Por último o tema Homossexualismo e Políticas Públicas busca refletir sobre a trajetória do movimento nos últimos trinta anos.

Prof<sup>a</sup>. Sandra Corrêa Forster Joanini  
Coordenadora do Conselho Editorial



## A Categoria Trabalho na Sociedade Capitalista

### *The Category Work in the Capitalist Society*

Catia SEGABINAZZI<sup>1</sup>

#### RESUMO

A partir da década de 70 entramos em um mal estar na civilização, a reestruturação produtiva. O capitalismo, ao invés de ser produtor de riquezas, vai ser seu destruidor, para poder construir outras riquezas. O desenvolvimento volta-se para o consumo e não mais para a produção. Haverá o predomínio generalizado de uma visão racional da vida, isto é, de uma visão racional estritamente econômica, instrumental. Este artigo tem como objetivo contribuir para a reflexão acerca da categoria trabalho e das transformações ocorridas no mundo do trabalho na sociedade capitalista, em virtude das novas configurações do capital, o qual vem criando novas formas de sobrevivência, tal como a chamada reestruturação produtiva. Inicia-se com uma reflexão em torno da categoria trabalho e suas formas de alienação na sociedade capitalista e, no segundo momento, pretende-se fazer uma discussão acerca das novas configurações do trabalho na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** trabalho, sociedade capitalista, reestruturação produtiva, contemporaneidade.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Socióloga, Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRGS, Mestre em Serviço Social pela PUCRS. E-mail: [css@trf4.gov.br](mailto:css@trf4.gov.br).

## ABSTRACT

*We entered into a moral indisposition in society from the seventies on: productive restructuring. Capitalism will be its destruction agent to build up other wealthies instead of being a wealth production agent. Development turns out to consumption not to production anymore. There is the general power of life reasonable vision strictly economics and instrumental. This article aims at contributing for the consideration about working category and changes occurred in capitalist society work world, in view of the new ways of survival, such as the so-called productive restructuring. It has begun by reflecting around the work category and its ways of alienation in capitalist society, and, in a second moment, one intends to make a discussion about work new configurations in contemporaneity.*

**Keywords:** *work, capitalist society, productive restructuring, contemporaneity.*

## REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O MUNDO DO TRABALHO

A produtividade e a eficiência organizacionais como meta essencial à sobrevivência das empresas têm originado conseqüências nefastas ao bem-estar dos trabalhadores. A organização mostra-se, muitas vezes, como um local propício ao sofrimento, à violência física e psicológica, ao tédio e, mesmo, ao desespero, não apenas nos escalões inferiores, mas também nos níveis intermediários e superiores. Os trabalhadores são vistos como meros recursos, cujo rendimento deve ser satisfatório, do mesmo modo que os equipamentos, as ferramentas e a matéria-prima (MAZZILLI, 1995).

A racionalização subjacente aos processos de reestruturação e modernização empresarial implica a redução e a flexibilização do emprego, como também a grande heterogeneidade das situações de trabalho e o aumento da força de trabalho flexível e periférica. Segundo Kovács (2002), a falta de perspectivas e de confiança no futuro, o aumento do sentimento de insegurança, a inquietação e a angústia são características que marcam, cada vez mais, o ambiente social contemporâneo. E, paradoxalmente, nesse ambiente, multiplicam-se os

apelos cada vez mais exigentes que visam ao dinamismo pessoal e à responsabilização individual.

Conforme refere Paul Singer (1999), o mundo do trabalho, nas economias capitalistas democráticas, estruturou-se como um sistema de relações em que prevalece o trabalho assalariado formal, a relação de emprego padrão, onde está assegurado ao trabalhador, juntamente com o emprego, uma rede de seguros conquistados pelo movimento operário durante décadas. A crise no mundo do trabalho é exatamente a destruição dessa estruturação e, sobretudo, da relação padrão de emprego, o que tem sido chamado de processo de precarização do trabalho.

Enriquez (1999) faz uma distinção entre o capitalismo de até a década de 70 do século XX e aquele que se vive até hoje. No primeiro período citado, o trabalhador chegou (na metade do século passado por exemplo) a se tornar uma figura central. Desenvolveram-se os direitos sociais, o pleno emprego, o movimento das "relações humanas", que leva em conta o fator humano e as motivações dos trabalhadores. O capitalismo humanizava-se progressivamente, o que levou, segundo o autor, alguns pensadores a dizerem que a luta de classes estaria desaparecendo. Desde 1970, entretanto, a tendência inverteu-se, e o mal-estar da civilização tornou-se visível.

O economista austríaco Joseph Schumpeter caracterizou o capitalismo como um movimento de destruição criadora. Este movimento vai se intensificar, isto é, o capitalismo, ao invés de ser produtor de riqueza, vai se tornar, cada vez mais rapidamente, seu destruidor, para poder construir outras riquezas. A ordem é: vamos construir para destruir e vamos destruir para construir. [...] De maneira bem clara, o capitalismo está a ponto de fazer ruir ou de implodir as antigas sociedades industriais nas quais vivemos, as sociedades fundadas ao mesmo tempo sobre a produção de mercadorias sobre o dinamismo dos empreendedores e sobre a resistência operária, isto é, a luta de classes da qual vou falar oportunamente. Então, o que vai aparecer, concretamente, é o predomínio generalizado de uma visão racional da vida, isto é, de uma visão racional estritamente econômica, instrumental. Dito de outra maneira: vivemos numa visão da lógica técnica e, por isso, tudo o que seria a

lógica prática, que permite estabelecer laços entre os seres humanos, tudo o que está ligado às lógicas emancipatórias, permitindo reduzir o sofrimento dos que mais padecem, isto está sendo progressivamente abandonado (ENRIQUEZ, 1999, p. 73-74). \*

Nesse contexto, refere Dedecca (2000), o trabalhador que consegue manter o posto está permanentemente com o revólver do desemprego na cabeça. As empresas, diante da ameaça constante do desemprego, têm um poder imenso de pressão sobre os trabalhadores. Estes forçam os sindicatos a firmarem acordos no âmbito das empresas, rompendo com o padrão de organização setorial e nacional que prevalecia anteriormente. Nesses acordos, as empresas pressionam para que sejam flexibilizadas as funções do trabalho pela polivalência, a jornada de trabalho pelo banco de horas e a remuneração pela participação nos lucros. O significado disso é a ampliação da utilização privada das relações de trabalho em detrimento da esfera pública, dos sindicatos e da política pública do Estado.

Por trás dessa lógica técnica, argumenta Enriquez (1999), está acontecendo um fenômeno em todos os países do mundo, qual seja, cada vez mais se fala de emprego e não de trabalho. Isso remete à noção de tarefa a ser feita com um salário fixo. "Vemos, então, que a noção do trabalho libertador está se partindo em pedaços" (ENRIQUEZ, 1999, p. 75).

Dedecca (2000) refere que, no caso brasileiro, nos anos 80, ocorreu uma situação de impasse. Ao mesmo tempo em que se avançava na questão política, havia pouco avanço na regulação formal das relações de trabalho. As reformas estruturais no mundo do trabalho estavam escritas na Constituição de 1988, que amarrava questões novas a questões antigas, não resolvidas. E, mais do que isso, um ano depois de promulgada a Constituição, ocorreu a primeira eleição presidencial do País após o período militar. Foi uma eleição que definiu o rumo do enquadramento do Brasil às tendências internacionais, a uma economia mais aberta, mais financeirizada e que não priorizava o emprego e as questões sociais. Ainda nessa linha, Singer (1999) destaca que o início da crise no mundo do trabalho, no Brasil se deu praticamente a partir da abertura do mercado interno, promovida pelo Governo Collor, em 1990,

quando características de mudanças que existiam no cenário internacional chegaram ao Brasil num sistema de relações de trabalho profundamente flexibilizado.

A implantação do modelo neoliberal no País, no início dos anos 90, gerou profundas mudanças na sua estrutura produtiva. As grandes empresas adotaram, em função da alta competitividade, novas estratégias produtivas. Estas se caracterizavam pela introdução de estratégias sistêmicas, inovações articuladas entre si, esforços integrados, racionalização da produção, novos investimentos produtivos, novas linhas de montagem, novas plantas industriais e novos métodos de gerenciamento e organização (células de trabalho). Todas essas inovações/mudanças geraram reflexos no processo de trabalho dentro da empresa, criando um novo perfil operário, além da flexibilidade no trabalho. Em decorrência da enorme onda de aquisições e fusões, de centralização e concentração do capital, houve um declínio persistente dos postos de trabalho. Além disso, o novo complexo de reestruturação produtiva, com suas determinações estruturais e com a integração do País à mundialização do capital pela abertura da economia, atinge a subjetividade da classe, gerando crise nas estratégias sindicais e contribuindo para uma grande crise do sindicalismo no Brasil, que passou para o predomínio de um defensivismo neocorporativo. A partir daí, houve um avanço do desemprego e da precarização do trabalho (ALVES, 2000).

Nos primeiros anos da década de 90, pelas condições adversas da economia brasileira, as indústrias adotaram estratégias de racionalização de custos, que implicaram redução da jornada de trabalho, de salários ou simplesmente demissões. O novo ciclo que se seguiu com o Governo de FHC foi um período de crescimento do capitalismo no Brasil, impulsionado pelo Plano Real, com estabilização da moeda, abertura comercial e reforma do Estado, porém muito sensível às oscilações da economia capitalista mundial (ALVES, 2000). A grande novidade era o toyotismo. Enquanto o fordismo primava pela separação rígida entre concepção e execução, as práticas toyotistas entendem a essencialidade de integração entre essas duas instâncias - o pensar e o agir. Assim, tão prioritário quanto a criação de um equipamento é também o envolvimento adequado da força de trabalho com o processo de acumulação de capital em si. O toyotismo tem como pressuposto o modelo japonês de gerenciamento de produção, objetivando o aumento de lucros com a diminuição de custos.

Vê-se todo o processo produtivo incrementando tecnologicamente os setores, buscando diminuir o valor dos salários e usando os mais diversos expedientes para alcançar a precarização do trabalho, que recebe o nome de “flexibilização”.

Referindo-se a esse momento hegemônico do capitalismo financeiro e a seus reflexos no trabalho, Souza (2000) descreve o processo atual, salientando alguns pontos:

1º) o capitalismo hoje está num paradigma tecnológico dominado pela mecatrônica [...] o que permite uma liberação significativa da mão-de-obra de processo produtivo. Isto quer dizer: cada vez mais o trabalho vivo está sendo substituído pelo trabalho morto [...];

2º) está havendo uma diminuição crescente dos postos de trabalho na produção e um deslocamento notório da força de trabalho para o setor serviços. Só que a introdução de tecnologias nesta área provocam uma oferta decrescente de emprego;

3º) a tentativa constante de diminuir a folha de pagamento de setor público, seja por privatizações de empresas estatais, seja por privatizações das receitas públicas, tem como tendência a eliminação da máxima: “na crise, o Estado é empregador” (SOUZA, 2000, p. 241).

Há uma concentração de esforços para desqualificar o trabalho, incluindo a desqualificação do trabalho artístico, criativo, na lógica de ir contra valores não capitalistas, como as categorias “revolução”, “história”, “conceito”, “trabalho”, “cultura”, etc. O resultado é uma sociedade que valoriza os bens, as mercadorias e que, ao mesmo tempo, desqualifica o trabalho, dispensa a mão-de-obra e transforma o futuro não em presente, mas em agora, em instante (SOUZA, 2000).

A exigência é qualidade e produtividade, para tanto, novas formas e novos métodos de produção foram criados, bem como novas tecnologias. Mais uma vez, as repercussões no trabalho foram grandes: novos tipos de controle do trabalho, capazes de instaurar uma nova hegemonia do capital na produção; a busca do consentimento operário; a captura da subjetividade operária; a participação operária direta em decisões operativas do processo de produção; a recomposição da divisão do trabalho.

O trabalhador passou a ser instigado a se autocontrolar, auto-recriminar e autopunir pelo fracasso do trabalho, para que a produção atinja a meta desejada ou para que atinja a chamada *qualidade total*, a qual é descrita por Antunes (2002, p. 113) como “[...] falácia mistificadora do capital, típica da fase da superfluidade, do caráter involucral e descartável das mercadorias, com suas marcas e signos, que faz com que, quanto mais ‘qualidade total’ os produtos tenham, *menor seja o seu tempo de vida útil*”.

O mundo do trabalho encontra-se acometido de mutações profundas, que fecham as perspectivas e abrem vias incertas, em consequência dos processos de tecnologização e de globalização do mundo da produção industrial, havendo a *flexibilização das relações da produção* e uma maior exigência pela *participação do empregado no processo produtivo*. No fordismo, exigiam-se empregados especializados, cumpridores de normas e procedimentos; hoje, há uma demanda por sujeitos pensantes, com escolaridade e criativos para enfrentar o inesperado, já que, cada vez mais, não pode controlar todas as variáveis do resultado do processo de produção. Essa *destruição criadora* é própria do atual desenvolvimento do capital e tem como consequência a sua revigoração constante. Não se pode esquecer que são intrínsecos ao modelo o desemprego e o sucateamento da mão-de-obra (RICO, 1998).

O crescimento da automação, o *downsizing* das empresas, as megafusões a custos bilionários, a redução do Estado a Estado mínimo, acarretando o enxugamento no setor de serviços públicos, conduziram a um desemprego em massa e a reconfigurações importantes na estrutura do emprego. Esse contexto neoliberal que ressuscita o liberalismo econômico faz do Estado um Estado diminuto, enxuto para enfrentar os dilemas da questão social posta.

Os setores de ponta da economia são submetidos à reestruturação produtiva, convivem com padrões diferenciados de produção e provocam radicais alterações no consumo da força de trabalho e nas formas de sua gestão, como adequação à *especialização* ou *acumulação flexível*. O mundo internacionalizado pelo capital concentra poder e globaliza miséria, redimensionando a produção da questão social e radicalizando-a. O crescimento do desemprego e do subemprego torna-se fenômeno mundial. É nesse contexto que o mercado aparece como o eixo regulador da vida social, tornando estrutural a privatização das empresas e dos serviços (NETTO, 2000).

Tais turbulências criam um clima de insegurança, com a explosão dos empregos de estatuto precário, o desenvolvimento dos subempregos e a desestabilização dos empregos estáveis, a insegurança, a angústia, a aflição, a degradação da saúde, que acompanha a desilusão e o sentimento de impotência, bem como a exclusão social resultante.

Há quem qualifique tal situação de sul-africanização da sociedade, da qual os principais sinais são: desigualdades crescentes, com rendas estagnadas e em regressão; erosão da classe média; número elevado de crianças que crescem na pobreza; aumento do trabalho infantil, mesmo nos países industrializados (como a Inglaterra); patologias sociais, sobretudo na categoria de desempregados de longa duração; aumento formidável da criminalidade, notadamente do crime organizado, com prisões superpopulosas; marginalização e exclusão de grandes camadas da população, por meio da formação de guetos; insegurança no emprego; enfraquecimento dos sindicatos; numerosos desabrigados, que compõem a população de todas as grandes cidades; a violência velada que se instala no tecido social (KAUFMANN, 2002, p. 43).

Era de se prever que as mudanças no mundo do trabalho conduzissem a alterações na concepção da relação entre trabalho e emprego, assim como entre emprego e salário. Nesse sentido, no que concerne à organização no processo de produção e à organização do trabalho, os trabalhadores não são, via de regra, consultados. A natureza do trabalho é imposta do exterior, não se atendo à autonomia dos seus executores.

Ainda nessa lógica, estabelece-se uma ética de serviço, onde as relações humanas não encontram espaço e não há chance para a formação da consciência política.

Tal ética é isolada dos verdadeiros desafios do mundo do trabalho, bem como é isolada da vida privada e pública dos indivíduos, isolada da própria cultura técnica. Trata-se de uma ética que exige a submissão não-crítica aos imperativos técnicos. Não se pode pensar que tal universo de trabalho possa nutrir ética de emancipação (KAUFMANN, 2002, p. 41).

## A CATEGORIA TRABALHO

Depois de Fourier, é em Marx, seu herdeiro como de Hegel e Adam Smith, que se encontra a análise detalhada do significado concreto do trabalho na sociedade capitalista. Para ele, o homem é o que ele faz, sua essência encontra-se no trabalho. Além da crítica ao trabalho alienado na sociedade capitalista, Marx busca em Hegel a base antropológica para mostrar que o trabalho faz a mediação entre o homem e a natureza, é a expressão da vida humana. Através dele, o homem transforma a si mesmo, pois, atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, o homem modifica a sua própria natureza.

Para Marx, o trabalho humano é distinto do mero labor animal. O homem, antes de realizar o trabalho, já o constrói na sua mente, o antecipa. Entretanto isso que diferencia o trabalho humano do animal, o projeto e a visão antecipada do produto, não está sendo possível na produção industrial, mecanizada e em série.

Por outro lado, Marx discorda de Fourier, pois, para ele, o trabalho pertence ao reino da necessidade. A liberdade deve ser conquistada fora do trabalho, nas horas restantes, no tempo livre, no lazer, no descanso.

O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independentemente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1996, p. 303).

Essa luta tem acompanhado a sociedade do século XX. Ainda hoje, pode-se defrontar com a ideologia do trabalho e seus adeptos na sociedade burguesa. No século XIX, tratava-se de incentivar os indivíduos ao máximo esforço, que devia resultar em máxima riqueza e máximo lucro. Talvez, hoje, essa seqüência esteja mudada. Não se trata mais de máximo esforço. Atualmente, acostumou-se a usar das facilidades da automação e deve-se acomodar a ética às sofisticções da técnica. Hoje, trata-se de buscar a máxima eficiência com o menor esforço, mas conserva-se a finalidade da expansão da riqueza e do máximo lucro no capitalismo (ALBORNOZ, 2002).

Vê-se o desencanto com o trabalho padronizado e em série e, ao mesmo tempo, o desejo de um trabalho compatível com o talento e o gosto pessoal. Ainda segundo Albornoz:

Para a maioria dos empregados, o trabalho tem um certo caráter desagradável. Se, entre os operários e empregados assalariados, há muito pouco da motivação religiosa de que falava Max Weber, certamente o entusiasmo dos humanistas da Renascença também não se encontra entre os funcionários das companhias de seguros, os carregadores, as balconistas das cidades contemporâneas. Se o vendedor de sapatos ou o executivo de uma indústria têxtil quase não pensam no significado religioso do trabalho, também poucas telefonistas, recepcionistas ou mesmo professoras experimentam a tranquilidade interior de que falam os humanistas. A alegria com o trabalho criador é cada vez mais restrita a uma pequena minoria. Para as massas dos empregados de escritórios e para os operários, o trabalho não é um meio de servir a Deus, nem a qualquer coisa de divino que possam sentir em si mesmo. Neles não há nenhuma vontade obstinada de trabalhar, e sua rotina cotidiana traz poucas satisfações positivas (ALBORNOZ, 2002, p. 73).

Em *A Ideologia da Sociedade Industrial*, Herbert Marcuse, filósofo alemão radicado nos EUA, diz que o trabalho não seria apenas alienado no mundo de hoje, mas alienante. A servidão ao trabalho sem sentido serve para castrar os indivíduos como seres políticos e pensantes, manter as massas ocupadas e obedientes, abafar os protestos e, assim, manter a inércia de um sistema que se auto-reproduz quase insensivelmente.

O capitalismo monopolista da segunda metade do século XX invadiu o Terceiro Mundo. O colonialismo cedeu lugar ao imperialismo econômico. Houve uma separação entre os lugares de trabalho e de moradia. Mas essa não é a única separação que caracteriza o trabalho atual. Na linha de montagem, separaram-se as partes do processo de produção de um objeto, de projeto. Diz-se que o trabalho é alienado do trabalhador, porque o produtor não detém, não possui e nem domina os meios de produção. Por outro lado, produtor e produto estão separados, e ainda, como uma terceira alienação, há um corte entre produtor e consumidor. Essa alienação objetiva do homem do produto e do processo

de seu trabalho é uma consequência da organização legal do capitalismo moderno e dessa divisão social do trabalho.

Tendo a produção capitalista como diferença fundamental a compra e a venda da força de trabalho, fazem-se necessárias três condições básicas:

- a) os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros;
- b) os trabalhadores estão livres de constringências legais, tais como servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho;
- c) o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está, assim, atuando como um capitalista.

O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo, que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador (BRAVERMAN, 1981).

Na análise que fez da organização capitalista do trabalho, Marx (1996) examinou detalhadamente a sua divisão na manufatura e na fábrica e a sua importância na dinâmica capitalista. Para o autor, a divisão do trabalho dentro da manufatura está condicionada pelo avanço da divisão do trabalho na sociedade, pressupondo seu aumento e sua densidade. Originalmente, cada comunidade teria provido sua subsistência utilizando os recursos naturais disponíveis no seu entorno. Na medida em que comunidades antes isoladas e independentes entre si passaram a estabelecer relações de troca, as distintas órbitas de trabalho foram relacionadas, constituindo, cada uma delas, um ramo da produção global da sociedade, intensificando o âmbito da divisão espacial do trabalho.

Segundo Marx (1996), a base de todo regime de divisão do trabalho um pouco desenvolvido e condicionado pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo, o que pressupõe a criação de um excedente capaz de manter parte da sociedade desvinculada da produção de meios de subsistência (a cidade), possibilitando também a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, apartando as atividades de produção dos meios de subsistência e de troca das atividades relativas à superestrutura ideológica, de legitimação

dos mecanismos de dominação e exploração. Nesse processo, está a origem da propriedade e da diferenciação da sociedade em classes, que assumem formas históricas distintas, na medida em que a divisão do trabalho se desenvolve.

O advento da sociedade capitalista intensificou a divisão social do trabalho. A produção de mercadorias realizada em empresas gradativamente passou a ocupar o espaço da produção doméstica de valores de uso, e surgiram novos ramos produtivos, continuamente especializados e diversificados.

A divisão técnica do trabalho, iniciada na fase da manufatura capitalista, aprofundou, na produção, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, também referido como trabalho de execução e trabalho de concepção, passando a ser atribuição do empresário ou de seus agentes a concepção do produto e a organização do processo de trabalho, cabendo aos produtores diretos efetuarem os procedimentos de trabalho, tais como prescritos pelos seus programadores. Essa dimensão da divisão do trabalho comporta também a fragmentação do conjunto de operações e processos necessários para a produção de um produto em operações parciais, especializadas e simplificadas, cada uma delas executada por um trabalhador. Este tende, pela repetição, ao desenvolvimento máximo da habilidade parcial requerida para aquela execução. Ao parcelamento - simplificação e especialização das tarefas na manufatura - corresponde uma multiplicação e uma especialização dos instrumentos de trabalho, fator decisivo na concepção e na fabricação das máquinas (MARX, 1996).

Para Marx, a divisão técnica do trabalho incrementa a produtividade (anteriormente louvada por Adam Smith) a favor do capital e fragmenta o trabalhador, impedindo o desenvolvimento integral de suas potencialidades, bem como intensifica o ritmo de trabalho, rebaixa o valor da força de trabalho e reduz a capacidade de os trabalhadores negociarem a seu favor as condições de troca e o uso de suas habilidades de trabalho.

Para uma corrente que faz a crítica da divisão capitalista do trabalho, onde se inclui Harry Braverman (1981), a intensificação desse processo tem levado a uma crescente degradação do trabalho e a um maior controle e uma exploração do capital sobre o trabalho.

Braverman (1981) faz uma distinção entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na oficina. Segundo ele, enquanto a

primeira divide a sociedade entre ocupações e é característica de todas as sociedades conhecidas, a segunda é produto peculiar da sociedade capitalista e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção.

Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade (BRAVERMAN, 1981, p. 72).

Isso explica a singularidade da pessoa do artesão, que compõe seu trabalho ao longo de todo o processo. Ao conceber, fabricar e vender o seu produto, este tem a marca de sua personalidade, e, por estar à margem da vida econômica formal, o artesão tem o privilégio do resguardo da sensibilidade na sua relação com o mundo. Já um operário de linha de montagem participa de modo impessoal de uma fração do processo de produção. Seu trabalho é desprovido de significação pessoal e até de concretude. Ele não se reconhece no produto final.

Isso é tanto mais certo tendo em vista que os aspectos técnicos dos processos de trabalho são agora dominados pelos aspectos sociais que o capitalista introduziu: isto é, as novas relações de produção. Tendo sido obrigados a vender sua força de trabalho a outro, os trabalhadores também entregam seu interesse no trabalho, que foi agora "alienado" (BRAVERMAN, 1981, p. 59)

Tem-se que, se o trabalho humano é garantia de sobrevivência - e até serviu para transformar o macaco em homem, como quer Engels (1982) - e, por conta dessa sobrevivência, a personalidade se anula, e o homem é coisificado como força de trabalho ou custo de produção, a economia capitalista, modificando o humano, modifica também a história da vida social.

Por meio do processo de reificação, as diferenças individuais atenuam-se a ponto de se reconhecerem perfis como o do metalúrgico, da empregada doméstica, do bancário, etc., quando, então, as próprias relações sociais e o psiquismo dos indivíduos são também reificados.

O que vai estabelecer a diversidade das personalidades é o *status* econômico do indivíduo, fato este que alcança até o Direito, quando estabelece uma igualdade abstrata, já que, numa sociedade capitalista, os homens não são iguais. “Todos são iguais perante a Lei” é um belo princípio, mas carece de veracidade prática, pois pressupõe que todos têm os mesmos direitos.

No capitalismo, o mundo é reificado, e, como conseqüência, o “homem-no-mundo” (DUMONT, 1985) torna-se coisa, como modo de inserção. Como tentativa desesperada de não perder sua humanidade, divide-se, esquizofreniza-se entre as instâncias da vida social e privada. Sua unidade sofre a ruptura entre sujeito e objeto, matéria e espírito, e toma essa dicotomia como natural à vida humana. Desse modo, as coisas agem, e o tempo humano desaparece, transformando a “pessoa” em simples espectador.

O trabalho visto em alusão a uma transformação que se opera nos homens desde a fonte até a representação do objeto abrange bem mais do que o conceito dado no âmbito da economia.

Além de referir-se às transformações materiais provocadas pela atividade deliberada dos homens com a finalidade de adaptar a natureza às suas necessidades, ele passa, por extensão, a aludir às transformações que, em todas as ordens, caracterizam os fenômenos que dependem de uma certa intencionalidade humana (JERUSALINSKY, 2000, p. 223).

Contemporaneamente, uma nova noção ampliada de classe trabalhadora oferece uma oportunidade de se perceberem os sentidos de novos movimentos e forças, ações e embates que acontecem no mundo globalizado.

Apesar de todas essas transformações decorrentes da reestruturação produtiva imposta pelo modelo neoliberal, o trabalho não perdeu a sua centralidade, seu sentido estruturante e autotransformador que lhe conferiu Marx. A classe trabalhadora continua encontrando seu núcleo central no conjunto dos trabalhadores produtivos. Entretanto, nessa visão ampliada e contemporânea, a classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, ou seja, aquelas formas de trabalho não diretamente produtivas, geradoras de mais - valia - e aqui se situam os servidores públicos. Estes vivenciam premissas e se

erigem sobre os mesmos fundamentos materiais. Esse trabalho imaterial interage com o mundo produtivo e encontra-se aprisionado pelo sistema de metabolismo social do capital (ANTUNES, 2002).

Com relação à discussão sobre o fim da centralidade do trabalho, Holanda (2002) relata a polêmica surgida no final da década de 70, nas Ciências Sociais, quando alguns autores defenderam que, na sociedade contemporânea, o trabalho deixou de ser a categoria que funda a sociabilidade. Tal discussão generalizou-se nas décadas subseqüentes, mas ganhou, no Serviço Social, uma entonação diferente, pois houve muita resistência a essa tese no interior da profissão.

O trabalho é a categoria fundante, práxis social que se dirige aos nexos causais próprios do desenvolvimento do ser natural. Não há qualquer identidade possível entre o trabalho e outras práxis sociais; a função social de transformar a natureza nos bens materiais necessários à reprodução humana é exclusiva do trabalho. Este é portador de caráter universal independente do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em que se encontre determinada sociedade (HOLANDA, 2002, p. 20).

O que se constata é que o saber intelectual se torna uma mercadoria de muito valor para o capital. A classe trabalhadora incorpora também o conjunto dos trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são executadas através da realização de serviços, seja para o *uso* público, como os serviços públicos tradicionais, seja para *uso* privado, para *uso* do capitalista, não se constituindo, portanto, como elemento *direto* no processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. Os trabalhadores improdutivos vivenciam situações *objetivas* e *subjetivas* que têm semelhanças com aquelas do trabalho produtivo, sendo necessários para a sobrevivência do sistema capitalista (ANTUNES, 2002).

O que vai acontecer de mais significativo no processo de produção toyotista e flexível não é a conversão da ciência como principal força produtiva, mas a interação constante entre trabalho e ciência, trabalho material e imaterial, fundamentais no mundo produtivo contemporâneo. O trabalho imaterial, de maior dimensão intelectual, e sua ampliação são características importantes da noção ampliada de trabalho. Ele se

situa nas atividades industriais mais informatizadas, nos setor serviços ou nas comunicações, dentre outros. É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção-consumo. Ele dá forma e materializa as necessidades, o imaginário, os gostos, transformando e criando o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Isso demonstra o quanto a produção capitalista tem invadido toda a vida, e o trabalho passa a assumir uma forma ativa de subjetividade, colocando-a à serviço do capital. O trabalhador deve transcender a esfera da execução, pensando diuturnamente no que é melhor para a empresa (ANTUNES, 2001).

A força de trabalho intelectual é absorvida como mercadoria pelo capital, que a incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto, como flexibilidade, rapidez de deslocamento e autotransformação constante. Para Antunes (2001), é ilusório pensar que esse trabalho intelectual seja dotado de sentido e autodeterminação; ele é, antes, um trabalho intelectual/abstrato. Para o autor, a reflexão em torno do trabalho vivo e da sua centralidade, hoje, deve recuperar a discussão sobre o trabalho imaterial e sua tendência no mundo produtivo contemporâneo e sua articulação e interação com o trabalho material, entre os quais não pode haver disjunção.

Vale lembrar que as mudanças organizacionais e tecnológicas - as novas formas de gestão - também vêm afetando o setor serviços que, cada vez mais, se submete à racionalidade e à lógica do capital e do mundo produtivo. Como exemplo, vê-se a intensa diminuição do trabalho bancário ou a enorme onda de privatizações dos serviços públicos ampliando o desemprego estrutural.

No mundo do trabalho, enquanto isso, há um processo de clivagem em todas as esferas: entre os trabalhadores estáveis e os precários, entre homens e mulheres, entre jovens e idosos, entre nacionais e imigrantes, entre brancos e negros, entre qualificados e desqualificados, entre "incluídos" e excluídos, e tantos outros exemplos (ANTUNES, 2001).

Nesse contexto, constata-se o crescimento do terceiro setor, absorvendo essa mão-de-obra sobrando da crise estrutural do capital e da sua lógica destrutiva. Esses sujeitos, entretanto, não se vêem como desempregados, excluídos, mas como realizadores de atividades efetivas, dotadas de sentido social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar é um ato imprescindível para o ser humano, pois se refere à própria sobrevivência e ao seu condicionamento social (DEJOURS, 1994). É através do trabalho que o indivíduo pode criar a cultura, a linguagem, a história e a si mesmo. Marx se expressa de maneira totalmente direta quando diz que o trabalho é a propriedade fundamental do homem, que este é, em certa medida, criado pelo trabalho e não mais criado por Deus. Pois é justamente o trabalho, isto é, a possibilidade de mudar as coisas, de transformar o mundo e de fazer objetos, que vai diferenciar, fundamentalmente, o animal do homem. É claro que Marx não se refere ao tipo de trabalho alienado, presente na sociedade que está se desenvolvendo a sua época. Ele sonha com uma sociedade onde cada um pudesse trabalhar de maneira verdadeiramente livre e com um certo modelo de associação com os outros.

Dentro destes dois extremos, da busca do existencial e do sentido do trabalho e a realidade de um trabalho remunerado sem sentido, remete-se à questão da centralidade do trabalho, tema que passa a ser debatido no início dos anos 90. E os trabalhadores, mesmo que freqüentemente alienados e explorados, vão justamente reivindicar o trabalho como um elemento constitutivo e fundamental da sua personalidade (ENRIQUEZ, 1999). Então, a questão era: com o desaparecimento do trabalho, que é um elemento identificatório, como ficaria o humano? Concluiu-se que o trabalho mantinha a centralidade. Então, talvez o fenômeno mais doloroso desta civilização é que o trabalho mantém a centralidade, mas se tornou um bem extremamente escasso. De um lado tem-se o valor central da sociedade, mas, ou ele desaparece, ou existem aqueles que ainda o têm, mas despossuídos dos elementos de gratificação, dos elementos identificatórios, porque em se identificando com alguma coisa desqualificada, o sujeito também se desqualifica. Então, como ele poderá se resignificar? Esse é um dos grandes desafios dos teóricos que se debruçam sobre o tema, assim como dos próprios trabalhadores que estão inseridos nesse processo.

No contexto da fragmentação da subjetividade causada pelas organizações, questiona-se a possibilidade de se falar em solidariedade, auto gestão, fraternidade, colaboração, altruísmo e participação. Numa primeira análise, pensa-se o contrário, que sob a égide da reestruturação produtiva, orientada pelo pensamento neoliberal, é mais provável que

fiquem vigorando as práticas que visam à exclusão, à discriminação e a um maior isolamento das pessoas.

Entretanto, para que faça sentido a luta de todos aqueles que acreditam na possibilidade de transformar de alguma forma a realidade social tal como se apresenta, há que se acreditar que é possível construir-se um novo tipo de sociedade, em que o trabalho seja configurado de maneira distinta, de forma a se constituir em uma atividade cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas.

Podem-se pensar em outras formas de organização do trabalho, nas quais os indivíduos não estejam simplesmente em um trabalho repetitivo, mas eles possam ter uma certa autonomia e uma certa possibilidade de decisão. Pode-se pensar, igualmente, no desenvolvimento de atividades de ensino, educação, de lazer. E, sob esse ponto de vista, a velha citação de Marx não é tão falsa, quando ele dizia que, talvez, um dia existissem pessoas trabalhariam três horas por dia e depois iriam pescar, ler um bom livro, fazer música, etc. É preciso que os seres humanos possam encontrar a dimensão que se tende a esquecer, que é a histórica, o seu peso na história. É preciso poder também reencontrar o sentido político, o significado dos seus atos, além do prazer de viver juntos; conjugar autonomia individual com autonomia coletiva, que será voltada ao bem comum e ao interesse geral.

O trabalho é um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. Como tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e às necessidades sociais. Nesse sentido, devido à sua importância na vida do sujeito, ele não perde a centralidade.

O postulado de que o trabalho não tem função integradora e identitária e a ênfase dada às atividades alternativas a ele desviam a atenção da importância da sua transformação. Está suficientemente demonstrado que o trabalho pode ser organizado com propósitos sociais e psicológicos, tornando-se uma atividade com interesse e sentido intrínseco, permitindo autonomia, uso e desenvolvimento de conhecimento e habilidades, participação na realização de objetivos coletivos, oportunidades para uma variedade de relações interpessoais e para a obtenção de reconhecimento.

Mesmo o trabalho organizado com propósitos estritamente econômicos permite satisfazer necessidades psicológicas e sociais importantes, ainda mais um trabalho organizado com outros objetivos. O desespero daqueles que ficam sem o seu emprego mostra claramente que o trabalho assalariado é muito mais dó que uma atividade meramente instrumental. Esses trabalhadores perdem mais do que o seu salário, perdem a sua dignidade, um espaço importante de afirmação pessoal e ficam privados de um conjunto de relações sociais.

É relativamente consensual que o trabalho remunerado ou o emprego, na sociedade industrial, é uma atividade central que estrutura a vida dos indivíduos e a vida social em geral. Para muitos, na economia do pleno emprego, o trabalho não é apenas um meio de produção de riqueza, mas também um meio de integração social. O trabalho e o emprego continuam a ter um papel importante na vida das pessoas e na vida social em geral. As previsões relativas à sociedade de lazer baseadas no desenvolvimento tecnológico (automação, microeletrônica) não se realizaram. Não se está diante do fim da sociedade do trabalho, nem sequer diante da extinção do papel do valor do trabalho. Ele pode ser trabalho fluido, disperso, invisível, intensificado, desregulamentado, mas, afinal de contas, é trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. Cap. VIII.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho..** São Paulo: Brasilense, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2001.

ANTUNES, Ricardo. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 69, São Paulo, Cortez, 2002, pp. 107-120.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo, Global, 1982.

ENRIQUEZ, Eugène. Perda do trabalho, perda da identidade. In: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio. (orgs.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT PUC/Minas, 1999. P. 69-83.

DECECCA, Cláudio. As mudanças no sistema de relações de trabalho. In: **Le Monde Diplomatique**: globalização e mundo do trabalho. N.1. setembro de 2000.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DUMONT, L. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna, Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 69, São Paulo, Cortez, 2002, pp. 5-29.

JERUSALINSKY, Alfredo. Introdução. In: JERUSALINSKY, et al. **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo/APPOA** (Associação Psicanalítica de Porto Alegre). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, p 223.

KAUFMANN, Josef Nicolas. Turbulências no mundo do trabalho: quais são as perspectivas? In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 69, São Paulo, Cortez, 2002, pp. 30-52.

MARX, Karl. **O Capital**. Tomos I e II, tradução de Regis Barbosa e Flávia R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

NETTO, José Paulo. Reforma do estado e impactos no ensino superior. In: *Temporalis*, **Reforma do ensino superior e serviço social**. São Paulo: 2000, ano 1, nº 1, p.11-97.

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 58, São Paulo, Cortez, 1998, pp. 24-40.

SINGER, Paul. A Crise das relações de trabalho. In: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio. (orgs.). **Relações de Trabalho Contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT da PUC de MG. 1999. p. 31-45.

SOUZA, Enéas Costa de. O discurso capitalista. In: JERUSALINSKY, et al. **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo/ APPOA** (Associação Psicanalítica de Porto Alegre). Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000, pp. 241-244.

**Análise da Proposta de Qualificação para o  
Mundo do Trabalho no Programa Nacional de  
Inclusão de Jovens – PROJOVEM<sup>1</sup>**

*Analysis of the Proposal of Qualification for the  
World of the Work in the National Program of  
Inclusion of Young – PROJOVEM*

Paula Regina Lima de MORAES<sup>2</sup>  
Pollyanna Fausta Pimentel de MEDEIROS<sup>3</sup>

**RESUMO**

A discussão das políticas sociais configura um tema complexo e oportuno no seio das ciências sociais, políticas e econômicas, desde a segunda metade do século XX. Concomitantemente, a discussão sobre o tema juventude está presente nas mais diversas intervenções sociais. Apesar de 20% dos brasileiros serem jovens, as políticas públicas voltadas para estes, se desenvolveram de

---

<sup>1</sup> A discussão apresentada neste artigo foi parte do trabalho de conclusão da Especialização em Ciência Política, pela Universidade Católica de Pernambuco, sob orientação do Prof. Dr. José Afonso Chaves.

<sup>2</sup> Assistente Social, Especialista em Ciência Política pela UNICAP.

<sup>3</sup> Assistente Social, Mestranda em Saúde Coletiva do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva do Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social – NUSP/UFPE.

forma lenta e ainda são incipientes. Quanto à evolução destas políticas, no Brasil, de 1990 até o ano de 2004 não havia a garantia, na agenda governamental, da temática da juventude. Apenas no ano seguinte se dá a criação de uma política nacional específica. Considerando as principais demandas deste segmento: taxa de analfabetismo e baixa qualidade de ensino, desemprego e/ou subemprego, taxa de mortalidade por causas violentas, renda familiar per capita, entre outros indicadores, é implantado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, em 1º de fevereiro de 2005, como parte integrante e central da Política Nacional de Juventude. Dentre os indicadores basais, para a intervenção por este projeto, encontra-se o de "qualificação para o mundo do trabalho", elemento-chave para a discussão proposta neste artigo, e que fazemos a partir da aproximação teórica e conceitual das políticas social e econômica, bem como sobre a categoria trabalho.

**Palavras-chave:** Política Pública, Juventude e Trabalho.

#### ABSTRACT

*The discussion about social politics is a complex and opportune theme in the breast of social, political and economical sciences, since the second half of the 20th century. At the same time, the discussion on the youth theme is present in the most diverse social interventions. Although 20% of the Brazilians are young, public policies aiming at this group were developed in a slow and still way and are yet incipient. As for the evolution of these policies, in Brazil, from 1990 to the year of 2004 there was not the warranty, in the government calendar, of the inclusion of the youth's theme. Only the following year brings the creation of a specific national policy. On February 1st, 2005 the National Program of Inclusion of the Youth – so called ProJovem ("ProYouth")– was launched as integral and central part of Youth's National Politics, taking into account the main demands of this segment: illiteracy tax and low teaching quality, unemployment and/or underemployment, mortality tax for violent causes, family per capita income, among other indicators. Amongst the basal indicators, for the intervention of this project, there is the "qualification for the job market", key ingredient for the discussion proposed in this article, and we do so starting from the theoretical and conceptual approach of the social and economical politics, as well as on the working category.*

**Keywords:** Public politics, Youth and Work.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a juventude se desenvolveram de forma lenta e ainda são muito incipientes, sendo conseqüentemente, fragilizadas no que diz respeito à inserção social, trabalho, acesso à saúde, educação, estímulo à participação política, proteção social, dentre outros aspectos.

De um modo geral, as políticas sociais, no Brasil, foram geridas sob o signo da exclusão social e do elitismo, próprio do modelo neoliberal introjetado. Não obstante os sensíveis avanços percebidos, sabe-se que as políticas sociais de juventude convivem, no interior do aparelho do mesmo Estado, com diferentes orientações e podem disputar recursos e operar diferentes definições de prioridades em face de outras políticas.

Ao longo da história, as intervenções relativas a esta categoria etária variaram da tradicional cidadania tutelada às propostas baseadas em modelos participativos e democráticos. Considerando, invariavelmente, o predomínio de uma outra forma de intervenção, temos que algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos.

Recentemente, o país conviveu com mudanças expressas nestas políticas, fruto de diversas iniciativas e que poderão confluír para a construção de um novo paradigma em torno da questão. Trata-se o caso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, implantado em 1º de fevereiro de 2005, como parte integrante da Política Nacional de Juventude, até então, inédita no país.

Não por acaso, fez-se necessária a definição do lugar da condição juvenil na agenda governamental no atual contexto brasileiro, uma vez que essa categoria etária – situada, de acordo com o critério das Nações Unidas, entre 15 e 24 anos – somam hoje 34 milhões, um percentual de 20% dos cidadãos.

O presente artigo esboça um esforço para demonstrar a necessidade de estabelecer os nexos entre a realização de políticas públicas para a juventude – com clara defesa dos jovens como sujeitos de direitos – e a capacidade do jovem tornar-se ser social, produção e reprodução de sua existência, a partir do trabalho. Bem como, a análise, a partir do documento de apresentação do ProJovem, da proposta de

*qualificação para o mundo do trabalho* neste projeto, discutindo a lógica da transferência de renda.

## DESENVOLVIMENTO

Para nossa discussão central, adotaremos o entendimento de política pública como coisa pública, sob a defesa de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses, ou seja, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas coletivas, demandadas a partir de interesses e escolhas da sociedade, devendo ser controlada pelos seus cidadãos.

A política social, como um dos segmentos da política pública, configura um tema complexo e que tem tomado vulto no seio das ciências sociais, políticas e econômicas, desde a segunda metade do século XX. Estas, atualmente, têm o duplo efeito de legitimar o Estado e atender às necessidades sócio-econômicas, jurídicas e políticas oriundas das relações de produção capitalista, a fim de manter estas relações.

Por ser a política social voltada para o trabalho uma política que extrapola os limites de uma política social específica (MOTA, 2000), esboçaremos, a partir de então, minimamente, o entendimento que compartilhamos sobre a categoria *trabalho*, para posteriormente nos debruçarmos sobre a política social no campo do trabalho, a integralidade com a política econômica e os rebatimentos na formulação de políticas públicas.

Historicamente, o que diferencia o homem de outras formas não humanas é a capacidade de tornar-se ser social, produção e reprodução de sua existência, a partir do trabalho. De acordo com Marx (1971, p. 50 *apud* ANTUNES, 2005, p. 91),

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana.

Ao que Lukács complementa afirmando que, “a gênese do ser social, sua separação frente à sua própria base originária e também o seu vir-a-ser, estão fundadas no trabalho, isto é na contínua realização de posições teleológicas” (1981, p. 19 e 24 *apud* ANTUNES, 2005, p. 91).

Para avançarmos na (pretensiosa) tarefa de compreendermos a categoria ora discutida a luz de Marx, faz-se necessária uma aproximação quanto a distinção que este faz em relação ao *trabalho abstrato* e *trabalho concreto*. O trabalho abstrato está ligado a um sentido mais fisiológico do dispêndio da força humana; cria o valor das mercadorias, valor de troca em sua dimensão abstrata. Consiste na execução cotidiana do trabalho, que sob o molde do capitalismo, assume a forma estranhada, fetichizada, alienada, denominado por Marx de *Labour* (ANTUNES, 2005).

Em relação ao trabalho concreto, este consiste em uma forma especial de dispêndio da força humana por ter um determinado fim; produz valor-de-uso, coisas socialmente úteis e necessárias. Entendido como atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana, promovendo o intercâmbio entre o ser social e a natureza, ao que Marx denominou de *work*<sup>4</sup> (Idem, 2005).

A clareza desta dupla dimensão do fenômeno trabalho é indispensável para compreendermos os efeitos da sociedade capitalista sobre o mesmo. Numa sociedade capitalista, a lógica está apoiada em um sistema produtor de mercadorias, voltado para a acumulação, para o lucro. O capital "engloba desde a esfera da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das idealidades" (Idem, 2005: 89). Tudo pode ser reificado, coisificado, ou seja, tudo pode ser transformado em mercadoria, e assim o faz também em relação à força de trabalho.

O trabalho torna-se estranhado, pois como o fim último do capitalismo consiste no valor de troca, logo, o que seria a realização do ser social, torna-se o seu meio de vida, a forma de satisfazer as necessidades mínimas de sua sobrevivência: "desfigurado, o trabalho torna-se meio e não "primeira necessidade" de realização humana (...) o trabalhador decai a uma mercadoria e a mais miserável mercadoria, torna-se "um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual" (ANTUNES, 2005, p. 126).

No tocante à discussão proposta para este estudo, entendemos que a emancipação humana – a sua realização no e pelo trabalho – é inviável numa sociedade orquestrada pelos ditames capitalistas. No entanto, "a ideologia da normalidade pressupõe que o indivíduo possa

---

<sup>4</sup> Cuidemos ser esta distinção – *labour* e *work* – de cunho mais metodológico que excludente, haja vista que a dimensão concreta está inteira subordinada à sua dimensão abstrata (ANTUNES, 2005).

trabalhar para poder, normalmente, com o salário obtido, satisfazer as suas necessidades de subsistência e as de sua família. O trabalho é o critério de vida normal para viver bem” (FALEIROS, 1985, p. 58). Neste sentido, temos uma clara sobreposição do *valor de troca* sobre o *valor-de-uso*, movimento próprio do capitalismo. É é diante da realidade da exploração capitalista e da correlação de forças sociais que se gestam as políticas sociais.

Assim, diante do exposto até o presente momento, podemos considerar um equívoco tomar a dimensão do trabalho – no seu sentido concreto – como algo possível no âmbito das políticas sociais. No entanto, compreendemos que as demandas emergentes da pobreza, como questão social<sup>5</sup>, reclamam medidas que, no plano de uma sociedade capitalista, recaem sobre esta forma de intervenção.

De acordo com Laurell (1995, p. 151),

a queda vertiginosa dos salários e o crescente aumento do sub e do desemprego na América Latina da última década leva ao reconhecimento unânime de que houve nesses anos um retrocesso social dramático; o problema revela-se no empobrecimento generalizado da população trabalhadora e na incorporação de novos grupos sociais à condição de pobreza ou extrema pobreza.

No caso do Brasil, apesar da construção tardia de uma sociedade fundada no trabalho assalariado, o trabalho adquiriu centralidade nas políticas sociais. Não raro, “a gestão estatal do trabalho, através das políticas sociais, incide, prioritariamente, sobre a organização do mercado de trabalhos, a reprodução ampliada da força de trabalho e a regulação de normas de produção e de consumo” (MOTA, 2000, p. 173).

O perene aumento da pobreza e das desigualdades sociais intensificados, no Brasil, a partir dos anos de 1990, reforça a busca por políticas públicas que assegurem – por meio da educação, emprego e proteção social – “maior participação, tanto no mundo global, como na construção e na repartição dos benefícios do desenvolvimento econômico” (CEPAL, 2002, p. 307 *apud* STEIN, 2003).

<sup>5</sup> Questão social, que pode ser entendida como a transformação de necessidades sociais em questões que são incorporadas na agenda pública e nas arenas decisórias (SOUZA *et alii*, 2005).

Em relação às políticas econômicas – entendidas como “a intervenção do governo na economia com o objetivo de manter elevados níveis de emprego e elevadas taxas de crescimento econômico com estabilidade de preços” (GREMAUD *et al.* 2002, p. 190) – as estratégias de fortalecimento do crescimento e da equidade não devem constituir objetivos díspares entre estas e as políticas sociais, antes deve ser objetivo comum a ambas,

Crescimento e equidade são, portanto, produtos tanto da política econômica como da política social, o que requer um enfoque integrado, isto é, somente a política pública em seu conjunto pode propiciar a transformação produtiva e a equidade. As questões sociais requerem, para seu enfrentamento, uma concepção unificada das políticas econômicas e sociais que ultrapasse a idéia de que o crescimento constitui finalidade da primeira e a distribuição finalidade da segunda respectivamente (STEIN, 2003, p. 163).

Contudo, é sabido que uma conjuntura marcada por forças do capital, rechaça a integralidade destas políticas, localizando – ideologicamente – no mercado a alternativa viável ante a inoperância do Estado. Em contrapartida, o denunciante quadro de desigualdade vivenciado pelos setores pobres ou próximos à linha de pobreza aponta para a falácia desta *alternativa*.

Consideramos de fundamental importância a reflexão sobre os significados do trabalho, da política social e da política econômica, tendo em vista suas complexidades e implicações para a discussão quanto à formulação de políticas públicas sociais para o segmento juvenil.

Pode-se dizer que, no que concerne à evolução das políticas de juventude no Brasil, há um esboço a partir da década de 1980, onde, diante da efervescência das mobilizações sociais, reclamava-se a defesa dos direitos da criança e do adolescente que culminou, na década de 1990, na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em que, a partir de então, considera-os como sujeitos de direitos, seres em desenvolvimento e com prioridades absolutas (CARVALHO, 2000).

Em relação à problemática da juventude, apesar da conquista quando da aprovação do ECA, a atenção aos jovens com mais de 18 anos permaneceu fora do foco da ação pública e social até a primeira metade dos anos de 1990, e assim, a abrangência aos jovens, por políticas sociais, se dava de forma diluída dentro das destinadas a todas as demais faixas etárias.

No entanto, não por acaso, o tratamento ao tema da juventude, no plano das políticas federais, ganha expressivo reconhecimento, sobretudo a partir desta década: a crescente população jovem passa a configurar, salvo os equívocos que daí advenha, a população alvo mais vulnerável ao conceitualmente (e usualmente) chamado *risco social*.

De acordo com Rua (2006), os problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e emprego, dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos. Urge, então, pensar estratégias de enfrentamento dos *problemas da juventude*.

Assim, para o segmento juvenil, acompanhando o movimento de transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil, aliado ao expressivo aumento do número de Organizações Não Governamentais (ONGs), começam a ser geridos programas sociais voltados para a resolução/minimização dos problemas mais graves vividos pelos jovens (e não apenas as crianças e adolescentes).

Segundo Abad (2002), é possível, à luz de outros autores, estabelecer quatro distintos modelos de políticas de juventude, entre 1950 e 2000: a) a ampliação da educação e uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Rua (2006, p. 41), ao analisar as iniciativas relacionadas às políticas públicas voltadas ao jovem, no período de 1995 a 2002, o fazem de forma crítica ao identificar que

nenhum órgão da administração federal demonstrou capacidade de concentrar e publicar informações acerca das políticas de juventude. Neste sentido, um dos primeiros diagnósticos se relaciona com a constatação da ausência de registros sobre a avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas (...) mas o que foi divulgado não foi suficiente para a percepção do conjunto das ações realizadas e seus resultados na área da juventude.

Apesar de extensa a lista de programas que incidiram sobre a juventude no âmbito federal, entre 1999 e 2002, constata-se que não

havia uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento jovem, seja por se dirigir explicitamente a adolescentes e/ou jovens (sem levar em consideração as distintas *juventude brasileiras*), seja por não haver clara definição entre crianças e adolescentes ou jovens e adultos, seja ainda por se dirigir à população jovem apenas de modo incidental (RUA, 2006).

De acordo com o Documento de Conclusão do Projeto Juventude / INSTITUTO CIDADANIA (2004, p. 17): "nos últimos quinze anos, cresceram as ações, tanto do Estado como de diversos setores da sociedade, na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, embora a distância entre o estabelecido na lei e a realidade permanece grande".

Apesar de, no Brasil, a população de jovens perfazer, um percentual de 20% dos cidadãos, apenas a partir de 2003, se deu a inclusão legítima da problemática da juventude na agenda governamental (INSTITUTO CIDADANIA, 2004).

A articulação de diversos ministérios culminou em 1º de fevereiro de 2005, na aprovação de uma Política Nacional voltada diretamente para a Juventude, na mesma ocasião, foram criados o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, considerado "um componente estratégico da Política Nacional de Juventude, do Governo Federal, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome" (SALGADO, 2005, p. 11).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2001 (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 33), o segmento de jovens de 15 a 24 anos de idade, trata-se de um "recorte etário que requer especial atenção por parte dos responsáveis diretos pelo planejamento nacional, e até mesmo pela sua administração. De início, basta citar que estes jovens formam o conjunto de pessoas que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho".

Os últimos dados lançados pela UNESCO, em março de 2004, revelaram através do *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003*, a situação social e econômica dos jovens brasileiros na faixa de 15 a 24 anos, com foco em três áreas centrais: educação (condições para o conhecimento), renda e atividades de estudo e trabalho (condições para

um nível de vida digno) e saúde (condições para uma vida longa e saudável). De acordo com este documento, as três áreas foram mapeadas a partir dos seguintes indicadores: Taxa de analfabetismo de jovens; Escolarização adequada; Qualidade do ensino; Taxa de mortalidade por causas violentas; Taxa de mortalidade por causas internas; Renda familiar per capita dos jovens.

A partir deste relatório, pôde-se concluir, dentre outros aspectos, que a má distribuição de renda reforça a vulnerabilidade, especialmente entre os brancos pobres e os afrodescendentes, e entre os residentes nas regiões Norte e Nordeste; o limitado acesso às condições dignas de educação e ao mercado de trabalho amplia a indefinição das atividades exercidas pelos jovens; as médias de anos de estudo em algumas unidades federativas não chegam aos 8 anos (e em algumas não atingem 5 anos) entre jovens de 15 a 24 anos; a crescente demanda por vagas no ensino médio e no ensino superior não configuram, de acordo com dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), qualidade de acesso ao conhecimento; e, estes dados apontam ainda que, a mortalidade juvenil vem crescendo historicamente, sendo sua principal causa os fatos violentos (UNESCO, 2005).

Os dados apresentados anteriormente ratificam a magnitude da problemática juvenil e convoca a emergência de estratégias políticas criativas de enfrentamento da crescente pobreza e desigualdades sociais, que desembocam em tantas outras demandas postas por este segmento populacional.

De acordo com sua formulação, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem constitui uma dessas estratégias, “aos participantes, o ProJovem oferecerá oportunidades de elevação da escolaridade, de qualificação profissional e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público” (SALGADO, 2005, p. 11). Para tanto, sua intervenção se deu a partir dos seguintes indicadores:

- Acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para permanência nos sistemas escolares;
- Inadequação da qualificação para o mundo do trabalho;
- Envolvimento com drogas, gravidez precoce, mortes por causas externas (homicídio, trânsito e suicídio);
- Baixo acesso às atividades de esporte, lazer e cultura.

O fato de ser um projeto gerido, à época, numa nova conjuntura política, não eximiu o ProJovem das influências neoliberais. Laurell chama a atenção para o fato de que, “o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais (...) as quatro estratégias concretas da implantação da política social neoliberal são o corte dos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização” (1995, p. 163-167).

Ante a ideologia do projeto, o elemento conceitual, enunciado no ProJovem, que nos convida à reflexão crítica, consiste na categoria *trabalho*, em que temos, a luz do projeto, a seguinte definição

Define-se aqui o trabalho como uma prática social específica, de caráter histórico e cultural, por meio da qual o ser humano constrói suas condições de existência. Nessa perspectiva, é constituinte do sujeito na sua totalidade: é o espaço onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura. Na concepção do Programa, a qualificação para o trabalho, considerado também a dimensão subjetiva do trabalho, remete ao desenvolvimento de habilidades, ao autoconhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa assegurar renda aos jovens participantes e leva-los à autonomia (Ibidem, 2005, p. 17).

Ideologicamente, o ProJovem se propõe a realização do sujeito jovem através da emancipação pelo trabalho, “o espaço onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura”, mas, na realidade vem repetindo práticas sociais baseadas em propostas de “qualificação” ou “capacitação” questionáveis. Ao nosso ver, a prática de transferência de renda, por exemplo, não condiz com a definição dada, por MARX, ao trabalho como *atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana*, discutido no primeiro momento. Neste sentido, compartilhamos da seguinte colocação, feita por Demo (2003, p. 95-96),

defendem-se políticas compensatórias, sem atinar que elas apenas agravam a desigualdade, já que em vez de “capacitar” o pobre, o confirmam na miséria. Ignora-se por completo a marca política da pobreza, que não se reduz à carência material ou falta de renda, mas é,

fundamentalmente, confronto desigual. Assistência como direito radical de sobrevivência é política essencial, direito inalienável, e diferencia-se crucialmente de políticas compensatórias. Ademais, seria incrível querer dar conta de pobreza reconhecida como estrutural com iniciativas pontuais, transitórias e declaradamente inócuas, como foi o caso no governo passado, cujo ícone maior foram os "quinze reais" do Programa Bolsa-Escola. Isto sim é apenas compensatório e por isso não apenas ínfimo, mas sobretudo imbecilizante.

Um claro exemplo desta estratégia capitalista pôde ser vivenciado, no Brasil, após os anos de 1930, data-se deste período "a iniciativa do patronato brasileiro na criação das instituições como o Serviço de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Social do Comércio (Sesc). Estas últimas, diferentemente das instituições estatais, estavam voltadas para a reprodução ampliada da força de trabalho. Seus alvos eram a família operária, a educação profissional, o lazer e o comunitarismo fabril" (MOTA, 2000, p. 172).

Mesmo considerando o ineditismo e a recém-implantação do ProJovem, acreditamos não ser interessante incorrer na reprodução dos velhos clientelismos políticos no trato com jovens; estes precisam ser reconhecidos como parceiros e atores relevantes e não, apenas, usuários potenciais dos programas.

Em que pese todos os avanços das políticas públicas de juventude, vemos que as intervenções exprimem ainda a idéia básica de superação dos problemas vividos pelos jovens, sua situação de vulnerabilidade e, portanto, a meta fixada incide sobre o combate aos problemas pontuais: escolaridade, desemprego, violência, drogas, gravidez não planejada, etc. Urge uma proposta madura de discussão sobre a questão social que circunda e seqüela este segmento populacional; outros *hiatos*, além dos anunciados dentre os *conceitos básicos* do ProJovem, precisam ser superados.

## CONCLUSÃO

Ainda que sejam postas em tela as limitações no campo das políticas sociais, marcadas no Brasil pelo signo da excludência social e

do elitismo político, a implantação do ProJovem parece apontar o caminho para que as ações desenvolvidas com a juventude, o tema da participação dos jovens na formulação, implantação, execução e avaliação das políticas estejam, ao menos, no horizonte das ações. É preciso reconhecer, ainda que, entre a formulação dos princípios e as ações podem ocorrer retenções, revisões e correções de eventuais lapsos que demandarão estudos qualitativos aprofundados, a fim de aprimorar as práticas e intervenções.

Procuramos analisar, neste breve artigo, qual o compromisso do ProJovem, como instrumento central de uma inovadora proposta de Política Nacional de juventude, na construção emancipatória do jovem como sujeito de direitos, a partir do que é apontado no documento de apresentação como *qualificação para o mundo do trabalho*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. In: **Última Década**, Viña del Mar: CIDPA, nº 16, p. 119-155, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, p.199, 2005.

CARVALHO, Denise B. B. Políticas Sociais Setoriais e por segmento. Criança e Adolescente. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 3**. Capacitação em Serviço Social. Brasília: CFESS – ABESPSS – CEAD/NES – UNB, p.185-199, 2000.

DEMO, Pedro. "Focalização" de políticas sociais: debate perdido, mais perdido que a "agenda perdida" In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº 76, p. 93-114, 2003.

FALEIROS, Vicente de P. As funções da política social no capitalismo. In: **A Política Social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. São Paulo: Cortez, p.216, 1985.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. S.; de. TONETO JR. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, p.190-191, 2002.

INSTITUTO CIDADANIA. Documento de conclusão. Versão inicial para discussão, complementação e ajustes. **Projeto Juventude**. São Paulo, p.102, 2004.

LAURELL, Asa C. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, p.53-89, 1995.

MOTA, Ana E. Políticas Sociais Setoriais e por segmento. Trabalho. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 3**. Capacitação em Serviço Social. Brasília: CFESS – ABESPSS – CEAD/NES – UNB, p. 167-180, 2000.

SALGADO, Maria Umbelina C. (org.). *PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (ProJovem). Unidade Formativa I: Manual do Educador*. Brasília: Presidência da República do Brasil – Secretaria Geral, p.51, 2005.

STEIN, Rosa H. Capital social, desenvolvimento e políticas públicas. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 73. São Paulo: Cortez, p. 157-193, 2003.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas – 2 v**. Brasília: CNPD, p. 731-752, 2006.

UNESCO. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003**. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: 20 nov. 2005.

**Trabalho com a população em situação de rua:  
a experiência de Campinas com oficinas  
de geração de renda e bolsa incentivo  
auxílio-moradia**

*Work with the population in street situation: the  
experience of Campinas with workshops of income  
generation and stock market incentive aid-housing*

Alice Timako Yoshioka YANO<sup>1</sup>

Cátia Rose Gonçalves da SILVA<sup>2</sup>

Inês de Jesus Rodrigues CUSSOLIM<sup>3</sup>

Leniter Venância dos Anjos SERTÓRIO<sup>4</sup>

Maria Valéria Scatolini HERNANDEZ<sup>5</sup>

Marilda Gonçalves PAIM<sup>6</sup>

Mônica de Aguiar MARTORANO<sup>7</sup>

---

<sup>1</sup> Assistente Social do Sares com aprimoramento em Psicoterapia Analítica de Grupo pela Unicamp.

<sup>2</sup> Assistente Social, Coordenadora da CSARS, MBA em Administração Pública e Gestão de Cidades pela FAV, especializanda em Terapia Comunitária.

<sup>3</sup> Assistente Social, Coordenadora do Samim, especialista em Saúde Pública pela Unaerp; Administração e Planejamento de Projetos Sociais pela Unigranrio e especializanda em Atendimento Integral a Família pela Universidade Veiga de Almeida.

<sup>4</sup> Assistente Social do Samim, com aperfeiçoamento em Trabalho com Famílias pela Puccamp e pós-graduada em Análise Institucional e Gestão da Atenção em Saúde pela Unicamp.

<sup>5</sup> Psicóloga do Sares, Mestre em Saúde Mental pela USP Ribeirão Preto e especialista em Saúde Mental – Programa de Integração Docente Assistencial em Saúde Mental pela USP de Ribeirão Preto.

<sup>6</sup> Assistente Social, Coordenadora do Sares, especialista em Saúde Pública pela Unaerp; MBA em Administração Pública e Gestão de Cidades pela FAV.

<sup>7</sup> Pedagoga do Samim, especialista em Orientação Profissional pela CBIA.

## RESUMO

Juntar Assistência Social e Saúde Mental dá resultado? E se somar a isso, oficinas de geração de renda e trabalho interdisciplinar? A experiência aqui descrita é fruto de uma análise dos resultados da experiência de trabalho com pessoas em situação de rua no Município de Campinas, através da inserção em Oficinas de Geração de Renda e Bolsa Incentivo Auxílio-Moradia, com ênfase na família, moradia, trabalho e tratamento em saúde, a partir dos indicadores: qualidade de vida, gestão participativa e intersetorialidade. Assim, é possível concluir que a co-responsabilização dos atores envolvidos possibilitou transformações significativas na vida destas pessoas.

**Palavras-chave:** pessoa em situação de rua, saúde mental, moradia, geração de renda, família; interdisciplinaridade.

## ABSTRACT

*Is associating Social Assistance and Mental Health effective? And if we include income-generating workshops and interdisciplinary work? The experience herein described is the result of an analysis of the work experience with homeless people in the Municipality of Campinas who were involved in Income-Generating Workshops and were provided with Housing Allowance, emphasizing family, housing, work and health treatment using the following indicators: life quality, participative management and intersectoriality. Accordingly, it is possible to conclude that the co-responsibility of the people involved in this study gave rise to significant changes in their lives.*

**Keywords:** homeless people, mental health, housing, income generation, family, interdisciplinarity.

## INTRODUÇÃO

Uma questão social que se apresenta como desafio às Políticas Públicas é o resgate da cidadania e a inclusão das pessoas em situação de rua.

Entende-se por pessoa em situação de rua aquela que utiliza os logradouros públicos como espaço de moradia e/ou para atividades cotidianas (dormir, alimentar-se e trabalhar), bem como aquelas que

pernoitam em albergues ou casas abandonadas. Estas pessoas sofrem um processo de perdas de referencial de organização social. O trabalho é um forte laço de manutenção do homem na sociedade. O que se observa é que, a perda do papel de provedor, provoca sérias rupturas na vida da pessoa causando desagregação familiar, perda dos vínculos comunitários e por último de sua própria identidade.

Márcio Pochman (2003) enfatizou que existe hoje um novo tipo de morador de rua, pessoas que já tiveram carteira de trabalho assinada, foram chefes de família, são brancos, falam uma segunda língua ou têm diploma universitário. E, ainda conclui que o atual modelo econômico neo-liberalista é perverso quando o assunto é exclusão social, uma vez que "impede a inclusão social, principalmente pelo mercado de trabalho formal, que está em crise".

Para o enfrentamento desta problemática foram elaborados os Projetos Oficina de Geração de Renda e Bolsa Incentivo Auxílio-Moradia que nasceram do anseio, desta parcela da população, em atingir a inclusão no mercado de trabalho ou no mercado alternativo de geração de renda.

O presente trabalho apresenta os quatro anos de experiência no desenvolvimento destes projetos que têm como diretrizes norteadoras o tratamento de saúde, o trabalho, a família e a moradia, analisados a partir dos indicadores qualidade de vida, intersectorialidade e gestão participativa.

Como resultado do trabalho observou-se que, para a grande maioria dos participantes, houve uma melhoria significativa de vida, resgatando vínculos familiares, acessando moradia e renda, além da inserção em tratamento de saúde, o que nos permite concluir que o exercício da cidadania para estes usuários foi restabelecido.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Histórico**

Para compreensão do contexto em que se implanta o Projeto Oficina de Geração de Renda para a População de Rua e Projeto Bolsa Incentivo Auxílio-Moradia, torna-se imprescindível uma retrospectiva histórica do trabalho desenvolvido com as pessoas em situação de rua no Município de Campinas.

No período compreendido entre 1903 até 1997, Campinas contava apenas com o Albergue Municipal. Até 1987 foi administrado pela Entidade Sociedade Amiga dos Pobres, e no mesmo ano foi municipalizado com a denominação de Samim – Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante.

A partir de 1997, os atendimentos executados pelo Samim foram desmembrados em mais três serviços, possibilitando a ampliação da rede para pessoas em situação de rua no Município.

Assim em 1997, inaugura-se o Projeto Sara-m, com o objetivo de abrigar as mulheres vítimas de violência de gênero. Em 1998, implanta-se o Serviço de Acolhimento e Referenciamento Social – Sares, que objetiva atender a população em situação de rua, nos logradouros do município. A partir da observação do grande número de pessoas adultas com transtorno mental, atendidas na rua pelo Sares, juntamente com as que permaneciam abrigadas no Samim, foi realizada uma pesquisa que constatou esta realidade e fundamentou a implantação do Abrigo Renascer, em 2000.

Ainda no ano de 1998, o Samim implanta o Projeto Bolsa Trabalho em parceria com a Central de Abastecimentos S/A – Ceasa com o objetivo de custear as passagens dos usuários. Em 1999, o mesmo voltou-se ao desenvolvimento de atividades sócio-educativas.

Em 2001, estabelece-se a Coordenadoria Setorial de Acolhimento e Referenciamento Social – Csars, específica para esta população, e efetiva-se o Fórum Permanente de Entidades e Órgãos com Atuação junto à População de Rua, implementando-se ações que viabilizassem o protagonismo do usuário: I Semana de Luta do Morador de Rua; discussões para subsidiar o Projeto de Lei do Morador de Rua; Assembléias do Orçamento Participativo (O.P.)<sup>8</sup>; I Marcha Nacional dos Catadores em Brasília e IV Conferência Municipal da Assistência Social.

No ano de 2002, a Casa do Idoso e da Idosa passa a compor a Coordenadoria; aprova-se a Lei Municipal Nº 11.204/02 que dispõe sobre o atendimento à população de rua no município e se inicia o Projeto Oficina de Geração de Renda para População de Rua e o Projeto Bolsa Incentivo Auxílio-Moradia.

---

<sup>8</sup> Orçamento Participativo - processo de discussão pública dos orçamentos, de caráter deliberativo, com a participação da população e das entidades públicas e privadas, visando o levantamento preliminar das demandas e a aprovação de prioridades de ação para o ano seguinte.

Em 2004, foi implantado o Projeto de Recâmbio que propicia o retorno dos usuários à cidade de origem, com articulação da rede local para acolhê-los.

Em 2006, inaugura-se a Casa da Cidadania, uma construção conjunta com os grupos organizados da sociedade civil que realizavam a ação distributiva nas ruas.

Este histórico reflete os avanços alcançados no município de Campinas. Percebe-se que a Rede de Atenção a População em Situação de Rua encontra-se em estruturação, necessitando de fomentos, principalmente, para uma política habitacional.

Ressalta-se que a partir da gestão participativa implantada em 2001, foi possível repensar alguns programas, uma vez que o trabalho com a população em situação de rua por si só integra as políticas compensatórias. A diretriz que passa a nortear o trabalho é a participação do usuário na construção de seus projetos de vida, respeitando o seu tempo, desejo e o direito de escolha de ir e vir.

### **Projeto Oficina de Geração de Renda e Bolsa Incentivo Auxílio-Moradia**

O Projeto Oficina de Geração de Renda tem por objetivo proporcionar à população em situação de rua um espaço que favoreça a retomada dos hábitos de trabalho e organização de formas alternativas de renda, visando sua reinserção social. O Projeto Bolsa Incentivo Auxílio-Moradia objetiva propiciar ao indivíduo recurso financeiro visando seu acesso à moradia como espaço de autonomia e independência.

Assim, citamos Mestriner (2001), que entende trabalho "enquanto referência social, enquanto elemento capaz de formar estruturas e configurar a sociedade, enquanto princípio de integração social e mecanismo de ampliação de direitos e de acesso à cidadania". É sabido que o aumento do desemprego tem como consequência um crescimento da população em situação de rua. Em 2000, o IBGE divulgou que esta população não faria parte da contagem domiciliar devido a grande mobilidade da mesma.

Surge a necessidade de entender o processo de desvinculação deste usuário da sociedade, da família, dos amigos, etc

Segundo Rosa (2005), "o desenvolvimento capitalista e as transformações sociais na perspectiva da globalização tem gerado segmentos de trabalhadores, que sem conseguir acompanhar as mudanças do perfil de emprego e da sociedade sofrem os efeitos de forte alijamento do mercado de trabalho". Pode-se assim compreender que o mundo globalizado gera alterações nas relações de trabalho e aqueles que não as acompanham são excluídos do processo, engrossando a massa dos desempregados. Vir para a rua é também uma maneira de passar para o outro lado da sociedade capitalista, no qual o reconhecimento dos sujeitos como atores sociais não está necessariamente relacionado à capacidade produtiva, mas à capacidade de desenvolver estratégias de sobrevivência em situações de violência.

A condição de morador em situação de rua expõe o sujeito ao enfrentamento de carências de toda ordem, exigindo sua adaptação a outras referências de vida social, bastante distinta das vividas anteriormente.

Esta adaptação é gradual. Citando Vieira, Bezerra e Rosa (apud ROSA, 2005, p. 42) "Seria possível identificar situações diferentes em relação à permanência na rua: ficar na rua – circunstancialmente; estar na rua – recentemente; e ser da rua – permanentemente". Estas situações estão diretamente ligadas ao tempo, quanto maior o período de vivência nas ruas mais estruturada a pessoa se caracteriza.

Este movimento, em torno de alternativas que façam frente à marginalização provocada pelo capital, torna possível a inclusão social. No caso, a inclusão aqui considerada, refere-se a possibilidade de retomada de rotinas de trabalho, obtenção de renda, acesso a formas alternativas de moradia, restabelecimento de vínculos familiares e tratamento em saúde, com ênfase na Saúde Mental, respeitando o tempo e o desejo de cada um, a partir da acolhida e escuta sensível.

## Perfil

O perfil dos usuários inseridos nas oficinas caracteriza-se por pessoas em situação de rua, com predominância no sexo masculino, em sua maioria na faixa etária compreendida entre 28 e 57 anos (84%), com baixa auto-estima e escolaridade, sem vínculos familiares ou com estes fragilizados, usuários de substâncias psicoativas (álcool/drogas) e/ou portadores de outros transtornos mentais.

## Segundo o Relatório Sobre a Saúde no Mundo da Organização Mundial de Saúde (2001)

"Os transtornos mentais e de comportamento são uma série de distúrbios definidos pela Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Correlatos (CID-10) ... tais transtornos geralmente se caracterizam por uma combinação de idéias, emoções, comportamentos e relacionamentos anormais com outras pessoas. São exemplos a esquizofrenia, a depressão, o retardo mental, o transtorno de humor e os transtornos devidos ao uso de substâncias psicoativas."

Para Snow e Anderson (1998, p.81) "o álcool é um dos traços definidores centrais da sub-cultura dos homens moradores de rua". O uso abusivo de bebida alcoólica está associado a população em situação de rua quer seja como fator socializante (formam-se grupos) ou anestesiante (fuga da realidade vivenciada).

### Método

Analisando o perfil do usuário chegou-se a conclusão que estas oficinas, deveriam ter um foco terapêutico. Optou-se por um Convênio com uma ONG, que desenvolvesse um trabalho com pessoas portadoras de transtornos mentais e que possuísse uma diversidade de oficinas, favorecendo a escolha do usuário. O Sares e o Samim identificam os usuários através da abordagem na rua ou da entrevista social, estabelecendo vínculo de confiança e construindo conjuntamente um novo projeto de vida. Para tanto, estabeleceu-se um convênio entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Associação Cornélia Maria Vlieg, vinculada ao Hospital Dr. Cândido Ferreira, que passou por aprovação no Conselho Municipal de Assistência Social no ano de 2002. Cada grupo teria 11 participantes, que durante três meses receberia uma Bolsa Incentivo Auxílio-Moradia no valor de duzentos reais mensais, além do valor da bolsa recebida por participar da oficina de trabalho da referida Associação.

Para inserção nos projetos, os usuários são encaminhados à rede de saúde para avaliação clínica e psiquiátrica, devem aderir ao tratamento na Saúde Mental. Passam por uma triagem com o técnico da entidade, realizam uma visita para conhecer o Núcleo de Oficinas de

Trabalho - NOT e definem qual atividade desejam desenvolver. As oficinas são Agrícola, Construção Civil, Ladrilho Hidráulico, Mosaico, Reciclagem de Papel, Vitral, Vitral Plano, Velas, Serralheria, Marcenaria, Gráfica e Culinária. Estes são incluídos no Projeto Bolsa Incentivo Auxílio-Moradia, recebendo recursos financeiros para pagamento da própria moradia.

Cabe à Assistência Social, através de uma equipe interdisciplinar formada por Assistente Social, Pedagoga e Psicóloga, o trabalho referente ao acompanhamento e monitoramento dos usuários incluídos no Projeto. Como parte do processo de reabilitação psicossocial são realizados atendimentos individuais aos usuários; reuniões semanais do grupo de monitoramento<sup>9</sup>, visitas às oficinas de trabalho semanalmente, quando são observados seus inter-relacionamentos no grupo, seus progressos e recaídas; e visitas sistemáticas às novas moradias, nas quais recebem orientações diversas e é observado em que condições estão vivendo. A avaliação do projeto acontece através de reuniões mensais entre as equipes da Prefeitura e ONG. Constata-se aí, a importância da intervenção interdisciplinar e o quanto as várias visões profissionais contribuem para a sua eficácia.

O trabalho nestas oficinas segue as normas de Cooperativas: da produção vendida, o montante é rateado no grupo, deduzindo-se as despesas com materiais, e para o pagamento da bolsa, considera-se as horas trabalhadas e a avaliação de desempenho.

## RESULTADOS

Estes projetos iniciaram-se em outubro de 2002, e até setembro de 2006 foram atendidas 90 pessoas, inseridas nos Programas de Saúde Mental do Município, quais sejam, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas - CAPS-AD, Núcleo de Atenção a Dependência Química - Nadeq e Centro de Saúde - CS. Após avaliação do primeiro grupo constatou-se que o período de permanência no projeto era muito curto e não era possível mensurar em tão pequeno prazo sua adesão ao tratamento, bem como obtenção de hábitos para o trabalho e uma melhor organização em seu cotidiano. Assim, a partir do segundo grupo, ampliou-se para seis meses.

<sup>9</sup> Nas reuniões de monitoramento, cuja duração é de uma hora, após o horário do encerramento das atividades na oficina, são discutidos assuntos diversos que emergem do próprio grupo, especialmente os relacionados ao acompanhamento em saúde, resgate de vínculos familiares, as atividades na oficina e as perspectivas e possibilidades de moradia.

No primeiro grupo, cujo período foi de outubro/02 a janeiro/03, foram priorizados 13 usuários que tinham um longo histórico de passagens, tanto pelo albergue quanto pelo Sares e por isso observou-se que a faixa etária neste grupo é mais elevada, ou seja, mais ou menos 50 anos, todos homens, e a dependência química aparece em todos os casos.

No segundo grupo foram atendidos 14 usuários, sendo cinco mulheres, a média de idade foi de 43 anos e a grande maioria com dependência química e começa-se a observar o aparecimento da questão da co-morbidade<sup>10</sup>. Neste, diferentemente do primeiro, aparece uma nova situação, o que será denominado de "mobilidade". Isto é, alguns usuários foram substituídos por outros, ou seja, não cumpriram o período completo. As razões destas saídas, como se pode observar, foram motivadas por um óbito, uma detenção e a última por descumprimento das normas e regras do projeto.

Importante destacar que a partir da execução desse projeto, houve um estreitamento nas relações com o CAPS, CAPS-AD e o NADEQ para discussão e elaboração dos Projetos Terapêuticos Individuais (PTIs), nos quais profissionais do NOT também tiveram papel fundamental pois traziam informações relevantes no trabalho e nas relações interpessoais dentro do grupo.

No terceiro grupo foram atendidos 13 usuários, sendo 12 do sexo masculino e um feminino. A idade média foi de 44 anos. Todos, sem exceção, com dependência química, sendo quatro com co-morbidade, inicialmente diagnosticados apenas como dependentes. A mobilidade foi menor comparada ao grupo anterior.

O quarto grupo atendeu 18 pessoas, sendo seis mulheres, cuja média de idade foi de 41 anos. Pela primeira vez prioriza-se pessoas com outros transtornos psiquiátricos, especialmente a depressão e a psicose, associados à outra doença, no caso, a dependência química (co-morbidade) para participarem do projeto. Isto favoreceu uma aproximação maior com os CAPSs e pode-se constatar que, após o início do tratamento medicamentoso cuja a Hipótese Diagnóstica - H.D era a dependência química, o uso das drogas era secundário nestes

---

<sup>10</sup> O termo comorbidade é formado pelo prefixo latino "cum", que significa contigüidade, correlação, companhia, e pela palavra morbidade, originada de "morbis", que designa estado patológico ou doença. Assim, deve ser utilizado apenas para descrever a coexistência de transtornos ou doenças, e não de sintomas.

usuários portadores de outros transtornos psiquiátricos. Com certeza, essa aproximação com os serviços e programas da saúde mental, nas discussões dos casos e na participação da elaboração dos PTIs, contribuíram em muito para um atendimento mais qualificado. Outro aspecto que merece destaque é o número significativo de pessoas deste grupo que acessaram o Benefício de Prestação Continuada - BPC<sup>11</sup> justamente por apresentarem doenças psiquiátricas que as tornam dependentes, especialmente em relação à vida laboral. Isto explica a maior mobilidade apresentada no grupo: como acessaram o BPC foram desligados do Projeto Bolsa Incentivo Auxílio Moradia, dando lugar a outros usuários. É pertinente esclarecer que estes desligamentos se referem apenas ao recebimento da Bolsa referida, uma vez que a frequência na oficina de trabalho, a participação no Grupo de Monitoramento, bem como as visitas semanais às oficinas, além das visitas às pensões, continuavam acontecendo como parte integrante do acompanhamento social.

O quinto grupo atendeu 12 usuários, na faixa etária média de 44 anos, com apenas uma mulher. Quatro psicóticos e os demais com dependência química. O que chama a atenção neste grupo é que se manteve o mesmo durante todo o período; não houve mobilidade. Talvez este fato se explique porque vários deles começaram a frequentar as oficinas de trabalho, antes da inserção no projeto, adquirindo assim hábitos, regras e normas do mundo do trabalho. A exemplo do grupo anterior todos os usuários com transtornos psiquiátricos acessaram o BPC. Para estes usuários houve dificuldade quanto ao deferimento junto ao INSS; foram necessários relatórios sociais com justificativa bem fundamentada para aprovação naquele órgão. Por isso estes permaneceram no grupo durante todo o período do projeto, ou seja, seis meses.

O sexto grupo contou com a participação de 20 usuários, sendo três mulheres. A idade média foi de 43 anos. O peculiar desse grupo é heterogeneidade, comparada aos anteriores. Nele temos seis psicóticos, dez dependentes químicos, um com depressão, e três com comorbidade. Do total de 20, mais da metade (11) estiveram presos e um respondia a processo crime por tentativa de homicídio. É importante destacar que as três mulheres desistiram do projeto antes de seu

---

<sup>11</sup> Benefício de Prestação Continuada - BPC é um benefício assistencial previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, no valor de um salário mínimo mensal às pessoas idosas a partir de 65 anos e deficientes incapacitados para o trabalho que não provêm a própria subsistência.

término, sendo que uma tinha depressão e duas com psicose: uma das psicóticas freqüentou a oficina apenas dois dias. Um usuário do grupo foi preso durante sua participação no projeto. Três foram desligados por não cumprimento ao Termo de Adesão e Responsabilidade<sup>12</sup> do Projeto e um desistiu alegando ter arrumado emprego (sic).

Na análise geral dos dados tem-se que, do universo de 90 participantes, 64 tem dependência química, 13 tem outros transtornos mentais (dois depressão e 11 psicose) e 13 possuem co-morbidade, sendo que do total, 74 são homens e 16 são mulheres.

Do total de 74 homens, 56 são dependentes químicos, dez possuem co-morbidade e apenas oito são psicóticos e não fazem uso de substâncias psicoativas.

Das 16 mulheres, diferentemente dos homens, oito são dependentes químicas, três possuem co-morbidade e cinco possuem outros tipos de transtorno mental (dois depressão e três psicóticos).

A leitura destes dados reporta-se ao que diz Peres (2001):

“o álcool, segundo depoimentos coletados, já se fazia presente desde a infância dos sujeitos, graças à influência dos pais ou familiares. O estímulo dos amigos também exerceu um papel importante no início do consumo de bebidas alcoólicas, pois as condutas éticas eram vistas como uma forma de mostrar masculinidade e garantir a inserção no grupo social desejado.”

Outro aspecto importante encontrado em literatura sobre a dependência química nos homens refere-se à forte presença da mulher na vida deles. Resgatando seus históricos, observa-se que é colocada a responsabilidade da sua dependência química exclusivamente na mulher. Relatos, especialmente relacionados a desilusões amorosas que envolveram a infidelidade conjugal e a morte da mãe, aparecem como fatores preponderantes para o uso do álcool. Abandonam a família e atribuem às mulheres a criação, educação e manutenção dos filhos, reproduzindo modelos de sua própria família, a ponto de impulsioná-los para o nomadismo (PERES, 2001).

---

<sup>12</sup> Termo de Adesão e Responsabilidade é um documento assinado por cada usuário quando inserido no Projeto, após lido e discutido em reunião do grupo de monitoramento.

Com relação aos dados de “família” observa-se o seguinte: a maioria dos participantes (67%), resgatou ou manteve vínculos, retornou ou ainda constituíram novas famílias. Este é um aspecto bastante exitoso do projeto, uma vez que para esta retomada de contato com familiares um longo caminho foi percorrido; a idéia do fracasso foi afastada, e através da participação no projeto, o vínculo, ora fragilizado ou rompido, foi resgatado.

Do total de 90 usuários, 75% estão organizados em moradias, estes estão assim distribuídos: institucionalizados são 15%, 19% estão morando com a família, 21% em pensões, casa própria da Secretaria Municipal de Habitação 3%, 6% em casa alugada, 6% em casa cedida, 1% em alojamento e 4% retornaram à cidade de origem para morar com familiares. Dos outros 25%, 14% voltaram a viver nas ruas, 2% foram a óbito, 2% foram presos, 3% estão desaparecidos, 2% sem informação e 2% ocuparam ilegalmente residências abandonadas. É importante observar que neste item o projeto cumpriu seu objetivo, pois a grande maioria acessou algum tipo de moradia, inclusive aqueles com transtorno psiquiátrico que foram residir em abrigos especializados para moradores de rua.

Referente a faixa etária observa-se o seguinte: no início da vida produtiva (por volta dos 18 anos) bem como ao final (acima de 58 anos) verifica-se a mesma porcentagem de 8%. Os jovens, que naturalmente deveriam entrar para o mundo do trabalho, não encontram espaço neste, devido à baixa escolaridade e qualificação profissional associada à dependência química. Para os acima de 58 anos observa-se claramente os efeitos da dependência química em suas vidas: déficit cognitivo, debilidade física e emocional, aparecimento da “demência” e outras síndromes. Dos 28 aos 37 anos, percebe-se um crescente desânimo com relação ao futuro, ao seu sonho, pois o mundo do trabalho exige organização, habilidades, experiências profissionais que, na sua trajetória de vida, não conseguiu adquirir. Na faixa etária dos 38 aos 47 anos, que corresponde a 30% do total somado aos 31% dos usuários de 48 a 57 anos, totalizando 61%, nota-se um sentimento de “desistência” e uma total falta de expectativa em relação a retomar seus projetos de vida. Percebe-se que na maturidade poucas são as coisas que acontecem em suas vidas que lhes trazem encantamento, daí a grande responsabilidade do projeto de desempenhar também este papel.

Em relação ao item “renda” observa-se que, do total de usuários que participaram do projeto, 21% (19 pessoas) acessaram algum tipo

de renda fixa (Mercado Formal, BPC, Oficina do NOT mais a aposentadoria e Oficina do NOT mais o BPC). Neste grupo, verifica-se que, exceto um usuário, todos os demais tiveram necessidade de permanecer em tratamento na saúde mental. Destes, 79%, ou seja, 15 pessoas só obtiveram renda fixa devido a sua inserção no projeto. Quanto à renda não fixa, como mercado informal e oficinas de geração de renda (NOT e Oficina da Toca de Assis), perfazem um total de 43% (39 pessoas). Neste grupo, cujo número de usuários é muito significativo, constata-se que a grande maioria é alcoolista. Com relação aos que foram para o mercado informal (15%), percebe-se que não houve adesão ao tratamento no CAPS-AD E NADEQ, apesar do estreito acompanhamento técnico realizado obtendo-se, inclusive, internações e vagas em leito-noite. Os que permaneceram nas oficinas (28%) trabalham em sistema de produção e mantiveram tratamento na saúde mental. Os usuários que estão contabilizados como sem renda, somam 36% (32 pessoas), incluindo-se os óbitos, sem informação, sem atividade, mendicância, detidos e os desempregados. É alto o número de usuários que não se tem informação, porque se desligaram espontaneamente do mesmo. Importante destacar que, neste grupo, 4% voltaram a prática da mendicância e retornaram para as ruas. Os enquadrados como "sem atividade" retornaram para a família.

## **AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS SEGUNDO OS INDICADORES**

A avaliação dos resultados foi elaborada a partir dos indicadores propostos a cada projeto.

Com relação à Geração de Renda, os indicadores são: qualidade de vida – usuários buscando autonomia, cidadania e auto-sustentabilidade, resgatando hábitos e regras do mercado de trabalho e desenvolvimento de criatividade para gerar a própria renda e gestão participativa – se refere à discussão e organização de cooperativas e grupos de geração de renda.

Com relação à Bolsa Incentivo Auxílio-Moradia, os indicadores são: a intersetorialidade – usuários com acesso a políticas públicas de habitação, saúde e geração de renda e qualidade de vida humana – usuários construindo projetos de vidas e buscando autonomia e cidadania com resgate de hábitos de vida diária, melhoria da auto-estima, acesso e aquisição de bens de consumo e habitabilidade.

## **Geração de Renda**

### **- Indicador Qualidade de Vida**

Em relação à geração de renda, tem-se que de 64%, 58 usuários permaneceram vinculados a uma atividade resgatando hábitos de trabalho, autonomia, cidadania e provendo o auto-sustento, porém destes 21% sem obter independência institucional.

### **- Indicador Gestão Participativa**

Neste item, verifica-se que as discussões para organização de cooperativas ou grupos de geração de renda alternativa não foram realizadas, quer pela dificuldade na operacionalização do projeto ou pela falta de saída apontada pelos gestores da política.

Aldaíza Sposati, (2003), afirma que "os programas mais eficientes são aqueles que buscam a integração social dos moradores de rua por meio de projetos que incentivem a criação de cooperativas de trabalho". A partir desta análise e tendo apontado como um dos indicadores a inclusão dos usuários em formas alternativas de renda, avalia-se que neste item o projeto foi ineficiente.

## **Bolsa Incentivo Auxílio-Moradia**

### **- Indicador Intersetorialidade**

Trabalhou-se com as variáveis políticas de habitação e de saúde.

Quanto à habitação, apenas três pessoas foram inseridas em planos habitacionais oferecidos pelo município, apesar da deliberação da 2ª Conferência Municipal de Habitação de um plano habitacional para pessoas com renda até um salário mínimo.

Quanto à saúde, acessaram a rede 100% dos usuários. Porém, analisa-se a grande dificuldade dos serviços de saúde responderem a necessidade da pessoa em situação de rua quanto ao tratamento da dependência química, no enfrentamento a crise, aos lapsos, as recaídas e a co-morbidade.

### **- Indicador Qualidade de Vida Humana**

A partir da melhoria da auto-estima e do resgate de hábitos de vida diária 67% dos usuários restabeleceram o vínculo familiar ou constituíram novas famílias.

Constatou-se que 75% dos usuários tiveram acesso a algum tipo de moradia, bem como a aquisição de bens de consumo.

## CONCLUSÃO

Após minuciosa avaliação do Projeto aqui exposto, fazendo uma re-leitura da análise de resultados, com relação à bolsa incentivo moradia, concluí-se que atendeu satisfatoriamente aos objetivos propostos, referentes ao acesso a moradia, à melhoria na qualidade de vida e ao resgate dos hábitos de vida diária, pois a maioria dos usuários conseguiu transformações significativas em suas vidas.

Com relação à geração de renda, observa-se que o principal ponto de estrangulamento do projeto foi justamente o que seria o passo seguinte, ou seja, pós-inserção em oficinas de trabalho e tratamento na saúde mental, a organização dos participantes em cooperativas de trabalho. Isto não foi colocado em prática.

Para finalizar, apontam-se algumas considerações relevantes:

A participação no projeto é uma referência marcante nas vidas dos usuários, pois, quando todas as portas de suas vidas foram fechadas, esta se abre de uma forma acolhedora e com propostas concretas que envolvem tratamento, trabalho, moradia e família.

O envolvimento, compromisso e satisfação dos profissionais, que atuam no projeto, permitem o estabelecimento de vínculos afetivos, que, acredita-se, sejam fatores muito importantes para o alcance dos resultados positivos apontados na realização deste trabalho.

A importância do trabalho interdisciplinar desenvolvido pela equipe técnica da Assistência Social que é formada por três profissões distintas: Serviço Social, Pedagogia e Psicologia permite uma complementaridade no saber, que sem dúvida alguma favorece um atendimento qualificado e integral aos usuários.

O trabalho técnico pautado numa relação de reciprocidade entre os profissionais da Prefeitura e da ONG, de diferentes disciplinas, contribuiu significativamente no desenvolvimento e alcance dos objetivos destes projetos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MESTRINER, Maria Luiza. **"O Estado Entre a Filantropia e a Assistência Social"**. São Paulo, Cortez, 2001 p.22.

NASCIMENTO, Euripedes Costa do, JUSTO, José Sterza. **Vidas Errantes e Alcoolismo: Uma Questão Social**. Disponível em: <<http://scielo.bvs-psi.org.br/pdf/psicousf.v6n1/v6n1a13.pdf>>. Acesso em: 16 março 2007.

PERES, Rodrigo Sanches. **Andarilhos de estrada: estudo das motivações e da vivência das injunções características da errância**. Disponível em: <http://scielo.bvs-psi.org.br/pdf/psicousf.v6n1/v6n1a9.pdf>. Acesso em 16 de março de 2007.

PETRIBÚ, Kátia. **Comorbidade no transtorno Obsessivo-Compulsivo**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid)>. Acesso em 24 de setembro de 2007.

POCHAMAN M., SPOSATI A. Século XXI convive com novo perfil de população em situação de rua. Disponível em: <<http://www.aprendiz.org.br>>. Acesso em 23 e 27 abril 2007.

RELATÓRIO SOBRE A SAÚDE NO MUNDO. **Saúde Mental: Nova Concepção, Nova Esperança - "A Saúde Mental pelo Prisma da Saúde Pública"** p. 35. 2001. Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **"Vidas de Rua"**. São Paulo: Hucitec: Associação Rede Rua, 2005 p. 31-42.

## Dever cumprido, e agora?

### *To have fulfilled, and now?*

Cátia SEGABINAZZI<sup>1</sup>  
Ivani BRYS<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente estudo aborda questões relativas ao trabalho, à aposentadoria e à necessária preparação do sujeito para a reconfiguração da relação sujeito-trabalho e sujeito-organização por ocasião da aposentadoria. Traz ainda o relato de uma experiência com o Programa de Preparação para a Aposentadoria em uma Instituição Pública, desde a questão metodológica até a elaboração dos projetos de vida das participantes após passarem pelo processo a que se dedicou o referido Programa.

**Palavras-chave:** aposentadoria, tempo livre, trabalho.

#### ABSTRACT

*The present study discusses concepts related to work and to the necessary personal adjustments needed for individuals to*

---

<sup>1</sup> Assistente Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Cientista Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRGS; Mestre em Serviço Social pela PUCRS. E-mail: css@trf4.gov.br.

<sup>2</sup> Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: ivanibrys@yahoo.com.br.

As duas autoras contribuíram de forma igual para a elaboração do presente estudo.

*reconfigure their subject-work and subject-organization relationships in light of a pending retirement. The article also presents the report of an experience with a Retirement Preparation Program performed on a public organization, encompassing methodological matters and activities such as the construction of a personal life project for each participant of the aforementioned Program.*

**Keywords:** *retirement, free time, work.*

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretende-se fazer uma breve reflexão acerca do trabalho e sua representação ao longo da história da humanidade. Nesse contexto, também é abordado o tema da aposentadoria, suas repercussões na vida do sujeito, bem como a importância da preparação para a mesma. Na seqüência, descreve-se a proposta, a metodologia e os resultados de um programa de preparação para a aposentadoria realizado em uma Instituição Pública da cidade de Porto Alegre-RS.

Ao longo da história da humanidade, o trabalho ocupou um papel muito importante, já que foi, a partir dele, que essa história se configurou nos moldes atuais. Tanto a finalidade como o objetivo e os meios do processo de trabalho são observáveis na realidade, quando apreciadas as particularidades da formação social em que o trabalho se efetua, pois, somente por meio delas, é possível compreender os valores cultuados, as necessidades sociais construídas e a tecnologia empregada no trabalho.

Nos últimos anos, o capitalismo monopolista da segunda metade do século XX invadiu o Terceiro Mundo. O colonialismo cedeu lugar ao imperialismo econômico. Houve uma separação entre os lugares de trabalho e de moradia. Mas essa não é a única separação que caracteriza o trabalho atual. Na linha de montagem, separaram-se as partes do processo de produção de um objeto de projeto. Diz-se que o trabalho é alienado do trabalhador, uma vez que o produtor não detém, não possui e nem domina os meios de produção. Por outro lado, produtor e produto estão separados, e ainda, como uma terceira alienação, há um corte entre produtor e consumidor. Essa alienação objetiva do homem do produto e do processo de seu trabalho é uma conseqüência da organização legal do capitalismo moderno e dessa divisão social do trabalho.

Foi a indústria que separou o lar e o trabalho, a vida das mulheres da vida dos homens, o cansaço da diversão. Foi com o advento da indústria que o trabalho assumiu uma importância desproporcionada, tornando-se a categoria dominante na vida humana, em relação à qual qualquer outra coisa – família, estudo, tempo livre – permaneceu subordinada (DE MASI, 2000, p. 180).

O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato ou acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador (BRAVERMAN, 1981). Contemporaneamente, uma nova noção ampliada de classe trabalhadora oferece uma oportunidade de se perceberem os sentidos de novos movimentos e forças, ações e embates que acontecem no mundo globalizado.

Apesar de todas essas transformações decorrentes da reestruturação produtiva imposta pelo modelo neoliberal, o trabalho não perdeu sua centralidade, seu sentido estruturante e autotransformador que lhe conferiu Marx. A classe trabalhadora continua encontrando seu núcleo central no conjunto dos trabalhadores produtivos. Entretanto, nessa visão ampliada e contemporânea, a classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, ou seja, aquelas formas de trabalho não diretamente produtivas, geradoras de mais-valia, e aqui se situam os servidores públicos. Esses vivenciam premissas e se erigem sobre os mesmos fundamentos materiais. Esse trabalho imaterial interage com o mundo produtivo e encontra-se aprisionado pelo sistema de metabolismo social do capital (ANTUNES, 2002).

Nesse grupo que realiza o trabalho imaterial, como categoriza o autor, estão os participantes do Programa de que trata o presente artigo. Conforme referido anteriormente, o mesmo foi realizado em uma Instituição Pública.

## O TRABALHO E A APOSENTADORIA

A partir de sua evolução do decorrer da história, o trabalho mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana nas respostas que oferece às necessidades sociais. Nesse sentido, devido à sua importância na vida do sujeito, ele mantém uma centralidade. O postulado

de que o trabalho não tem função integradora e identitária, bem como a ênfase dada às atividades alternativas a ele desviam a atenção da importância da sua transformação. Está suficientemente demonstrado que o trabalho pode ser organizado com propósitos sociais e psicológicos, tornando-se uma atividade com interesse e sentido intrínseco, permitindo autonomia, uso e desenvolvimento de conhecimento e habilidades, participação na realização de objetivos coletivos, oportunidades para uma variedade de relações interpessoais e para a obtenção de reconhecimento (SEGABINAZZI, 2006).

Segundo a autora, mesmo o trabalho organizado com propósitos estritamente econômicos permite satisfazer necessidades psicológicas e sociais importantes, ainda mais um trabalho organizado com outros objetivos. O desespero daqueles que ficam sem seu emprego mostra claramente que o trabalho assalariado é muito mais do que uma atividade meramente instrumental. Esses trabalhadores perdem mais do que o seu salário, perdem a sua dignidade, um espaço importante de afirmação pessoal e ficam privados de um conjunto de relações sociais.

É relativamente consensual que o trabalho remunerado ou o emprego, na sociedade industrial, é uma atividade central que estrutura a vida dos indivíduos e a vida social em geral. Para muitos, na economia do pleno emprego, o trabalho não é apenas um meio de produção de riqueza, mas também um meio de integração social. O trabalho e o emprego continuam a ter um papel importante na vida das pessoas e na vida social em geral. As previsões relativas à sociedade de lazer baseadas no desenvolvimento tecnológico (automação, microeletrônica) não se realizaram. Não se está diante do fim da sociedade do trabalho, nem sequer diante da extinção do papel do valor do trabalho. Ele pode ser trabalho fluído, disperso, invisível, intensificado, desregulamentado, mas, afinal de contas, é trabalho. (SEGABINAZZI, 2006, p. 146).

Segundo Mogni (1997), o indivíduo utiliza o trabalho como meio de se sentir útil e valorizado em nível social e profissional. Ele constrói uma identidade, adquirindo um sobrenome profissional, relacionado com a "logomarca" pelo que é reconhecido na sociedade. Essa identidade de trabalhador se constituiria precocemente, através da identificação com modelos adultos e/ou através da inserção concreta no mundo do trabalho (JACQUES, 1993). Segundo Dejours & Abdoucheli

(1994), o trabalho aparece definitivamente como um operador fundamental na própria construção do sujeito, revelando-se também como um mediador privilegiado, senão único, entre inconsciente e campo social e entre ordem singular e ordem coletiva. Não é apenas um teatro aberto ao investimento subjetivo, mas um espaço de construção do sentido e, portanto, de conquista de identidade, continuidade e historicização do sujeito. Em decorrência desses valores bastante arraigados no trabalho, é possível que algumas pessoas, ao se deparar com a aposentadoria, vivenciem dificuldades em se adaptar e desenvolver atividades não relacionadas à vida profissional. Segundo De Masi (2000), "uma pessoa que passa a vida toda, todos os dias, dez horas, no trabalho acaba por sentir-se indispensável aos propósitos da organização. Se dispõe de tempo para si, não sabe como usá-lo. Necessita, portanto, de uma reeducação para o tempo livre".

Um estudo realizado com sete mulheres aposentadas com idades entre 68 e 88 anos, que freqüentavam há cerca de oito anos um grupo de encontros da terceira idade, enfocou a apropriação do tempo livre pelas mulheres em contraposição com o tempo social, limitado pela idéia de um fim. O tempo passou a ser usado de forma livre, já que não existia mais o tempo de trabalho. Esse tempo livre apareceu voltado à conquista, realização e liberdade pessoal, além de utilizado para a construção de projetos antes adiados (LORENZETTO, 1998).

Nesse sentido, considerando a dimensão ocupada pelo trabalho na vida do sujeito, a preparação para o desligamento do sujeito desse vínculo formal, isto é, a aposentadoria, como um processo educativo, deve ser contínua e estar relacionada a um planejamento de vida remanescente, atual ou a ser reformulado. Quem irá se aposentar precisa dispor de elementos que o façam gerente de seu projeto de vida, administrando suas perdas e reavaliando seus desejos e perspectivas em função das suas futuras possibilidades. O natural é que estas atividades partam do próprio indivíduo e, principalmente estejam relacionadas com seus desejos e reflexões sobre seus interesses, motivações e papéis (FRANÇA, 1999).

A proximidade com a chegada da aposentadoria pode ocasionar, nos sujeitos, diversas expectativas e sentimentos, dependendo da representação que essa nova fase tem para cada um. Muitas vezes, ela é aguardada como uma solução mágica para resolver insatisfações ou conflitos muito intensos no trabalho ou, ainda, como a ocasião de realizar os sonhos que não puderam ser realizados nas etapas anteriores. A

aposentadoria pode, inclusive, ser vivenciada como uma perda, tanto nos aspectos financeiros, como no poder e nas relações sociais vinculadas ao trabalho e, não raro, traz grandes decepções, sendo desencadeante de desadaptações, crises emocionais ou transtornos psiquiátricos como a depressão, o abuso de álcool e o isolamento social.

O afastamento do trabalho em decorrência da aposentadoria pode se tornar a perda mais importante da vida social das pessoas, pois, ela pode resultar em outras perdas futuras que tendem a afetar sua estrutura psicológica. Os estudos sobre a aposentadoria revelam que comumente é gerada uma crise no indivíduo no momento em que tem de deixar o mercado de trabalho. Com a retirada da vida de competição, a auto-estima e a sensação de ser útil se reduzem. O modelo capitalista tende a valorizar a produtividade, depreciando assim aqueles considerados improdutivos. Segundo Vieira (1996), é o trabalho que permite o ato de existir enquanto cidadão e auxilia na questão de se traçar redes de relações que servem de referência, determinando, portanto, o lugar social e familiar. Nessa ausência de papéis, é possível que os aposentados se sintam angustiados, marginalizados e, por isso, experienciem um isolamento do mundo.

No Brasil, para a maioria dos trabalhadores, a aposentadoria representa uma condição socioeconômica inadequada (VERAS, RAMOS & KALACHE, 1987). Para aqueles que dependem de benefícios provenientes da Previdência Social, é comum haver uma redução salarial em relação ao que recebiam como remuneração enquanto trabalhavam. Nesse contexto, os servidores públicos podem ser considerados ainda uma classe privilegiada quanto a esse aspecto, uma vez que, mesmo com maior rigor nos requisitos exigidos, ainda é possível que se aposentem recebendo praticamente o mesmo salário de quando trabalhavam.

Um planejamento de vida que preveja a distribuição do tempo e mudanças necessárias relativas à afetividade, à vida familiar, ao lazer, à participação sócio-comunitária e um trabalho remunerado ou voluntário permite enfrentar as condições advindas da aposentadoria. Nesse sentido, a preparação para a aposentadoria constitui-se em um benefício para o trabalhador. A instituição, ao auxiliar os seus trabalhadores a aumentar seus conhecimentos e a tomar decisões em relação ao futuro, está investindo também nela própria. Isso porque será muito mais saudável para o futuro aposentado e para a instituição se esse se mantiver motivado, ao invés de ficar contando os dias para aposentar-se, já que é inegável a relação entre o nível de motivação e a produtividade. De acordo

com França (1999), quando a empresa se preocupa com seus funcionários, desde o momento em que eles são selecionados até a aposentadoria, torna sua cultura organizacional mais consistente.

Criando condições para que o trabalhador realize seu planejamento e se prepare para as mudanças que surgirão com a aposentadoria, a organização poderá ser beneficiada não somente em relação à sua imagem e atuação social, mas também porque seu produto terá maior repercussão comercial, além de se tornar mais competitiva e atraente diante do mercado de trabalho. Um estudo nessa direção é o de Silva, Goulart Júnior, Ferreira e Garbulho (2005), que realizaram um Programa de Preparação para a Aposentadoria com funcionários públicos prestes a se aposentar, através de encontros semanais. Esses autores ressaltaram a importância de trabalhos voltados a essa população em um país que prioriza o jovem e o produtivo, valorizando a aposentadoria enquanto uma nova etapa de vida, em que o desenvolvimento e o crescimento do indivíduo sejam priorizados.

A participação no Programa de Preparação para a Aposentadoria oferece um espaço de reflexão e de vivência que pode propiciar o planejamento da vida pós-carreira com a antecedência necessária para evitar mudanças abruptas e dificuldades com situações inesperadas. A reflexão e a troca de experiências a propósito das situações futuras que serão enfrentadas com a aposentadoria, bem como a elaboração de projetos e de alternativas para esta nova fase criam condições favoráveis para a realização de um planejamento realista a respeito das possibilidades de uma aposentadoria com qualidade de vida. Foi nesse sentido, portanto, que foi elaborado o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA) na Instituição a que as autoras estavam vinculadas.

## **OBJETIVOS DO PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA**

O PPA objetivou principalmente proporcionar ao trabalhador, que se encontrava próximo da aposentadoria, um espaço de reflexão acerca do significado desse momento. Esse pode ser desdobrado em outros mais, quais sejam: incentivar a descoberta de potencialidades ainda não desenvolvidas, valorizar a capacidade produtiva do trabalhador, estimular a capacidade criativa, conscientizar-se do lugar que deseja ocupar na sociedade, discriminar quais são os seus desejos, minimizar reações negativas com relação à aposentadoria, prevenir conflitos

emocionais e existenciais, abrir novas perspectivas de vida, propiciar o delineamento de um projeto de vida e possibilitar a troca de experiências entre os participantes.

## METODOLOGIA E PARTICIPANTES

O Programa de Preparação para a Aposentadoria sustentou-se na oportunização de espaço de reflexão individual e grupal. De um lado, estimulou a troca de experiências e a reflexão crítica e criativa acerca das mudanças provocadas pelo processo de aposentadoria. De outro, trouxe conhecimentos novos que facilitam a preparação adequada para a nova situação de vida que se abre com o afastamento definitivo do trabalho.

O Programa foi realizado em uma Instituição Pública Federal, com sede em Porto Alegre, no período de abril a outubro do ano de 2007. Participaram desse trabalho, oito servidoras que estavam há até cinco anos do prazo de adquirir o direito à aposentadoria e que manifestaram interesse na atividade. O nível de escolaridade de todas as participantes era superior e a idade variou entre 48 e 68 anos de idade, sendo a média de 50 anos.

Em um primeiro momento, foram realizadas entrevistas individuais com as participantes com a finalidade de conhecer as expectativas de cada uma em relação à aposentadoria, a visão em relação ao trabalho e à Instituição, bem como ao Programa de Preparação para a Aposentadoria. A partir do conteúdo explicitado nessas entrevistas, o cronograma dos encontros foi construído.

Foram organizados dez encontros, com um intervalo de, aproximadamente, quinze dias entre um e outro. As atividades foram realizadas em grupo, a fim de proporcionar a troca de experiências e integração entre as participantes. Em todos os encontros, foram trabalhados temas previamente especificados, bem como as questões apontadas pelo grupo no momento da discussão, por meio de dinâmicas variadas. Ao final de cada encontro, houve um momento de avaliação, o que permitia detectar se os objetivos foram ou não alcançados, bem como a percepção, por parte das participantes, da forma como o trabalho estava sendo desenvolvido.

O Programa abordou, prioritariamente, a seguinte temática relacionada ao processo de aposentadoria: I – dimensões biológicas,

psicológicas e socioculturais da aposentadoria; II - afastamento do trabalho, reconhecimento social e reconstrução da identidade profissional e pessoal; III - mudanças no convívio familiar e relações afetivas; IV - tempo livre, cultura e lazer; V - saúde e qualidade de vida; VI - projetos de vida para o pós-carreira; VII - aspectos legais e financeiros da aposentadoria.

Os aspectos acima relacionados foram trabalhados ao longo dos encontros. Em uma fase inicial, as atividades visavam a compreender as representações acerca do trabalho e da aposentadoria, bem como as expectativas e sentimentos relacionados a esse momento. No **primeiro encontro**, apresentou-se o programa e discutiu-se o cronograma de atividades do mesmo, previamente estruturado pelas técnicas responsáveis, sujeito à apreciação e modificação dos membros do grupo. As servidoras apresentaram-se dizendo, além das informações pessoais, o que sentiram ao receber o convite para participar do programa. No final desse encontro, foi solicitado às participantes que trouxessem, para o próximo encontro, fotos representativas do que é o trabalho e o que é aposentadoria para si. No **segundo encontro**, então, as fotos trazidas pelas participantes foram distribuídas entre os membros, de forma que cada uma tinha de interpretar o sentido do trabalho e da aposentadoria presente nas fotos de uma outra colega, quem posteriormente confirmava, ou não, tal interpretação.

No primeiro momento do **terceiro encontro**, houve a participação de um servidor da área de Legislação de Pessoal com o intuito de esclarecer dúvidas quanto ao processo legal da aposentadoria. No segundo momento, foi proposto que as servidoras contassem, em conjunto, uma história de um dia de trabalho e de um dia de uma pessoa aposentada. A dinâmica consistia em que cada participante tinha que dar continuidade ao trecho da história contado pela outra.

No **quarto encontro**, foram trabalhados os aspectos sociológicos relacionados ao trabalho por meio da apresentação em *power point* com o tema *O Trabalho e a História*, com ênfase no trabalho como instrumento historicamente concebido pelo homem. No **quinto encontro**, abordou-se aspectos psicológicos envolvidos na aposentadoria, tais como: relação com o trabalho, o significado do trabalho e da aposentadoria na vida dos indivíduos, bem como aposentadoria enquanto escolha e suas implicações.

No **sexto encontro**, o grupo assistiu ao filme *Elsa e Fred*, sobre o qual foi realizada uma discussão. Esse filme aborda alguns aspectos

relacionados à aposentadoria e à velhice. O personagem *Fred*, um senhor de mais de 80 anos, fica sabendo que está doente. Quando ele conhece uma nova vizinha, *Elsa* - também na casa dos 80 anos -, descobre que nunca é tarde para realizar sonhos e viver novas experiências. O filme passa a mensagem de que o importante é não desistir da própria vida e fazer dela sempre o melhor possível.

No **sétimo encontro**, houve a participação de um médico cardiologista, que abordou questões que envolvem a prevenção de doenças e cuidados relacionados à manutenção da qualidade de vida. No **oitavo encontro**, as participantes apresentaram, sob forma de seminário, os capítulos do livro *Perdas e Ganhos*, da escritora Lya Luft, previamente distribuídos. O texto fala de alegrias, descobertas, decepções e buscas. A autora dá um testemunho pessoal sobre a experiência do amadurecimento, discute e versa sobre velhice, amor, infância, educação, família, liberdade, homens e mulheres. Passa a mensagem de que o tempo passa, mas as emoções humanas não mudam, revelando que é preciso reaprender o que é ser feliz.

No **nono encontro**, houve a participação de duas servidoras aposentadas, que deram depoimentos sobre as experiências, sentimentos e vivências com relação ao processo de desligamento do trabalho, envolvendo a reação da família, relações interpessoais e as novas atividades a que se dedicaram. Foi um momento muito importante para o grupo, tendo sido possível a reflexão sobre a realidade de cada membro, tendo como parâmetro as vivências dos colegas aposentados, de forma que as participantes puderam questionar, manifestar e aliviar suas angústias relacionadas à aposentadoria. Finalmente, no **décimo e último encontro**, cada participante elaborou seu projeto individual de vida, pré e pós-aposentadoria, analisando pontos importantes, tais como: família, trabalho, aposentadoria, relações sociais, mudanças de perspectivas após a participação no grupo, etc. Como encerramento do programa, as participantes reuniram-se, após o trabalho, para um momento de confraternização.

Os relatos das entrevistas e dos encontros do grupo foram analisados através de análise de conteúdo qualitativa. Todas os relatos foram examinados por duas juízas independentemente e eventuais diferenças foram revisadas até haver um consenso. As categorias: **O Sentido do Trabalho, Perspectivas Iniciais, A Aposentadoria e o Tempo Livre e Avaliação do Programa** foram derivadas da análise dos dados.

## O SENTIDO DO TRABALHO

No conteúdo das falas, o trabalho adquiriu sentidos diversos. Em grande parte dos relatos, o mesmo apareceu como propiciador de uma tranquilidade financeira que possibilita não apenas a qualidade de vida atual, mas também a garantia de que ela estender-se-á ao período da aposentadoria. As participantes referiram gostar bastante do que fazem, ressaltando como muito importante as amizades conquistadas e o reconhecimento profissional.

De uma forma geral, o grupo reconheceu ser *“Privilegiado”* em relação aos demais trabalhadores do País, especialmente quanto ao aspecto financeiro. Em alguns relatos, o trabalho foi avaliado enquanto um aspecto essencial da vida das servidoras, ocupando um lugar central em suas vidas. Na fala de uma das participantes: *“É através do trabalho que conseguimos adquirir os bens para nós e nossa família. O que seria das pessoas se permanecessem num ócio total?”*

De outro lado, houve quem manifestasse descontentamento, considerando seu trabalho *“Emburrecedor”*, já que as exigências estariam muito aquém das suas potencialidades. Outro aspecto negativo mencionado foi os preconceitos existentes na instituição, bem como os grupos já formados que, não raras vezes, excluem os demais.

As participantes comentaram que grande parte do seu tempo era dedicado ao trabalho, o que as impedia de realizar outras atividades de que gostam. Além disso, comentaram sobre o medo de perder a rotina e os vínculos criados no ambiente de trabalho. Uma das participantes chegou a caracterizar esse momento como *“Um corte tão marcante que pode levar-nos, se não preparados, a um mundo onde a vida parece perder o sentido, pois já temos criado uma rotina em nossas vidas”*.

## AS PERSPECTIVAS INICIAIS

As participantes iniciaram o programa otimistas com relação a ele. Ressaltaram, diversas vezes, sua importância e a necessidade de reflexão, já que, em sua maioria, as pessoas não estão preparadas para o momento de se aposentar. Com relação à aposentadoria, as perspectivas do grupo apontaram para situações diversas que iam desde o não querer se aposentar, à surpresa ao receber o convite para o

programa, pois ainda não estavam pensando no assunto, tendo a consciência da proximidade da aposentadoria, mas também do seu despreparo para esse momento, até o estar *"Esperando ansiosamente a data."*

Identificaram-se, nos conteúdos dos relatos, fatores positivos e negativos quanto à perspectiva da aposentadoria. Positivos quando manifestaram estar *"Contando o tempo"*, quando relataram a *"Surpresa agradável"* do momento, em falas como: *"Eu não quero mais saber de trabalho"*, *"Na aposentadoria haverá opção de escolha, prevalecendo a realização das coisas que se tem vontade"*, *"Na aposentadoria não há preocupação com horários, ao contrário do trabalho, quando tudo precisa ser feito depressa."* Assim como a tranquilidade de poder dar continuidade às atividades que já realizavam, porém com mais tempo.

Por outro lado, o grupo manifestou certa preocupação com o ainda desconhecido, tais como *"O medo de se acomodar"*, de *"Ficar restrito ao ambiente doméstico"*, de que *"A ausência de rotina possa fazer com que a pessoa fique sem fazer nada, caindo na ociosidade, na inércia"*, o estigma de *"Aposentado"* e o preconceito a ser enfrentado. Demonstraram preocupação, ainda, com o possível *"Abuso"* da família, em função dessa nova condição e do seu *"Tempo livre"*. A escassez de opções de lazer para essa faixa etária foi um aspecto também ressaltado pelas participantes, considerando que, na sociedade em que se vive, a juventude parece ser mais valorizada. Há a necessidade intrínseca de se estar sempre *"Produzindo"* e a conseqüente valorização de apenas os que o fazem.

Segundo Lorenzetto (1998), essas reflexões acerca do envelhecimento nos mostram que a sociedade, muitas vezes, constrói certos estereótipos que têm sido percebidos como uma visão negativa da velhice. Um exemplo disso seria certas produções publicitárias para diferentes meios de comunicação, que vêm acentuando e reforçando, de maneira sutil, o mito da juventude. Esse mito coloca como valores absolutos a beleza, a independência e a autonomia, dificultando a aceitação de quem não é mais tão belo nem tão independente ou autônomo.

## AAPOSENTADORIA E O TEMPO LIVRE

As expectativas relacionadas ao tempo livre que virá com a aposentadoria, expressas tanto nas entrevistas iniciais, quanto nos

encontros, sempre apontaram para algo agradável, mesmo que não bem definido ainda. A ocupação desse tempo foi planejada, nesse primeiro momento, de diversas formas.

Grande parte dos planos foi relacionada com o aproveitamento do tempo para ficarem mais próximas dos amigos e da família, tanto dos parentes de que estiveram afastadas em função do trabalho, quanto daqueles com quem o convívio, apesar de diário e próximo, foi reduzido em função do horário de trabalho. Falas como *"Resgatar o tempo roubado de suas filhas pelo trabalho"*, participando mais de suas vidas e lhes dando maior atenção, demonstram o sentimento de culpa comum nas mães que trabalham fora, até por ser esta uma das primeiras gerações a desbravar o mercado de trabalho, as quais, provavelmente, tiveram suas mães em casa em tempo integral. Para outras, o tempo livre será uma oportunidade para realizar atividades de que gostam, as quais não estão relacionadas com o trabalho, como realizar cursos, cuidar da aparência, fazer compras, exercícios físicos, passeios, dedicar-se a leituras, etc. Além disso, a aposentadoria permitirá que as coisas sejam feitas com mais calma, sem tanta preocupação com horário.

Para algumas participantes, a aposentadoria proporcionará tempo para a realização de viagens planejadas há muitos anos, que foram deixadas de lado em função dos compromissos relacionados ao trabalho. Aquelas, cujos filhos moram em outro Estado ou no exterior, esperam poder visitá-los com mais frequência, por exemplo.

Em suma, as participantes esperam poder resgatar projetos e planos abandonados em função do trabalho, pôr em prática os novos, vislumbrando melhorias nas relações pessoais, com a família, com os amigos, com a natureza, com a cultura, com o conhecimento, com a sociedade e com o lazer. Para Lorenzetto (1998), experienciar o tempo livre está profundamente relacionado com a realização de projetos de vida, com o desenvolvimento da sociabilidade e com a realização de desejos que haviam sido adiados nas fases anteriores da vida.

Ao final do décimo e último encontro, as participantes demonstraram mais segurança e disposição para pensar e planejar suas vidas, não apenas após a aposentadoria, mas também no tocante à preparação, no tempo que ainda resta para conseguirem realizar seus planos agora um tanto mais delineados. Nesse encontro, cada uma elaborou, de forma livre, um projeto individual de aposentadoria, os quais serão transcritos a seguir na íntegra, para não se perder a riqueza do conteúdo manifesto.

Plano A: Aposentar-se bem e com uma atividade prazerosa.

Prazo: 30 meses.

Plano A: Primeiramente, fazer uma viagem de tempo razoável para descansar o corpo e a mente.

Atitudes: Disposição e ânimo para fazer reserva financeira para, no mínimo, um mês. Escolher um lugar agradável, bonito e barato. Ir com espírito de liberdade (pensei primeiro em encontrar um trabalho, mas prefiro pensar antes).

Plano B: Quando chegar o verão, programar ficar por dois meses morando na praia.

Plano C: Programar uma atividade laboral light, do tipo administrar imóveis ou administrar contas de terceiros (idosos com problemas de locomoção), que não têm os filhos disponíveis. Quero poder fazer as atividades com tempo livre ou com mais tempo para dedicar a cada tarefa, não ter horário pra nada.

O que fazer: Há alguns anos, pensei em fazer plástica facial após a aposentadoria, mas resolvi antecipar e já fiz. Já comecei a fazer atividade física para melhorar a disposição (PROJETO 1).

Primeiro, vou liquidar minhas contas e qualquer dívida através de créditos, para ter dinheiro guardado quando chegar a aposentadoria. Depois de me aposentar, pretendo colocar o 'pé na estrada', vou trocar de carro e viajar sempre que possível. Passar um tempo com meu filho, que mora em outro estado, com minhas filhas em outro país e ficar por aqui também para curtir mais o meu neto e a companhia do meu filho, que ainda mora comigo. Acredito que os motivos e as oportunidades de o que fazer irão aparecer no decorrer do tempo e no momento certo (PROJETO 2).

O que vou fazer para me preparar durante o tempo que ainda falta? Primeiramente, vou reorganizar meu tempo. Quero parar com a correria do dia-a-dia, poder fazer tudo com calma e voltar a fazer pilates. O que vou fazer depois da aposentadoria? Ainda não sei, acho que queria fazer um curso light, manter a qualidade de vida, deitar embaixo de uma árvore, no clube e ler (PROJETO 3).

Depois da aposentadoria, quero fazer cursos de pintura (tela) e em móveis, com muita calma e tranquilidade, fazer cursos de línguas (francês ou italiano), curtir mais a família, dormir bastante, talvez ser avó em alguns dias, ir ao cinema de tarde, viajar 'sem lenço e sem documento', organizar melhor a casa, continuar o

trabalho voluntário. Para me preparar para a aposentadoria, vou iniciar uma poupança substancial, vou tentar baixar o nível de estresse para agüentar mais três anos, vou continuar me alongando e caminhando para ficar bem sempre, vou refletir e antever a minha vida sem o trabalho, ou seja, simular freqüentemente a aposentadoria para que a idéia de perder o trabalho e as conseqüentes coisas boas que ele traz fique mais 'light' na hora de parar (PROJETO 4)

Depois da aposentadoria, pretendo exercer outra atividade, de preferência ligada à fotografia ou artes. Fazer mais exercícios físicos, viajar mais pelo Brasil, continuar com a equitação, terminar o curso de fotografia, ir mais ao cinema, pelo menos duas vezes por semana, aprender bem outro idioma, ir mais ao teatro, aprender a tocar piano (teclado), dar mais atenção e dispor de mais tempo para o serviço voluntário. Já estou me preparando para a outra 'profissão' ou 'atividade', pois faço curso tecnológico de fotografia. Como terei mais tempo disponível, será mais fácil planejar e escolher os lugares que quero conhecer. Também já comecei a fazer curso de italiano e espanhol (PROJETO 5).

Projeto: Viver mais para mim e para a pessoa que vive comigo do meu lado (meu marido); estarei morando ou ainda decorando meu novo apartamento; comprarei um apartamento ou casa na Serra ou na praia, para ter um domicílio fora de Porto Alegre; dedicarei mais tempo para minha mãe (quero conviver mais com ela) e para outras pessoas que amo; dormirei, às vezes, ou quando tiver vontade, até muito tarde, sem me preocupar com o relógio; farei muitos cursos, tais como, culinária, jardinagem, decoração; viajarei muito, irei mais ao cinema e ao teatro; lerei todos os livros que, até então, não pude (passarei tardes na biblioteca pública e/ou em livrarias); ouvirei muita música (ah, quero fazer aula de canto!); farei algum trabalho voluntário;

Preparação: Já estou mentalizando muito sobre tudo o que eu quero, pois o primeiro passo para realizar algo é querer fazer, mentalizar a coisa realizada; ter condições financeiras (poupando) para realizar meus projetos, o que já venho fazendo há alguns anos; cuidar da saúde física e mental (também, já venho fazendo); falar sobre o 'projeto aposentadoria' sem medos e preocupações (PROJETO 6).

## AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O PPA foi avaliado em grupo e individualmente por escrito. De forma geral, o programa foi considerado representativo para as participantes, na medida em que abordou temas relacionados com a nova etapa que viverão. Para elas, os temas foram abordados com sensibilidade. Sentiram-se à vontade, tanto que assuntos íntimos foram trazidos para os encontros. A participação no programa as despertou para as mudanças que vão ocorrer com a aposentadoria, de forma que não fiquem desprevenidas para as mesmas.

Segundo o grupo, o aprendizado adquirido por intermédio de palestras, filme e textos apresentados, surgiu como muito importante para a construção dessa nova etapa de suas vidas. Por fim, as participantes ainda aludiram que é preciso *"Desmistificar a aposentadoria, mudar o pensamento das pessoas, eliminando o preconceito de que se aposentar é para quem fica velho, que é ficar em casa de pijama sem nada para fazer"*. Além de pensar que aposentadoria é a idéia de que a vida continua para que se possa fazer outras atividades prazerosas e descontraídas, com saúde física e mental e muita alegria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aposentadoria representa uma importante mudança na vida dos sujeitos. Mesmo para servidores públicos, que contam com o direito de manter praticamente os mesmos rendimentos recebidos no período ativo, o afastamento do trabalho se mostrou uma situação difícil de enfrentar, devido aos medos e conflitos que ocasiona.

Nesse sentido, o PPA mostrou-se muito importante na preparação para o enfrentamento do rompimento das relações trabalhador X instituição e da reconfiguração da relação trabalhador X trabalho. Os encontros propiciaram um espaço para que as trabalhadoras refletissem sobre o sentido dado ao trabalho ao longo de suas vidas, bem como a nova relação que estabelecerão com o mesmo em função da aposentadoria. De forma geral, as participantes puderam compartilhar abertamente suas angústias e expectativas, além de organizar e planejar novas formas de ocupar o tempo livre até então ocupado pelo trabalho. Ficou claro, portanto, que para as servidoras desfrutar desse tempo livre significa a possibilidade de se inserir em atividades de lazer e de convívio

com a família e amigos, o que não era possível devido ao envolvimento com as atividades do trabalho.

Nesse sentido, sugere-se que a preparação para a aposentadoria é útil e necessária em qualquer instituição, a fim de assegurar a qualidade de vida na transição trabalho/aposentadoria. É importante, portanto, que o programa se mantenha vivo e de forma continuada para que todos os servidores possam usufruir desse benefício. Com o passar do tempo, é importante também se criar uma cultura dentro das instituições de forma que todos possam aderir e desfrutar desse tipo de programa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 69, p. 107-120, São Paulo: Cortez, 2002.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DE MASI, Domenico. **O Ócio Criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

JACQUES, Maria da Graça. **Trabalho, educação e construção da identidade**. Porto Alegre: PUCRS, 1993.

LORENZETTO, Maria da Graça. **As senhoras do Tempo**. São Paulo: Texto Novo, 1998.

MOLOGNI, Irene. Programa de Aposentadoria Empresarial. Em Martins, Marta T. M. C. & Sales, Mario, B. **Trabalho e Aposentadoria** (p. 39-48, 1997). Londrina: Editora UEL.

VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto; KALACHE, Alexandre. Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade. Em **Rev. Saúde Pública**, volume 21, número 3, São Paulo, jun., 1987. Retirado em 01 de outubro de 2007, do <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>.

MENDES, Márcia R. S. S. B.; GUSMÃO, Josiane L. de; FARO, Ana Cristina M.; LEITE, Rita de Cássia B. de O. A situação social do idoso no Brasil:

uma breve consideração. Em **Acta paul. Enfermagem**, volume 18, número 4, São Paulo, out./dez., 2005. Retirado em 21 de setembro de 2007, do <www.scielo.br>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil: 2000**. Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, E. B. **Manual de gerontologia: um guia teórico prático para profissionais, cuidadores e familiares**. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

FRANÇA, Lúcia. Preparação para aposentadoria: desafios a enfrentar. In: Veras, Renato (org). **Terceira Idade: Alternativas para uma sociedade em transição**. Editora Relume Dumará/UnATI – 1999.

SEGABINAZZI, Catia. **O sentido do trabalho: reflexões acerca das transformações do mundo do trabalho em uma instituição pública**. Dissertação de mestrado em Serviço Social – PUCRS, Porto Alegre, 2006.

## **Assistência Social: uma Política Social em Construção<sup>1</sup>**

### *Social assistance: one Social Politics in Construction*

Aline Néri NOBRE<sup>2</sup>  
Rutinéia Alves FERREIRA<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

O presente trabalho constitui-se num estudo de caso, com o objetivo de conhecer os principais significados da política de Assistência Social sob a perspectiva das próprias famílias usuárias dessa política. O grupo de entrevistados é formado por 05 pessoas. Como instrumento de coleta de dados foi utilizada entrevista semi-estruturada, por meio de gravações em fita cassete. A pesquisa indica que a Assistência Social como política social pública ainda continua invisível para a maioria dos sujeitos sociais entrevistados. Todavia, há um reconhecimento por todos eles de que o Estado tem obrigação de atender àqueles que mais precisam. Além disso, os dados analisados sugerem um novo "olhar" dos usuários sobre as políticas sociais, mais especificamente em relação à Assistência Social.

**Palavras-chave:** proteção social, assistência social e direito.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi baseado na Monografia intitulada "As Representações Sociais Sobre a Assistência Social em uma Comunidade Escolar de Montes Claros-MG: um estudo de caso, apresentada ao Curso de Serviço Social/Unimontes, em 2006.

<sup>2</sup> Assistente Social do Ministério Público de Minas Gerais, docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

<sup>3</sup> Docente do Curso de Serviço Social da Unimontes. Orientadora do trabalho.

### ABSTRACT

*This work characterized as a case study, in order to know the meanings of the main policy of Social Welfare from the perspective of their own families users of this policy. The group of interviewees is composed of 05 persons. The instrument for collecting data sector has semi-estruradas. Data were analyzed from the perspective of the dialectical method characteristics. The research indicates that the Social Welfare and Social Policy public still invisible to most social subjects of this research. However, there is a recognition by all the interviewees that the State is obliged to meet those who most need. Moreover, the analyzed data suggest a new "look" of users of Social Welfare on social policies.*

**Keywords:** *social protection, social welfare and law.*

### INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988, no seu artigo 194, inova quando afirma que a Seguridade Social abrange as políticas setoriais da Saúde, Previdência e Assistência Social. E no caso dessa última, será prestada "a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social" [...] (Art.: 203, BRASIL, 1988). Ou seja, a Assistência Social passou a ser considerada a partir da Constituição como uma política pública de direito.

Entretanto, passados quase 20 anos da promulgação da Lei, muito tem se debatido sobre a efetividade das políticas sociais brasileiras. Mesmo com as conquistas advindas com a Constituição, as condições econômico-políticas decorrentes do processo de globalização e do neoliberalismo, além de outros fatores, têm dificultado a consolidação dos direitos sociais (SCHONS, 2003).

Nesse atual contexto histórico, de que forma os usuários da Assistência Social têm percebido essa política? Como benesse ou direito? O que a Assistência Social tem representado no cotidiano dessas famílias? Os programas sociais têm contribuído, como é comum ouvir no dia-a-dia, para que o público alvo de programas sociais fique mais acomodado e, conseqüentemente, mais dependente do Estado?

Para melhor compreender essa temática, procura-se por meio de estudo de caso, conhecer os significados da Assistência Social, a partir da perspectiva dos próprios usuários dessa política. O propósito é

responder a essas indagações à luz do atual sistema de proteção social em curso, tendo a Assistência Social como objeto de estudo, uma vez que essa é umas das políticas de Seguridade Social.

Por conseguinte, acredita-se que conhecer os significados da Assistência Social a partir dos próprios usuários, remete a uma análise dos próprios programas/projetos sociais e da Assistência Social como política social pública, integrante da Seguridade Social.

Assim, para desenvolver este trabalho, procura-se situar a política da Assistência Social a partir da Constituição de 1988. Posteriormente, são apresentados alguns dados sobre os significados da Assistência Social, extraídos de uma pesquisa com algumas famílias que acessam essa política social, que vêm subsidiar o estudo sobre a compreensão dessa política nos dias atuais, levando em conta seus avanços e desafios.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Este estudo aborda a Assistência Social na concepção de uma política social pública, entendida como "um conjunto de responsabilidades públicas do Estado que deverá exercê-las de forma descentralizada, participativa e afiançadora de direitos" (SPOSATI, 2004, p.36).

Nesses termos, apesar de concordar com Schons (2003) ao afirmar que os direitos sociais não são efetivamente concretizados no Brasil, e saber das ambigüidades que estão presentes na concepção da Assistência Social como direito, trabalha-se com a teoria de que essa fragilidade dos direitos sociais, ainda tão forte no Brasil, não invalida o status da Assistência Social como direito social.

Outro aspecto importante a pontuar refere-se ao questionamento acerca da possibilidade de se falar de um Estado de bem-estar social<sup>4</sup> no Brasil. Comparativamente as experiências dos países europeus, como bem mostram os estudos de Falcão (2002), pode-se afirmar, a priori,

---

<sup>4</sup> "Estado do bem-estar (Welfare State), ou Estado assistencial, pode ser definido, a primeira análise, como Estado que garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político" (BOBBIO et al, 2000, p.416).

que não houve efetivamente um Estado de bem-estar na sociedade brasileira. Todavia, não se deve afirmar que aqui não tenha existido um "certo modelo" de proteção social.

Nesse contexto, vale destacar que o termo *proteção social*, como é compreendido hoje, é um conceito amplo,<sup>5</sup> que a partir do século XX passou a incluir: a *seguridade social* ("sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais, cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos"), o *asseguramento* ("regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como direito") e as *políticas sociais* ("uma espécie de política pública que visa concretizar o direito à seguridade social, por meio de um conjunto de medidas, instituições, profissões, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros") (PEREIRA, 2000, p.16).

Dessa forma, de acordo com a autora, a proteção social, bem como as diversas políticas sociais, já que essas são partes integrantes do amplo conceito de proteção, não pode ser sinônimo de tutela e nem deve estar sujeita a arbitrariedades. Assim, é nessas perspectivas que se baseia este texto.

### **A Nova República: a Constituição de 1988 e o Novo sistema de Proteção Social Brasileiro**

A década de 80, no Brasil, foi marcada pela transição do regime militar para a constituição do Estado democrático de direito. Em 1988 foi promulgada mais uma Constituição, denominada Constituição Cidadã. Nesse texto, além de terem sido assegurados todos os direitos trabalhistas das décadas anteriores, foram acrescentados aspectos importantes no campo dos direitos sociais, entre eles a constituição do sistema de Seguridade Social, congregando as políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social<sup>5</sup>.

Vale salientar que a Constituição de 88 procurou, por meio da Seguridade Social, oferecer uma nova concepção ao campo social, já que ampliou os direitos sociais e inseriu a "noção de responsabilidade do Estado brasileiro frente a essas políticas" (ROJAS SOUTO, 2004, p.159).

---

<sup>5</sup> Para estudo detalhado sobre o processo histórico das políticas sociais no Brasil, consultar Rojas Couto (2004), Pereira (2006), Behring e Boschetti (2007) dentre outros.

Porém, dentre essas políticas que agregam à Seguridade Social, a Assistência Social foi a última a ser regulamentada, só ocorrendo em 1993, no governo Itamar Franco, com a promulgação da Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Art.:1º: A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não-contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas<sup>6</sup>.

Art.: 4º: A Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:

I-supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica [...].

Assim, de forma bastante significativa, a LOAS prevê a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, o amparo da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências, a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que não pode prover a própria manutenção ou não pode ser provida pela suas respectivas famílias (LOAS, incisos I a V).

De acordo com Rojas Couto (2004), não se pode negar também que os princípios propostos pela LOAS foram bastante avançados, já que colocou a supremacia das necessidades sociais sobre a rentabilidade econômica, além, é claro, da universalização dos direitos sociais, não encontrando nenhum precedente na legislação social nem nos projetos existentes no Brasil até então.

No entanto, a LOAS foi promulgada exatamente no contexto mundial da retomada da política liberal como reação a política do "Welfare State" <sup>7</sup>. A ideologia neoliberal faz com que o acesso às políticas sociais seja limitado, pois conduz ao corte nos gastos públicos, à mercantilização das políticas públicas, à perda de alguns direitos trabalhistas, dentre outras mudanças.

<sup>6</sup> A lei cita a provisão dos mínimos sociais, mas não os define. Sobre esse assunto, consultar Pereira (2006) que faz uma importante reflexão sobre essa temática.

<sup>7</sup> Sobre a crise do "Welfare State", cf. Behring e Boschetti (2007).

Assim, no Brasil, onde não houve efetivamente um Estado de bem-estar social, o que se observa, em termos práticos, é um reforço às políticas emergenciais, focalizadas e com uma forte presença da idéia da solidariedade. Destarte, o Estado deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento social e também econômico para se tornar promotor e regulador desse desenvolvimento (FALEIROS, 1991). No campo da Assistência Social, o problema torna-se mais grave, pois é uma política social recente e que se encontra em plena construção.

Exemplo disso foi o que aconteceu com a Assistência Social no governo Fernando Henrique Cardoso. Nesse período, com a criação do programa Comunidade Solidária, houve uma desresponsabilização do Estado frente às políticas sociais, transferindo o que é de sua responsabilidade para a sociedade civil num discurso de solidariedade, ocorrendo, portanto, um retrocesso na consolidação dos direitos sociais. Assim, o governo FHC foi, na área da Assistência Social, uma mistura de "conservadorismo e modernidade neoliberal", que impossibilitou a consolidação da "cultura de política social e de direitos sociais para a assistência social" (SPOSATI, 2004, p.35-36).

Entretanto, apesar da influência neoliberal no país, foram publicados, precisamente em outubro de 2004, os principais fundamentos e diretrizes da nova Política Nacional de Assistência Social. Essa Política procura reorganizar seus projetos, programas, serviços e benefícios, apontando para a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS - com base numa nova compreensão da realidade do país. O objetivo do SUAS é transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição de 1988 e da LOAS, cumprindo uma urgente, necessária e nova agenda para a cidadania no Brasil. Procura integrar efetivamente o governo federal aos estaduais e municipais em uma ação pública comum de garantia de direitos universais.

É importante salientar que a iniciativa de construir e implementar o SUAS foi resultado da IV Conferência Nacional da Assistência Social, que ocorreu em Brasília/DF, realizada em dezembro de 2003. Nesse encontro, foi indicada como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social. Diferentes profissionais da área da Assistência Social realizaram encontros de discussões em todos os Estados do Brasil durante o ano de 2004 que culminaram, na reafirmação e publicação da nova Política de Assistência Social como política pública de direito.

Isso posto, pergunta-se: a nova Política Nacional da Assistência Social (PNAS) tem sido capaz de romper com a cultura do não direito que

ainda vigora em nossa sociedade? As políticas sociais têm promovido ou contribuído para promover uma melhor redistribuição de renda? Será possível romper com a "cidadania regulada" ou mesmo a "cidadania invertida" <sup>8</sup>, em direção a uma cidadania plena?

Para Sposati (2004), a aprovação da Política Nacional da Assistência Social em 2004 é um sinal de que é possível construir uma política de Assistência Social de Estado e não meramente uma política de governo. Conforme a autora, a promulgação dessa política dá sinais de um novo rumo à gestão da Assistência Social como política pública de direito.

Esse dado é relevante, porque, mesmo que a Constituição de 1988 tenha incluído a Assistência Social no âmbito da Seguridade Social, não foi possível encontrar, naquele momento, "interlocutores e interlocuções estruturadas e organizadas na academia, na sociedade civil e nos movimentos sociais" (SPOSATI, 2004, p.33). Em outras palavras, para a autora, a Assistência Social como parte da Seguridade Social não partiu de uma proposta construída nacionalmente, e sim foi mais uma decisão política de governo, sendo esse conservador, recém saído de um regime militar.

Nesses termos, a inclusão da Assistência Social como parte integrante da Seguridade Social "se deu pela negativa", ou seja, "passou a ser do campo da Assistência Social o que não era da Previdência por não ser benefício decorrente de contribuições prévias" (SPOSATI, 2004, p.33).

Percebe-se que não estavam claras para o próprio governo as suas novas responsabilidades ao incluir a Assistência Social no âmbito da Seguridade Social. Isso porque, não havia uma preocupação política; pelo menos é o que observa, de ampliar a proteção social no Brasil. Assim, pode-se dizer que a construção da política da Assistência Social foi permeada por forças conservadoras que têm retardado a consolidação dessa política no campo de conquista de direitos (SPOSATI, 2004).

Nessa perspectiva, é preciso que se rompa de forma definitiva com o paradigma tradicional segundo o qual Assistência Social é

---

<sup>8</sup> De acordo com Santos (1994, p.68) cidadão seria todo aquele que estivesse incluído em "qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei (...). A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo (...)". Cidadania invertida, termo cunhado por Fleury para designar a condição do indivíduo que "passa a ser beneficiário do sistema pelo motivo mesmo do reconhecimento de sua incapacidade de exercer plenamente a condição de cidadão [...] o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como um não-cidadão" (FLEURY, 2002, p.44).

reconhecida como meramente assistencialista, para consolidar de vez o "paradigma da Assistência Social sob a égide do avanço dos direitos sociais" (SPOSATI, 2004, p.35). Para isso, a autora sustenta a teoria de que, para romper com esse paradigma é essencial estabelecer as particularidades e especificidades da Assistência Social.

Uma das inespecificidades pontuada pela autora é a concepção de que a referida política atua como reguladora da pobreza, especializada em necessitados. É uma concepção estigmatizadora, que pouco contribui para a universalidade da cidadania. Segundo Sposati, essa forma de perceber "o campo inespecífico" da Assistência Social, acaba por discriminar negativamente segmentos da população, não permitindo, dessa forma, a universalização da cidadania (SPOSATI, 2004, p.40).

Certamente, a promulgação da PNAS representa mais uma conquista nesse campo, porém, acredita-se que é fundamental a sua efetiva aplicação para que a mesma seja capaz de deslocar o modelo "meritocrático-particularista", que predomina nas políticas sociais brasileiras, como afirma Draibe (1990), em direção ao modelo institucional redistributivo, isto é, para uma proteção social que seja de fato universalista e igualitária.

Em resumo, a literatura tem mostrado que a Assistência Social, por si só, não tem condições de resolver a enorme desigualdade presente em nosso país. Recorrendo às idéias de Carvalho (2000), afirma-se que é mister a Assistência Social sair do papel de coadjuvante, conquistar maior visibilidade e reconhecimento perante a opinião pública como política social pública de direito.

Para tanto, é imprescindível que se busque interlocução com as demais políticas públicas, objetivando romper com a cultura predominante de que a missão da política de Assistência Social é oferecer proteções compensatórias e emergenciais. Assim, essa política, em interface com a Saúde, Previdência, Educação, dentre outras, precisa oferecer serviços contínuos que promovam, efetivamente, a cidadania de todos aqueles que dela necessitarem.

Dessa forma, a partir da próxima seção inicia-se a análise dos dados coletados na pesquisa de campo efetuada junto a algumas famílias. A pesquisa teve o seguinte questionamento central: O que pensam os usuários da Assistência Social? Nesse aspecto, buscou-se analisar os significados dos mesmos com o propósito de possibilitá-los a palavra e ouvi-los para melhor compreender a política da Assistência Social e a própria noção de cidadania que a permeia.

Por conseguinte, compreender os diversos significados socialmente constituídos para os indivíduos que acessam a Assistência Social é o ponto de partida para compreender como essa política medeia "o processo de constituição da subalternidade e exclusão" (YAZBEK, 2003, p.134) e até que ponto ela está visível para a sociedade, principalmente para aqueles que dela necessitam.

## ANÁLISE DOS DADOS

As informações que ora se apresentam são parte de uma pesquisa mais ampla resultado da monografia, realizada em setembro de 2006, intitulada "*As Representações Sociais Sobre a Assistência Social em uma Comunidade Escolar de Montes Claros-MG: um estudo de caso*". As famílias, sujeitos sociais deste estudo, foram contactadas por meio de uma escola pública da rede estadual de ensino. A escolha da instituição definiu-se por questões pessoais, já que uma das autoras trabalha na escola, o que levou a acreditar que teria mais facilidade em obter acesso aos entrevistados. O critério foi entrevistar famílias de alunos que participam de algum programa social. Por uma questão metodológica, ou seja, para melhor delimitar o objeto de estudo, foi definido o projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano<sup>9</sup>, como âmbito das investigações em termos de projetos sociais. Destaca-se também que apesar de se ter procurado transcrever as falas na íntegra, teve-se que suprimir alguns trechos das entrevistas devido à extensão das mesmas e pelo fato de apresentarem informações repetidas. Após definição de todos os participantes, foi garantido aos entrevistados o comprometimento com a questão ética em relação aos depoimentos, bem como o sigilo às identidades dos mesmos.

Assim, foram entrevistados 05 sujeitos sociais. Uma avó de 70 anos de idade, nunca freqüentou escola, mas sabe ler e escrever, é dona de casa, seu grupo familiar é composto por 13 pessoas, incluindo esposo, netos, filho e nora. No momento da entrevista o seu esposo estava presente e também participou. Ele é pedreiro, tem 71 anos de

<sup>9</sup> Projeto criado em 1999, mas começou a ser implantado em 2000. Destina-se a adolescentes de 15 a 17 anos. Tem como público alvo prioritário jovens que estejam ainda fora da escola, que sejam oriundos de outros programas, que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco pessoal e social e que sejam egressos ou que estejam sob medida protetiva ou sócio-educativa. Disponível em <[www.mds.gov.br/rede-suas/protecaosocial\\_basica/projeto-agente-jovem-de-desenvolvimento-social-e-humano](http://www.mds.gov.br/rede-suas/protecaosocial_basica/projeto-agente-jovem-de-desenvolvimento-social-e-humano)> Acesso em: 02/04/2006.

idade e estudou até a 1ª série. Serão identificados como *família 1/avó* e *família 1/ avô*. Outro sujeito dessa pesquisa tem 37 anos de idade, 4 filhos, cursa a 8ª série no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ela é dona de casa e seu marido trabalha como autônomo; será chamada de *família 2/mãe*. Outra entrevistada também tem 37 anos de idade, 3 filhos, cursou até a 5ª série, é diarista e seu esposo é padeiro. Será denominada de *família 3/mãe*. E por último a *família 4/irmã*<sup>10</sup>. Essa tem 26 anos de idade e trabalha como vendedora. É importante destacar que todas as famílias entrevistadas recebem também o Bolsa-Família.

Inicia-se a análise com a fala da família 1/avó. Ao questionar sobre o que ela entende por Assistência Social, de forma bastante objetiva e imediata, a mesma respondeu “tudo”. Tudo? Perguntou-se. Nesse momento percebeu-se que seria uma entrevista fundamental, bastante reveladora para melhor compreender o objeto de estudo.

É tudo porque eu vivo quase dependendo da Assistência Social, minha aposentadoria veio da Assistência Social, das coisas dos “veio” [refere-se ao Benefício de Prestação Continuada -BPC]. A Assistência Social sempre me ajuda, eu tenho Bolsa Família, é da Assistência Social, não é? Tem a menina que é do Agente Jovem, é bom, não ganha muito, mas é um dinheirinho que vem na hora certa...é bom, ajuda também...a Assistência Social para mim é tudo. Eu não posso reclamar da Assistência Social, porque tem gente que fala que Assistência Social é isso, que é aquilo, né. Fala que não serve, que Assistência Social não vale nada, mas pra mim vale [...]. O povo é assim, ele acaba de receber o benefício e reclama dele, recebendo e reclamando. Eu não tenho nada a reclamar, porque a Assistência Social para mim é tudo. Eu criei 9 filhos, e agora crio 10 netos. Eu não posso reclamar não...se adoço eu vou ao posto...vou atrás...busco o remédio (Família1/avó).

E acrescentou ainda,

Olha, nós criamos aqui 10 netos, dez... Tudo estudou, graças a Deus. Quem não formou é porque não quis. Mas eu agradeço. Primeiro foi o Bolsa-Escola que agora mudou para Bolsa-Família, mas se não fosse, eu não dava conta

<sup>10</sup> Realizou-se a entrevista com a irmã pelo fato de a mãe ter viajado, e segundo a aluna A, sua mãe só retornaria à cidade no final do mês de novembro.

de por eles para estudar não, como é que eu comprava material? Então eu compro é com o dinheiro do Bolsa-Família.

Percebe-se que o depoimento da família 1/avó apresenta uma situação em que a Assistência Social é reconhecida como uma estratégia fundamental de sobrevivência e que a mesma tem consciência das dificuldades de sobreviver sem os recursos advindos dos programas e benefícios sociais. No entanto, ao contrário dos resultados dos estudos de Yazbek (2003), nota-se que não há, aqui, uma demonstração de resistência pelo fato de depender da Assistência Social, ou seja, não se observa um posicionamento contra a “ajuda”, pois a família1/avó não demonstrou sentir-se humilhada por sobreviver dos recursos dessa política. Ao contrário, o que se presenciou foi uma posição de crítica contra aqueles que “reclamam da assistência”.

Entretanto, é importante reafirmar que a visão da Assistência Social está intimamente ligada às experiências vividas pelos diferentes sujeitos sociais. É o que se nota nos depoimentos dos outros entrevistados.

Eu entendo assim, é uma entidade que ajuda as pessoas a entenderem melhor as coisas, para entrar no mercado de trabalho ou em qualquer outras coisas, ter mais informações sobre vários aspectos, inclusive minha menina aprendeu coisas lá que ela não sabia, eu também não sabia...ela está aprendendo e nós também “tamos” aprendendo. Só passei entender alguma coisa sobre Assistência Social depois que minha filha passou a fazer parte do programa (Família 2/mãe)

Assistência Social ?...É uma ajuda. Eu acho que é uma ajuda (Família 4/irmã).

Eu acho que é assim um programa...assim de ajudar as pessoas mais necessitadas, né? principalmente os jovens que precisam, muitos ficam assim...na rua sem fazer nada, vão para os lugares que os pais não estão. Então eu acho que esse programa assistência social é para ajudar os jovens... principalmente os jovens (Família 3/mãe).

Nota-se, então, que a Assistência Social, além da “ajuda”, também é associada à informação, à entidade e a programas voltados para a juventude. Ou seja, de um modo geral, há uma ausência de percepção da Assistência Social como política social pública. A própria expressão

Assistência Social parece estranha aos entrevistados, e quando se utiliza a expressão "Política da Assistência Social", fica mais distante ainda, como se percebe na fala da família 3/mãe: "[...] Política? Política? Eu não sei o que é isso não [...]".

Já na família 01/avó percebeu-se uma maior familiaridade com a Assistência Social, pois durante a conversa ela destacou: "[...] olha, ali dentro da Assistência Social não é só Agente Jovem, lá tem PETI, Bolsa-Família, tem tantas outras coisas né? [...]".

A preocupação em "proteger os filhos", observação essa feita em todas as falas é também um dado significativo. Essa constatação faz recorrer aos objetivos da Proteção Social Básica apresentada na atual política da Assistência Social.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gêneros ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p.27)

Desse modo, há uma consciência de que, muitas vezes, a família não se encontra em condições de garantir essa proteção social e daí o reconhecimento da importância de programas sociais na vida das famílias. Essa percepção fica mais evidente nas falas das famílias 1 e 3.

Olha, só de tirar essa molecada da rua e dá uma ocupação para eles, mesmo que eles não tiverem fazendo outra coisa, tiver brincando lá, mas pelos menos na rua não tá, isso pra mim já é vantagem [...]. Se eu puder, na hora que ela completar os 18 anos, que ela sair, eu vou colocar essas outras duas [estão na sala mais duas netas]... se eu conseguir arrumar os documentos para elas [...] (Família 1/avó).

Acho muito bom. Eu gosto demais. Inclusive ele começou a ir assim...sem compromisso nenhum, ele ia por ele mesmo,

assim...sabe? Ele nem recebia nada, ficou um tempo bom sem receber nada, foi mesmo por gostar. E eu também gostei muito dele ter entrado porque livrou ele ir pro rio, ele ia muito no rio que tem ali perto. E eu ficava aqui preocupadinha, se eu precisasse sair, eu já ficava doidinha, ligava toda hora [...] (Família3/mãe).

Nota-se, portanto, o reconhecimento pelas famílias da necessidade de uma proteção social. Essa constatação é relevante, pois se sabe que as mudanças ocorridas na ordem econômica têm provocado significativas transformações na sociedade, em diversos aspectos. Nesse contexto, estudos mostram que a família tem passado por grandes mudanças, entre essas, estão o empobrecimento, as variedades de arranjos familiares, dentre outras. Em consequência disso, as famílias tornam-se mais vulneráveis, principalmente porque a pobreza no Brasil não é conjuntural. Nesse sentido, a família atual demanda cuidados, requerendo uma efetiva proteção social (MIOTO, 2000). Essa demanda fica bem evidente em outro momento da fala da família 03/mãe.

Eu gosto [refere-se ao fato de sua família participar de programas sociais] pra mim, não tem nenhum problema, inclusive eu até brigo com ele quando ele falta o "Segundo Tempo" [aponta para o outro filho que faz parte do programa "Segundo Tempo"<sup>11</sup> e está presente durante a entrevista] é um lugar que a gente sabe que eles estão lá... brincando sob o olhar de um professor, né? Igual se ele ficar aqui em casa (...) eu saio para trabalhar, eu já fico preocupada...sem saber se ele está na rua, se ele está dentro de casa. E se ele foi prá lá, não... se acontece alguma coisa lá...todos os professores tão lá para acudir, prá olhar, se precisa levar ao médico, eles levam, não tá na rua...então eu me sinto assim...mais calma ... por saber que eles tão lá e que eles estão mais protegidos né...de alguma forma...[risos] protegidos de todo não tá...né?

Percebe-se mais uma vez que, participar de programas sociais não faz com que as famílias se sintam estigmatizadas, humilhadas. O que se pode apreender das falas, principalmente das famílias 1/avó e a

---

<sup>11</sup> Programa criado pelo Governo Federal, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meios de atividades esportivas e de lazer realizadas no contra-turno escolar. Atende crianças e adolescentes com idade entre 07 e 17 anos, matriculados na rede pública de ensino. Disponível em < <http://www.esporte.gov.br/segundotempo/mapaconvênio.asp> > Acesso em: 05/05/2006.

família 3/mãe é o reconhecimento de que os programas sociais, em particular, os voltados para os adolescentes, de alguma forma protegem os seus filhos. São observações que merecem mais estudos para uma melhor compreensão.

Sabe-se que a família acaba sendo uma caixa de ressonância das "Questões Sociais" as quais a sociedade brasileira atravessa. Dessa forma, as ações sociais não podem ser pontuais, setorizadas, pois, como afirma Miotto (2000), não existe o desemprego como categoria abstrata, mas os desempregados. Além disso, quanto mais o grau de situação de exclusão da família, mais expostas à vulnerabilidade ficam seus filhos. Assim, as políticas sociais não podem ser compensatórias, mas devem "possibilitar a convivência familiar em patamares condizentes com as expectativas que a sociedade tem em relação às famílias" (MIOTTO, 2000, p.4). Em outros termos, as políticas sociais precisam ultrapassar suas funções reguladoras, compensatórias e se direcionarem para o fortalecimento da cidadania.

Feitas essas considerações, vale destacar que as ações da Assistência Social, são percebidas pelos entrevistados como obrigação do Estado. Há um reconhecimento de que nem todas as famílias têm condições de manter sua sobrevivência, e portanto, o Estado tem esse papel, o de garantir a sobrevivência daqueles que necessitam.

Olha eu penso assim, é bom, então a gente fica na expectativa porque na hora que não tiver mais, a gente precisa arrumar outro meio porque a gente sente falta, igual ela estuda, e eu também estudo, gasta com muito material. Ela mesmo já pensa...vai procurar fazer cursinho e correr atrás de um emprego porque aqui em casa tem 4 filhos é muito apertado [...]. Eu acho assim, é um alerta para gente [...]. Você fica na expectativa que aquilo vai acabar uma hora, então você não pode ficar dependente daquilo a vida inteira, então antes da gente ter aquela ajuda parece que assim...a gente não sente falta daquilo vai muito bem, mas depois que você tem aquilo, se cortar vai fazer falta, a gente acostuma [...] meu pensamento é assim, vai acabar e você vai ter que se virar depois [...]. Eu acho que é um direito porque assim, igual meu marido trabalha...mas tem tanta gente que não trabalha e não tem renda nenhuma....então eu acho que é uma obrigação do governo ajudar os mais necessitados (Família 2/mãe).

A questão da ajuda expressa nesse depoimento, indica mais uma vez a problemática do público alvo da Assistência Social e a própria função das políticas sociais. Ao direcionar a Assistência Social para os segmentos mais necessitados, essa política acaba sendo mais uma estratégia econômica na tendência do Estado em assumir, cada vez mais a função de garantir os mínimos sociais, já que a família não tem condições de suprir as necessidades dos segmentos da sociedade mais vulneráveis (FARIA 1998).

Por outro lado, apesar da idéia da ajuda, observa-se um posicionamento de consciência que o programa não é definitivo. A questão do direito também aparece, e não há uma relação entre utilizar recurso da Assistência social e sentir-se retraído, constrangido. Não se presencia também a idéia do comodismo. Ao contrário, emprego, curso, estudo são expectativas também de alguns entrevistados.

No entanto, na fala da família 01/avó, já se nota uma concepção de favor mais presente. Quando a mesma comentava sobre o que significava "tudo" para ela, o seu esposo começou a participar da conversa.

O que ela tá falando é o mesmo que eu mesmo sinto agora. Eu trabalho de pedreiro, mas como agora eu não tô podendo, não tenho mais condições de trabalhar como pedreiro, sou aposentado também. Eu vivo da Assistência Social, tudo que faz para ela é prá mim né; eu agradeço muito a Assistência social porque ela tem nos ajudado muito. Agora mesmo na votação foi falado é *que nós tão querendo votar né Lula porque Lula deu assistência social, deu Bolsa-Estudo, Bolsa-Família* [imita alguém falando] (...) mas não é só por isso, é porque ele foi... de quando eu conheço presidente ali... o melhor que eu já vi foi ele, entrou lá e fez muita coisa...(Família1/Avô).

E a avó acrescenta,

é o único que ajudou os pobres, é o único que ajudou [ênfatisa] ...eles falam é ... *o povo vai votar no Lula por causa do Bolsa- família* [imita também alguém falando], mas é por causa do Bolsa-Família mesmo [destaca bem], pois é de lá que a gente tira, não é? Como é que a gente vai cuspir no prato que comeu? Não senhora, não pode não.

Ajuda, agradecimento, pobreza são algumas palavras que se pode apreender das falas acima, as quais nos fazem refletir sobre as leituras

de Demo (2001). Segundo ele, mesmo que as pessoas tenham consciência do que é um direito de cidadão, começa a existir uma relação de agradecimento, de recompensa que, conforme esse autor, gera um tipo de gratidão expresso pelo voto. Portanto, para Demo (2001), a assistência quando não é provisória, pode gerar dependência e consequentemente o que deveria ser assistência torna-se assistencialismo.

Por outro lado, observando com atenção as falas dos avós, percebe-se, também, que, mesmo de forma contraditória, há um reconhecimento de que o governo está cumprindo o seu papel, que é desenvolver políticas sociais para atender aqueles que necessitam. Isso fica mais evidente em outras falas, quando se pergunta se eles entendiam os programas sociais como favor ou direito, pergunta essa que surgiu decorrente das falas dos mesmos.

Eu acho que é direito nosso mesmo. Porque nós somos cidadãos, né? Nós pagamos impostos, então é obrigação do governo ajudar (Família 4/irmã).

Não é favor [ênfatisa pausadamente]. É obrigação do governo trabalhar sobre assunto da Assistência Social, cuidar das pessoas menos favorecidas, né. Isso é uma obrigação dele fazer. Nós ...igual ele falou ... ele é o nosso patrão né. Nós é quem pôs ele lá, então nós temos que ter essa recompensa (Família1/avô).

É a avó completa,

[...] é as duas partes. É obrigação que quando a gente sente que ele tá fazendo obrigação da gente, a gente sente que é favor, mas...é as duas partes...ao mesmo tempo. É obrigação do governo, ajudar né, mas nós que recebemos ajuda, acha que pra nós é favor [então a senhora acha que é favor, pergunta-se.] Não é favor [ênfatisa] é obrigação deles fazer. É obrigação. É eles que tá com tudo nas mãos, então quem tem que ajudar é eles.

Nesses termos, pode-se apreender que conceber políticas sociais no Brasil como direito, apesar dos avanços, requer ainda um tempo, até porque, recorrendo a Ian Gough<sup>12</sup> (apud ARRETCHE, 1995), buscar melhores condições de vida necessita que haja uma classe trabalhadora

<sup>12</sup> GOUGH, Ian. *The Political Economy of the Welfare State*. Londres, MacMillian Press, 1979.

forte e organizada, que seja capaz de pressionar o Estado em direção de políticas sociais mais efetivas.

Entretanto, para compreender as falas dos sujeitos sociais, faz-se necessário também levar em conta o atual contexto do capitalismo financeiro/especulativo. Conforme salienta Faleiros (1999), há uma grande massa de trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho e as chances de ingressar nele são mínimas, como é o caso da família 1/Avó que tem 70 anos de idade e nunca frequentou escola.

Nesse sentido, quando Demo (2001, p.48) afirma que é "mais importante saber dispensar a assistência do que depender dela", precisa-se considerar as particularidades dos grupos familiares. O caso da família 1/Avó deixa isso muito claro. Apesar de reconhecer a "dependência" que sua família tem em relação à Assistência Social, o que se pode observar é que ela procura o tempo todo manter os vínculos familiares em relação aos seus netos, demonstrando preocupar-se com a educação e emprego dos mesmos.

Nesse sentido, o que se pode ver, apesar da contradição que há entre direito e favor, da compreensão do papel do Estado e dos problemas que a Assistência Social enfrenta ainda, são famílias que estão na luta cotidiana, procurando "proteger" seus filhos, buscando manter os vínculos familiares fortalecidos. No caso da família 1/avó, por exemplo, há uma disponibilidade em participar das reuniões que acontecem na comunidade: "agora mesmo eu estava na reunião do PSF, vim mais cedo por causa da entrevista. Eu até gosto (...) quando eles falam que tem reunião eu vou". Relatou-nos durante a entrevista.

Eu penso arrumar um emprego para ela [...]. Depois que você começa a ganhar dinheiro você não fica mais parado. A pessoa só fica parado, quando não tem o gostinho de pegar no dinheiro. Ela mesma acostumou ganhar o dinheiro. É pouquinho. É 65 reais por mês, mas ela tem ele. Quando ela sair, é preparar outra coisinha, não pode ficar parado não. A outra neta, que formou [aquí, ela cita a escola a que se refere esta pesquisa], este ano já fez prova para o agente da saúde. Passou, já vai ser contratada agora. Para mim é ótimo.

Eu espero que ela consiga arrumar um trabalho né...porque igual ela mesmo falou que já vai ajudar muito porque ela

aprendeu coisas lá inclusive prá emprego, entrevista ela aprendeu como se comporta tem uma visão melhor das coisas (Família 2/mãe).

Ele ajuda, por enquanto ele comprou roupa prá ele, comprou sapato, comprou as coisas que ele estava precisando, sabe...eu não estava podendo dar. E agora eu falei prá ele que esse mês prá cá, é prá ele me dá que é prá mim guardar pra pagar curso prá ele...agora ele vai fazer curso...de informática para ele poder arrumar emprego (Família 03/mãe).

Nota-se, portanto, diferentemente do discurso neoliberal que permeia a sociedade, que as famílias não apresentam características de acomodação. Ao contrário, as mesmas têm consciência das dificuldades que enfrentam, reivindicam o direito ao trabalho e com exceção da família1/avó, todas as demais exercem atividades laborativas. Além disso, reconhecem que o recurso do projeto é escasso, porém afirmam que ele contribui para algumas despesas domésticas. No caso da família2/mãe, essa indicou ter consciência que tanto o projeto Agente Jovem, quanto o Bolsa-Família não são definitivos. Assim, apesar de todas as desigualdades sociais, da situação de privação que passam, há uma busca para que seus filhos estejam em situação melhor que a deles, como diz a família 1/avó, "o que não pode é ficar parado não".

Por conseguinte, compreender como a família concebe os programas sociais, e mais especificamente a Assistência Social não é tarefa muito fácil, até porque são famílias que, a despeito de suas semelhanças, suas experiências de vidas diferentes são diferentes; desse modo, interpõem-se das limitações ao se tentar apreender as falas dos entrevistados. E, como bem lembra Jovchelovitch (1995, p.65), entender as representações é uma forma de compreender como "os sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, através de uma identidade social".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise dos significados que os entrevistados têm sobre a Assistência Social, apresentam-se algumas conclusões da investigação que se consideram importantes.

Em todas as falas há um reconhecimento de que o Estado tem a obrigação de "ajudar" a população mais necessitada. Em outras palavras, o direito à assistência é ponto comum a todos os entrevistados, mas compreender essa assistência como direito social, numa perspectiva de política social, não está muito claro para os entrevistados.

Assim, a Assistência Social como política social pública, apesar dos avanços, continua, ainda, invisível para os entrevistados dessa pesquisa. Ela é identificada como forma assistencialista, de ajuda, dentre outras representações. Todas as discussões sobre SUAS, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) são desconhecidas pelos sujeitos sociais.

Além dessas observações, as análises dos depoimentos tende a concluir que, se por um aspecto, a Assistência Social ainda não tem garantido uma efetiva autonomia<sup>13</sup> dos indivíduos, por outro, não tem reforçado a submissão ou o comodismo como sustenta Demo (2001).

No entanto, apesar de parecer contraditório, por todas as questões levantadas anteriormente, é possível perceber, ainda que de forma bastante tímida, que os programas de distribuição de renda, apesar de suas limitações, estão mudando de certa forma, a concepção das pessoas sobre os serviços da Assistência Social. O fato de as famílias não se sentirem humilhadas, desconfortáveis, como foi constatado nos estudos de Yazbek (2003) nos anos 80, é uma mudança de cultura, decorrente do próprio avanço das políticas sociais que tem ocorrido nas últimas décadas. Nesses termos, esse trabalho carece de estudos posteriores, bem mais aprofundados.

E finalmente, vale destacar também que, por se tratar de uma pesquisa em Ciências Sociais, tem-se a consciência de que os resultados que se obteve com o estudo foi uma aproximação da realidade social e por isso, um resultado provisório. Além disso, sabe-se que a análise de dados em pesquisa qualitativa "é um processo complexo, não linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha toda a investigação [...]" (ALVES, 1999, p.170).

---

<sup>13</sup> De acordo com o manual Fotografia da Assistência Social no Brasil na Perspectiva do SUAS (2005,p.37), *autonomia* "significa ter preservado nas atenções da política de assistência social, o respeito a capacidade de escolher, o reconhecimento do direito do cidadão em conduzir sua própria vida, a efetiva participação política na construção de processos emancipatórios e exercício pleno de cidadania".

## Agradecimentos

Às famílias, sujeitos dessa pesquisa, por oferecerem seus anseios, sonhos, inquietações e que sem essa participação este estudo não seria possível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alda Judith; MAZZOTTI, Fernando Gewandsnajder. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Tromson, 1999.

ARRETCHE, Marta T.S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. In: **BIB**: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: n° 39, 1995, p.3-40.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e historia 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOBBIO, Norberto et.al. **Dicionário de Política**. Tradução Carmem C. Varriale et al. Coordenação da tradução: João Ferreira; revisão geral: João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. 5° ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988: Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 382 p.

BRASIL. Lei n° 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), 1993. 48 p.

BRASIL. Resolução N° 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004). Dispõe sobre a Política Nacional da Assistência Social, Brasília, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A Política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N° 62. São Paulo: Cortez, 2000, p. 145-155.

DEMO, Pedro. Brincando de Solidariedade: política social de primeira-dama. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord). **O Comunidade Solidária**: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001, p. 43-69.

DRAIBE, Sônia Miriam. As Políticas Sociais Brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: **Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas para a Década de 90**. IPEA/IPLAN, Brasília, 1990.

ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias políticas do Welfare State. In: **Lua Nova**, n. 24, 1991.

FALCÃO, Maria do Carmo. A Seguridade na Travessia do Estado Assistencial Brasileiro. In: SPOSATI Aldaíza; FALCÃO Maria do Carmo; FLEURY Sônia Maria. **Os Direitos (dos Desassistidos) Sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p.109-126.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios do Serviço Social na Era da Globalização. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. N° 61, ano XX, novembro. São Paulo: Cortez, 1999, p. 153-185.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O Que é Política Social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social. In: **BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: n° 46, 1998, p. 39-71.

FOTOGRAFIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL NA PERSPECTIVA DO SUAS. V Conferência Nacional de Assistência Social –SUAS- Plano 10- Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil. Brasília, 5 a 8 de dezembro de 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A., JOVCHELOVICH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 63-85.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Cuidados Sociais Dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 04: O trabalho do assistente social e as políticas Sociais**. Brasília, 2000.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

ROJAS COUTO, Berenice. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a Ordem e a “Desordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Especificidade e Intersetorialidade da Política de Assistência Social. In: **Revista Social e Sociedade**. N°77, Ano XXV, março, 2004. p. 30-53.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 4.ed. São Paulo: Cortes, 2003.

# **Homossexualidades e Políticas Públicas em Tempos de Neoliberalismo: Retratos do Movimento LGBTT no Brasil do Governo Lula<sup>1</sup>**

*Public Políticas and Homossexualidades in Times of  
Neoliberalismo: Pictures of Movement LGBTT in Brazil  
of the Government Squid*

Bruna Andrade IRINEU<sup>2</sup>  
Josiley Carrijo RAFAEL<sup>3</sup>

## **RESUMO**

Este artigo buscou refletir acerca da trajetória do Movimento Homossexual, denominado na atualidade como Movimento LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), ao longo das últimas três décadas, visando compreender suas pautas de luta e atuação política em tempos de neoliberalismo. No Brasil, os

---

<sup>1</sup> O presente artigo é fruto e compilação de reflexões, estudos e pesquisas desenvolvidas nos últimos quatro anos no cenário mato-grossense e goiano, e se configura em tema de investigação e militância dos autores.

<sup>2</sup> Assistente Social - Bacharel em Serviço Social (UFMT), Especialista em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos (UFMT) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). É colaboradora do Núcleo de Referência em Cidadania Homossexual e Direitos Humanos/NIEVCI (UFMT) e do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Gênero e Sexualidade/Ser-Tão (UFG).

<sup>3</sup> Assistente Social - Bacharel em Serviço Social (UFMT); Mestre em Educação (UFMT); Professor Assistente da Universidade Federal de Tocantins (UFT) no Departamento de Serviço Social.

anos 80 e 90 marcaram a ascensão e intensificação das lutas LGBTT, iniciado quando gays e travestis, acusados de serem semeadores da "peste gay" se mobilizaram na desestigmatização da AIDS. Outras bandeiras foram se agregando no seio do movimento homossexual, entre elas, a do "casamento", que segundo Judith Butler, seria uma resposta envergonhada a AIDS. O chamado "Novo Milênio" trouxe consigo o déficit de não-aprovação do Projeto de Lei nº. 1151/95 de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, que comemora mais de 10 anos "na gaveta", e inúmeras jurisprudências acerca de adoção de crianças por "casais homossexuais", bem como uma série de "ganhos" judiciais. O "caso Cássia Eller" pôs em questão a adoção e a parentalidade LGBTT, paralelamente a isto, a luta pela criminalização da homofobia aparece nos discursos e emerge enquanto pauta "da vez". Deste modo, iremos abordar as contradições da luta pela universalização dos direitos e do anseio pelo reconhecimento da diferença, buscando perceber como isto se refletirá na construção e regulamentação de políticas públicas destinadas a população LGBTT. Neste sentido, iremos finalizar com uma breve análise do *Programa Brasil sem Homofobia* e da *I Conferencial Nacional de Políticas Públicas para LGBTT*, que são frutos das "promessas" do PT e do Governo Lula relacionando-as com o cenário contemporâneo do Movimento LGBTT brasileiro.

**Palavras-chave:** movimento LGBTT, homossexualidades, políticas públicas.

### ABSTRACT

*This article sought to reflect about the path of the Homosexual Movement, named in the present time as Movement LGBTT (Lesbians, Gays, Bisexual, Transvestites and Transexuais), to the long one of the last three decades, aiming at understand his lineups of fight and political action in times of neoliberalism. In Brazil, the years 80 and 90 marked the ascent and intensification of the fights LGBTT, initiated when gays and transvestites, accused of will be sowers of the "plague gay" were mobilized in the desestigmatization of the AIDS. Other flags were itself aggregating in the heart of the homosexual movement, between them, to of the "marriage", that second Judith Butler, would be an ashamed answer the AIDS. Him it called "New Millennium" brought with himself the deficit of not-approval of the Project of Law nº. 1151/95 of civil partnership between persons of the same sex, that commemorates more of 10 years "in the drawer", And countless jurisprudences about adoption of infants by "homosexual couples", as well like a series of "profits" judicial. The "case Cássia Eller" put in question*

*the adoption and to parentalidade LGBTT, In parallel to this, it fights by the criminalization of the homofobia appears us talks and emerges while guides "of the time". In this way, we are going to approach the contradictions of the fights by the universalização of the rights and of the yearning by the recognition of the difference, Seeking perceive as this will reflect in the construction and regulation of public politics destined the population LGBTT. In this sense, we are going to finalize with a short analysis of the Program Brazil without Homofobia and of the I Conferencial National of Public Politics for LGBTT, That are fruits of the "promises" of the PT and of the Government Squid relating them with the contemporary setting of the Movement LGBTT Brazilian.*

**Keywords:** *moviment LGBTT, homossexualities, publics polices.*

## INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais gays e lésbicos surgidos nos anos 60/70 nos Estados Unidos acabariam por permitir compreender a ordem simbólica vigente – uma violência simbólica – e assim aperfeiçoar as ações na busca por sua superação. Esta emergência colocou em tela questões referentes aos discursos sobre sexo e sobre um poder que provém de todas as partes (FOUCAULT, 1993).

No Brasil as manifestações em torno dos direitos e reivindicações de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) começaram a ocupar destaque na agenda nacional a partir do final da década de 1970, com a abertura política e a possibilidade de construção de uma sociedade democrática e mais igualitária após o fim da ditadura militar, recebendo grande influência dos movimentos da contracultura desencadeados inicialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, fortalecidos principalmente pela conjuntura política do momento, na qual a juventude mostrava-se mais interessada em questões pertinentes ao erotismo, a intimidade, ao sexo e ao corpo, possibilitando uma emergência no pensar a homossexualidade como opção e direito pessoal.

Nos anos 80 e 90 marcaram a ascensão e intensificação das lutas LGBTT, iniciado quando gays e travestis, acusados de serem semeadores da "peste gay" se mobilizaram na desestigmatização da AIDS. Outras bandeiras foram se agregando no seio do movimento homossexual, entre elas, a do "casamento", que segundo Judith Butler

(2003), seria uma resposta envergonhada a AIDS. O chamado "Novo Milênio" trouxe consigo o déficit de não-aprovação do Projeto de Lei nº. 1151/95 de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, que comemora mais de 10 anos "na gaveta", e inúmeras jurisprudências acerca de adoção de crianças por "casais homossexuais", bem como uma série de "ganhos" judiciais. O "caso Cássia Eller" pôs em questão a adoção e a parentalidade LGBTT, paralelamente a isto, a luta pela criminalização da homofobia aparece nos discursos e emerge enquanto pauta "da vez".

Na atualidade, a maior referência dos movimentos LGBTT, tem sido as manifestações populares conhecidas como a Parada do Orgulho GLBT, ou Parada Gay, que teve início no Brasil em 1997, em São Paulo, reunindo aproximadamente 2 mil pessoas na avenida paulista em torno de um som automotivo, com o sugestivo tema "Somos muitos, estamos em todas as profissões". De lá para cá, a Parada ampliou o público de forma surpreendente, chegando na sua 12ª edição em 2008, reunindo um número de participantes estimado em mais de 4 milhões de pessoas, com investimento alto e a participação de artistas, políticos e autoridades nacionais.

Longe de querermos compreender os movimentos sociais enquanto homogêneos, o fato é que este cenário de "comercialização" tem rendido opiniões divergentes dentro do próprio movimento LGBTT, há os que defendem a "massificação" em prol de maior visibilidade e os que criticam a mobilização acusando-a de ter tomado proporção de um "mega-show" de despolitização.

Segundo Simões e França (2005, p. 315),

Pondo em prática uma espécie de 'visibilidade em massa', a Parada também é representativa das complexidades ligadas à perspectiva da militância, em meio à incorporação de uma linguagem globalizada de ativismo: sua nomenclatura oficial expressa à articulação de vários recortes identitários aparentemente segmentados – gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais -, mas a multidão nas ruas dilui a rigidez das divisões simbólicas que separariam esses 'segmentos' entre si – e todos eles dos heterossexuais – no caráter lúdico da manifestação, mais parecida com um carnaval fora da época [...], com sua peculiar celebração das possibilidades de convivência com a diversidade (*apud* FACCHINI, 2002).

Ainda no que refere às questões identitárias, o movimento homossexual tem sido entendido por autores como Touraine, enquanto

um movimento mais de caráter afirmativo que de caráter contestário, pois tem se dedicado a afirmar uma identidade que difere da orientação heterossexual. Há autores brasileiros como Facchini, que se debruçaram para compreender as significações da “sopa de letrinhas” do movimento LGBTT, e dentre suas conclusões, nota-se que as mulheres lésbicas levam desvantagem numérica seja na quantidade expressiva de militantes e grupos de ativismo que se dediquem a esta especificidade, seja na visibilidade dentro do próprio “Movimento Gay” e também dentro do “Movimento Feminista” (MELLO, 1999).

Na composição do atual cenário brasileiro, uma gama de discussões suscitadas pelos movimentos LGBTT ganham cada vez mais espaço na mídia e na arena política. Também presenciamos a emergência de um momento histórico, iniciado a partir do lançamento de uma pioneira política pública destinada a esse segmento – o Programa “Brasil sem Homofobia”. Este programa prevê dentre suas ações a implantação de núcleos de estudos e pesquisa em direitos humanos e cidadania homossexual nas universidades públicas. Também prevê apoio explícito as Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições públicas dispostas a planejar e/ou executar ações em defesa dos direitos da população LGBTT, assim é sobre estas questões que nos referimos acima que nos debruçaremos neste artigo, fazendo uma avaliação endógena e crítica da atuação do movimento LGBTT na contemporaneidade.

## MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITUANDO PARA QUESTIONAR!

[...] Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Karl Marx – Dezoito Brumário de Luís Bonaparte

Desde as décadas de 20 e 30, inicialmente na Escola de Chicago, muito se tem discutido sobre a questão conceitual dos movimentos sociais, embora as abordagens sejam divergentes, distintas e heterogêneas, não podemos deixar de considerar, diferentemente de Touraine nas obras: “Poderemos viver juntos?” e “Na fronteira dos Movimentos Sociais”, que em tempos de plena reestruturação produtiva,

mundialização do capital e intensa contra-reforma do Estado por via da ideologia neoliberal, os movimentos sociais ainda se constituem em esferas de participação e potente instrumento de implementação da democracia.

Frente as mais variadas concepções e definições conceituais, concordamos com Maria da Glória Gohn (1995), quando destaca que os movimentos sociais:

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (p. 44).

No que tange aos movimentos sociais, partindo da análise conceitual de Manuel Castells e Alain Touraine, poderíamos entendê-los como: "uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade". Contudo, esta compreensão estaria equivocada, se partíssemos da compreensão de Karl Marx acerca das lutas sociais, pois este ao afirmar que "toda história é a história da luta de classes" e que o Estado seria "um comitê para gerir os interesses da burguesia", ele deixa pistas de que uma luta social "real" só poderia advir do proletariado. No entanto, muito do que este autor vislumbrou perdeu-se com o "declínio" do movimento operário, mas a obra dele foi ponto de partida para outras análises talvez mais pertinentes a contemporaneidade como: Luckács e Gramsci, mas isso não significa que compreendemos o trabalho de Marx como algo superado. Embora na atualidade o "21 de maio" não reúna milhões de pessoas como uma "parada do orgulho", as análises de Marx fazem-se extremamente necessárias, para que possamos compreender a conjuntura sócio-econômica e político-cultural no sistema capitalista.

As lutas dos movimentos sociais articulam-se em torno das problemáticas sócio-históricas de nossa sociedade, com destaque às

desigualdades advindas do modo de acumulação capitalista, que constrói, determina valores objetivos e subjetivos que se constituem no modelo e padrão cultural a ser seguido pelo ser social. Essas lutas no correr da história passam a visar o direcionamento das questões identitárias, cotidianas e até então não discutidas, do âmbito pessoal privado para o público, entendendo-as como questões políticas que dizem respeito ao universo das relações sociais que necessitam do processo dialético de desconstrução e reconstrução dos valores sociais, econômicos e morais estabelecidos, com intuito de se incorporar a um projeto emancipador.

Apoiados nessa concepção é que partilhamos da perspectiva teórica que defende que a apreensão do fazer político de um movimento social deve partir da emergência de uma resposta política organizada por um sujeito coletivo, cuja ação expressa determinações e condições subjetivas e objetivas presentes numa dada formação social e num determinado contexto histórico.

Conforme Melucci (*apud* GOHN, 2006), a importância dos movimentos sociais hoje estaria na "capacidade de gerar o novo" (p.71). Para ele, os movimentos têm sido lume indicativo para a solução de problemas, principalmente por apresentarem modos alternativos de solução. Segundo Gohn (2005, p. 72), no Brasil ao final da década de 70, novos atores sociais entram em cena, parcela dos chamados "novos movimentos sociais" que voltaram o foco de suas lutas sociais ao reconhecimento de direitos sociais e culturais, dentre eles identificam-se o movimento homossexual. Para Gohn (2005), estes novos atores surgiram em decorrência de novas formas de associativismo que emergiram na cena política.

### **Estado, Sociedade Civil e Lutas Sociais: aproximando os temas**

Segundo Gohn (2005, p. 62), historicamente, atribui-se a Aristóteles a origem do conceito de sociedade civil, que corresponderia a uma "comunidade pública ético-política", que teria um ethos "compartilhados pelos membros da mesma comunidade que a constituem". Na Idade Moderna, a partir de Ferguson e Paine, é que o ocorre a separação "sociedade civil – Estado" (*apud* GOHN, 2005)

Para os jusnaturalistas, a sociedade civil se opõe à natureza. Em Hegel, ela adquire um "estatuto teórico efetivo", e localiza-a entre as

esferas da família e do Estado. Marx acrescenta que esta envolve todo o conjunto comercial e industrial de um determinado grupo de desenvolvimento, e congrega também a luta de classes. Mas é Gramsci, o primeiro autor que irá compreender a sociedade civil como espaço de organização da cultura. Gohn (2005, p. 65), ao citar Coutinho, acrescenta que a "sociedade civil é uma esfera do ser social", sendo um espaço privilegiado de "luta pela hegemonia e pelo poder político".

O autor italiano, Antônio Gramsci, contribuiu para a discussão acerca dessa categoria, e o conceito de sociedade civil é em suas obras, central. Mas como sinaliza Carlos Nelson Coutinho (2006, p. 29), esta centralidade explica as "diversas e conflitantes leituras de Gramsci, possibilitadas (mas não justificadas) pelo caráter aparentemente fragmentário de sua obra, giram em torno da definição categorial do que sociedade civil realmente significa em seu sistema categorial". Coutinho (2006, p. 30) também identifica que as múltiplas leituras sobre este conceito acabam por atribuir uma "forte marca antiestatal", e os que acabam por negar a "autonomia da sociedade civil", como Louis Althusser<sup>4</sup>. Conforme Ivete Simionatto (2006, p. 10), em Gramsci, sociedade civil "é um conceito tomado indistintamente como expressão exclusiva dos interesses das classes subalternas". A autora considera que,

[...] na sociedade civil estão organizados tanto os interesses da classe burguesa, que exerce sua hegemonia através de seus aparelhos 'privados', reprodutores de sua ideologia, representados hoje quer pelos meios de comunicação quer pelo domínio dos aparatos do Estado e dos meios de produção; quanto os interesses das camadas de classes subalternas, que buscam organizar-se para propor alternativas que se contraponham às parcelas minoritárias detentoras do poder, afirmando a prioridade do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da vontade coletiva sobre as vontades particulares (SIMIONATTO, 2006, p. 10).

Sendo assim, há duas questões básicas que marcam a diferenciação entre a esfera da sociedade civil e a esfera da sociedade

<sup>4</sup> Autor da obra, "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado", onde explicita sua compreensão de que o Estado exerceria um poder meramente coercitivo, diferentemente de Gramsci, que reconhece outras determinações do Estado, não somente os aparelhos ideológicos e coercitivos advindo do Estado, mas também os "aparelhos privados de hegemonia" que emergem na sociedade civil. Althusser nega qualquer possibilidade de correlação de forças na esfera da sociedade.

política. A primeira é a “diferença na função que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder” (COUTINHO, 1997, p. 77), enquanto na sociedade política o exercício do poder ocorre sempre através de uma dominação mediante coerção, diferenciando-se assim da sociedade civil, onde o exercício do poder ocorre através da direção política e do consenso (SIMIONATTO, 2006, p.10).

Para compreendermos mais profundamente e problematizarmos estes conceitos, é preciso entender as lógicas (e estratégias) as quais estas categorias estão impostas, como explicou Carlos Montaño (1999, p. 48-49). O autor chama atenção para a necessidade de considerar sobre a “organização estatal que surge com o projeto de modernidade”, sobre o Estado moderno, que para Montaño não relacioná-lo com a ordem burguesa é deslocar-se da realidade. Em suma, para ele, o Estado é hoje “do capitalismo e para o capitalismo”, subserviente do sistema socioeconômico e político que o criou, por conseguinte participa da “lógica do capital”. Tanto Montaño (1999) quanto Coutinho (2006), chamam atenção para o fato de que este Estado (capitalista) não deve ser compreendido hoje como Marx e Engels, no Manifesto Comunista, meramente como um “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Neste sentido, Gramsci contribui para ampliar a visão sobre o Estado, onde este desempenha papel coercitivo, mas também de consenso. Gramsci identifica novas determinações neste cenário, a socialização política e diferenciação de duas esferas do Estado: a sociedade política, que esta vinculada a função coercitiva e a sociedade civil, que esta vinculada a luta pela hegemonia, através da direção e do consenso.

Sendo assim, Coutinho (2006, p. 35) define que de acordo com Gramsci, a sociedade civil é formada pelo,

[...] conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editores, meios de comunicação de massa) etc. (COUTINHO, 2006, p. 35).

Assim, Carlos Montaño (1999) amplia, “e, acrescentamos hoje, os movimentos sociais e organizações comunitárias” (p. 50). Também,

Ivete Simionatto (2006, p. 14-15) sinaliza o surgimento na sociedade civil de "novos institutos democráticos", resultado da intensificação do processo de socialização da política, dentre eles, os anteriormente identificados por Coutinho e Montaño, porém a autora acrescenta as ONG's, que também passariam a exercer um papel essencial nas relações Estado/sociedade,

[...] principalmente na defesa de interesses universais, diminuindo os poderes coercitivos do Estado e definindo a prioridade do público sobre o privado. Constituindo-se enquanto mecanismos de representação de interesses, tais organismos têm aberto canais, originando uma nova trama nas relações entre governantes e governados, e ampliado as formas de acesso e participação nos processos decisórios (SIMIONATTO, 2006, p. 14).

Portanto, como já citamos anteriormente, a participação, a cidadania e a democracia podem ser utilizadas tanto para legitimar o poder, o *status quo* e a dominação, quanto para se opor a eles e caminhar na direção de um "novo projeto societário". Assim, podemos entender a democracia como sistema que concede legitimidade ao Estado, "mediante a incorporação de todos os homens livres à cidadania e por meio de um sistema de decisão fundado na igualdade política ('a cada pessoa um voto')" (MONTAÑO, 1999, p. 51), essa definição caminha "à moda Shumpeter", que formulou o conhecido modelo democrático em que "o critério da democracia passa a ser dado pela relação entre o Estado, como sócio e interventor econômico, e a economia oligopólica" (CHAUÍ, 2005, p. 145). Para James Petras (1999, p. 358), revisionistas como Shumpeter, perceberam que "a participação do cidadão está divorciada da política (concebida como formulação e resolução de problemas) e vinculada ao consumo da política 'servida' pelas elites".

Neste sentido, Carlos Nelson Coutinho (2006) ao citar o filósofo marxista Georg Luckács, chama a atenção para o fato de que "a democracia deve ser entendida não como algo estático, mas como um processo. Por isso, ele [Luckács] julga ser sempre mais adequado falar de *democratização*" (p. 20), para Coutinho esse processo de democratização teria um valor universal, e se expressaria "numa crescente socialização da participação política", porém também salienta que o aumento da socialização da política pode provocar um efeito paradoxal, o da "apropriação privada dos mecanismos de poder", onde

membros e/ou representantes das classes e/ou grupos dominantes se apropriariam restritamente do Estado. Deste modo, Coutinho (2006, p. 22) sugere a superação dessa contradição através de uma socialização da participação política, que "se expresse numa crescente socialização do poder", o que resultaria na superação da ordem social capitalista e construção de uma nova ordem social.

No Brasil, o conceito de sociedade civil teve um "curioso destino" (COUTINHO, 2006, p. 42). Foi na década de 70, no contexto de luta contra a ditadura implantada no Golpe de 1964, que se data o uso do termo sociedade civil, tanto nas universidades quanto no jornalismo político, como identifica Coutinho. Momento onde irrompem no cenário brasileiro os novos movimentos sociais, "típicos de uma sociedade moderna [...] momento que Gramsci se transformou num dos mais importantes interlocutores do pensamento social brasileiro" (Idem).

Gohn (2005, p. 70), reconhece que o termo, sociedade civil, "na linguagem política corrente, se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar". A autora também identifica que este cenário condicionado pelo imaginário político nacional, "fundado na crença de que a sociedade civil deveria se mobilizar e se organizar para alterar o status quo no plano estatal", no momento dominado pelo regime militar e não-democrático, estimulou inúmeras lutas sociais, "voltadas à reivindicação de bens, serviços e direitos sociopolíticos" negados por este regime. A entrada de "novos atores" em cena, dentre eles os chamados novos movimentos sociais, categorizados anteriormente por nós, em luta pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos: raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança, direitos humanos, etc. (GOHN, 2005, p. 72), lutas que valorizavam o diálogo, a ética e a democracia para a construção de uma sociedade mais justa. A identificação destes atores sociais ampliou e pluralizou grupos organizados, "que redundaram na criação de movimentos, associações, instituições e ONG's". Sendo assim, massificou-se o termo sociedade civil como "algo positivo", que fazia oposição ao Estado (militar, naquele contexto), "sociedade civil era o contrário de militar" (Idem).

Após a distensão do regime militar em 1985, que se iniciou com a abertura política em 1978, com a Anistia e o retorno de muitos dos intelectuais de esquerda que haviam sido exilados no período da ditadura, iniciou-se assim um processo de alteração do significado atribuído à sociedade civil. Com a abertura das vias de participação social e

representação política, a partir das pressões populares (GOHN, 2005, p. 74), característico do período de redemocratização, que constam as lutas pelas Diretas Já, à Constituinte e à Constituição de 88, surge então, como define Gohn, “uma pluralidade de novos atores, decorrentes de novas formas de associativismos que emergem na cena política”. Gohn também identifica que este novo cenário, colaborará para o “caráter contraditório e fragmentado que o Estado passa a ter nos anos 90” (2005, p. 77). Assim, uma das “novas” características deste “novo” cenário é o espaço público denominado “público não-estatal”, onde segundo a autora, “irão situar-se os conselhos, fóruns, redes e articulações entre a sociedade civil e representantes do poder pública que dizem respeito ao atendimento das demandas sociais” (GOHN, 2005, p. 77).

Carlos Nelson Coutinho (2006) adverte brilhantemente que este “novo” cenário, tão positivo nas descrições de Gohn (2005), não passa de uma falácia, já que “a ideologia neoliberal em ascensão apropriou-se daquela dicotomia maniqueísta entre Estado e sociedade civil para demonizar de vez tudo o que provém do Estado” (COUTINHO, 2006, p. 48), mesmo sendo o Estado, um Estado de direito, como vêm a se configurar pós-88. Dando assim, precedentes a “despolitização da sociedade civil” (SIMIONATTO, 2006) por vias de uma “cultura anti-Estado” (Idem). Cultura essa, que segundo Ivete Simionatto (2006, p. 08), “cimenta a necessidade de privatizar bens e serviços de natureza pública [...]. O poder político passa a ser pensado sob a ótica do poder econômico, estabelecendo-se um vínculo orgânico dos agentes políticos com o capital”, o que a autora define como uma “cultura do consenso”, que busca eliminar os antagonismos entre projetos de classes distintas, reafirmando-se assim, à hegemonia burguesa.

### **TERCEIRO SETOR, ONG'S E “OUTRAS ABERRAÇÕES”: PARA ONDE VÃO OS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS?**

No Brasil, na conjuntura dos anos de 1970 e 1980, os movimentos sociais foram reconhecidos como sujeitos do processo de democratização, principalmente pelo papel desenvolvido na mobilização de amplas parcelas da população nas manifestações de resistência e enfrentamento ao regime militar. Com os anos 1990 e o início do século XXI um novo cenário se apresenta para os movimentos sociais, destaca-se aqui o protagonismo das Organizações Não-Governamentais (ONG's),

as ONGs são organizações privadas de interesse público. De acordo com Rosângela Paz (2007), o debate em torno dos movimentos sociais e das ONGs, envolve temas como: a relação Estado - Sociedade Civil, participação social, projetos de sociedade, conflitos de interesse, representatividade, autonomia, novas dinâmicas e formas de fazer política, capacitação e formação dos sujeitos sociais e financiamento das ações.

Ao falar de ONG's e Movimentos Sociais, em especial ONG's advindas e movimentos sociais, cabe utilizar a definição de Gohn (1997), as quais seriam denominadas por ONG's *cidadãs*, por colocarem em tela discussões que permeiam a luta por direitos, diferentemente das ONG's *filantrópicas e desenvolvimentistas* (GOHN, 1997), porém adiantamos que há de ser problematizada esta distinção feita pela autora mais adiante. As ONG's ao final da década de 80, em algumas lutas sociais, acabaram tornando-se o próprio movimento, pois, se antes estas estavam encarregadas de assessorar os movimentos, no cenário de 90 elas passam a desempenhar o papel do mesmo. Estas mudanças podem ser reconhecidas por autoras como Maria G. Gohn (1997) e Ilse Scherer-Warren (1993) como alternativas inovadoras e necessárias de organização e militância, ocasionadas devido ao processo de maturidade política dos movimentos sociais. Para Raul Zibechi (2005) o processo de institucionalização dos movimentos (em ONG's) seriam indiscutíveis "tendências comuns" aos países latino-americanos.

A ascensão do neoliberalismo, bem como a criação de uma esfera que é pública, mas não é estatal, faz emergir o debate sobre o que seria esta esfera, como seria denominada, e quem faria parte dela? Coloque-se, então, em pauta o denominado "Terceiro Setor", que seria composto das instituições da sociedade civil, e entendendo como Primeiro Setor, o Estado e como Segundo Setor, o Mercado. Para Gohn (1999, p. 73), o terceiro setor "é uma expressão com significados múltiplos devido a sentidos históricos diferenciados, em termos de realidades sociais". A autora relembra que na Inglaterra, "o terceiro setor vem da tradição das *charities*, a caridade, referindo-se à memória religiosa ou ao termo filantropia" (Idem, p. 74). Porém, só adquire importância nos anos 90, com a ascensão das ONG's. A incorporação das Organizações Não-Governamentais (ONG's) no campo do terceiro setor esta datada do período posterior a Segunda Guerra Mundial, associada a ONU. Carlos Montaña (2005) problematiza esta compreensão de Terceiro Setor, enquanto sociedade civil, apresentada acima, e muito fomentada

intelectualmente por vários autores, dos quais destacamos Gohn e Betinho de Souza, este último conhecido pela máxima: "o poder está na sociedade civil, não no Estado. O Estado é instrumento". Montañó (2005, p. 52) diz que, "a perspectiva de análise hegemônica parte de traços superficiais, epidérmicos do fenômeno, o mistificaram e o tornaram ideológico". Na concepção hegemônica de Terceiro Setor, juntamente com as ONG's estariam às fundações, as associações comunitárias, e inclusive os movimentos sociais. Contudo, "desconsideram-se processos tais como a reestruturação produtiva, a reforma do Estado, enfim, descartam-se as transformações do capital promovidas segundo os postulados neoliberais" (MONTAÑO, 2005, p. 51).

Montañó (2005), ao citar Landim diz que, "o terceiro setor não é um termo neutro, [ele] tem nacionalidade clara. É de precedência norte-americana, contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal" (LANDIM, 1999, p. 63 *apud* MONTAÑO, 2005, p. 53). Como observa Montañó, este conceito hegemônico foi cunhado por "intelectuais orgânicos do capital", e isso demonstra seus interesses de classe. Para o autor, este conceito, ao reunir no mesmo bojo: organizações formais, informais, voluntárias, individuais, de interesses políticos e econômicos, grupos das classes trabalhadoras e das classes capitalistas; "mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios" (Idem).

Montañó ainda observa que há outra "debilidade" na concepção hegemônica, os termos: "caráter não-governamental" e "não-lucrativo", das quais as ditas instituições do tal Terceiro Setor vêm acompanhadas, "não parecem caracterizar verdadeiramente a generalidade dessas entidades" (MONTAÑO, 2005, p. 57). Exemplo disso pode ser observado no texto do Plano Pluri-Anual (2004-2007), do Governo Lula, (berço do Programa Brasil sem Homofobia, que discutiremos mais adiante neste artigo), que prevê apoio as "entidades da sociedade civil organizada", mas se são organizações não-governamentais, como entender os inúmeros editais dos mais variados ministérios (que são governamentais). Surge então um questionamento, de onde as mais variadas ONG's captam recursos?

Silene de Moraes Freire (2006) ressaltou brilhantemente "as armadilhas da recente notoriedade da sociedade civil no Brasil", e considerou que a sociedade civil é reconhecida como sujeito e ator coletivo, mesmo em discursos de instituições com projetos com

direcionamento diferenciado, sejam pelos "movimentos sociais, pelas ONG's e até mesmo alguns governos e entidades financiadoras" (FREIRE, 2006, p. 75). Freire fala também sobre as estratégias participativas adotadas pelo grande capital, que revelam consonância com as propostas neoliberais, de empréstimos dos BMD's (Bancos Mundiais de Desenvolvimento). De acordo com a autora, essa iniciativa ampliará o contato com as ONG's, que irão expandir-se "assumindo grande parte dos serviços sociais" e isso as conduzirá previamente "a uma redução de sociedade civil a ONG's" (FREIRE, 2006, p. 81). Ela identifica o surgimento de mais "outra" categoria, *capital social*, que começou a vigorar no século XX, e chegou a parecer "um antídoto mágico contra as mazelas sociais" (Idem, p. 81). Deste modo, Silene Freire (Ibidem) ao citar Rosa Helena Stein, considera que de certa forma, "a noção de capital social ganha força teórica e, sobretudo, força prática num período bastante específico [...] num contexto de acentuada desigualdade social, crescente desemprego e desconfiança nas instituições públicas". Este conceito articularia a esfera econômica, política e social, e, todavia justificaria a "inversão pública para fortalecer o capital social", segundo a autora tal capital (social) reforçaria a idéia de "resgate e à valorização dos valores comunitários, com um forte sentido de integração normativa e ênfase no desenvolvimento da economia e do mercado" (FREIRE, 2006, p. 83).

Sobre o discurso desenvolvimentista dos grandes financiadores, cabe destacar as contribuições de Vandana Shiva, contidas em suas análises sobre o meio ambiente, biodiversidade e biotecnologia na obra "Monoculturas da Mente", onde mostra que conceitos como "desenvolvimento" e "produtividade" não constituem pontos observacionais neutros, pois são construções valorativas tendenciosas, que traduzem a axiologia do sistema de idéias que as produziu, nos impedindo de enxergar a realidade que está à nossa frente (SHIVA, 2003).

É com a falácia de "setor promissor" que o Terceiro Setor emerge, promessas essas, denominadas por Carlos Montañó (1999; 2005), como o promissor "canto da Sereia", onde o Terceiro Setor: "reforçaria a sociedade civil"; 'diminuiria o poder estatal'; "criaria um espaço alternativo de produção/consumo de bens e serviços"; "estimularia os laços de solidariedade local"; "compensaria as políticas sociais abandonadas pelo Estado"; e "apresentar-se-ia como fonte alternativa de ocupação profissional". Freire sugere que, em resposta ao reducionismo do conceito de sociedade civil à ONG's e Terceiro Setor, produto histórico da

"avalanche neoliberal", se faça urgentemente a radicalização da crítica "cobrando promessas contidas no conceito de democracia" (FREIRE, 2006, p. 87), democracia esta num sentido de "construção coletiva do espaço público", atribuído por Rosseau, de soberania popular. Conforme Coutinho (*apud* MONTAÑO, 1999, p. 52) "não é possível compatibilizar a plena cidadania política e social com o capitalismo". Neste sentido, Freire (*idem*) ressalta que, "cidadania não é dádiva", é "fruto de batalhas permanentes", e opor-se a ideologia assumida pela burguesia, que enfatiza "o fim dos direitos sociais", desde a crise do Welfare State, é hoje ressignificar a cultura política, estabelecendo uma "relação dialética entre Estado e Sociedade Civil", projetando um futuro que supere "as determinações da economia e do mercado neoliberais", rumo a "transformação dos projetos de homens-massa em projetos de homens-coletivos", como propôs Simionatto (2006, p. 23), e nós, sem reduzir-nos as preocupações meramente lingüísticas, reescrevemos: à construção de um projeto de homens e mulheres "coletivos", no sentido mais emancipador. Caminhando assim, para a superação desta "cidadania pequena" (DEMO, 2001), aos moldes liberais e/ou neoliberais, à efetivação de uma cidadania plena.

## O MOVIMENTO LGBTT EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

A freqüente identificação de ONG com Movimento Social vem se naturalizando com base no que Gohn definiu como "tendência de mudança de um tipo de organização (o movimento social) para outra (a ONG), de um tipo de militante para outro" (MONTAÑO, 2005, p. 139). Gohn (2005, p. 82) salienta que essa tendência se dá diante da necessidade de ser "propositivo e não apenas reivindicativo, ser ativo e não apenas um passivo reivindicante", assim o militante se transformaria em "ativista organizador de clientelas usuárias de serviços sociais", afirmando a transição do papel exercido pelas ONG nas décadas de 70/80 de coadjuvante dos movimentos sociais a ator principal.

Diante disso, Carlos Montaña (*Idem*) diz estar "aberto o caminho para fundir ou confundir o Movimento Social e a ONG". O autor faz ainda três considerações de extrema pertinência, a primeira é a de que a ONG tem maiores possibilidades de obtenção de recursos do que o movimento social, assim:

[...] passa a conquistar maior credibilidade e adesão da população. As pessoas passam a colaborar financeiramente

mais com as ONG's do que com os movimentos sociais; elas se incorporam, aderem (sejam contratados ou voluntários) muito mais àqueles do que a estes últimos; com exceção do MST, as ONG's passam a ter bem mais espaço na mídia (e hoje, como tem!), maior respaldo e credibilidade social; sua atual lógica gerencial dá-lhes um ar de maior eficiência que, num contexto altamente meritocrático, passa a constituir uma distinção central com os movimentos sociais. Assim, nos anos 90, as ONG's crescem em quantidade e em número de membros, enquanto os movimentos sociais seguem o caminho inverso (MONTAÑO, 2005, p. 272-273).

A segunda é sobre a relação diferenciada com o Estado, onde:

A ONG passa a ter uma relação diferente com o Estado (e com a empresa). Como já observamos, enquanto, nas décadas de 70 e 80, a ONG, do lado dos movimentos sociais, desenvolvia em geral uma estratégia de enfrentamento ao sistema (mais pontual ou mais estrutural), via demanda ao Estado, via organização de manifestações populares etc., nos anos 90, estas, em geral já em processo de divórcio com os movimentos sociais, passam a se relacionar com o Estado (e até, em muitos casos, com as empresas) como parceiros. Por todas as considerações, já feitas até agora, este relacionamento é dócil, despolitizado e despolitizador, funcional ao projeto neoliberal de reestruturação sistêmica. Da luta (dos movimentos sociais), passa-se à negociação (entre ONG e Estado), de relação de interesses conflitantes (das organizações populares), à relação clientelista (MONTAÑO, 2005, p. 273).

A terceira consideração decorre das anteriores, e trata-se alteração na relação movimento social e Estado, logo "esta relação, que até a década de 80 foi direta, com o apoio das ONG's, nos anos 90 passa a ser intermediada pela ONG, não mais uma relação direta" (MONTAÑO, 2005, p. 273). Sendo assim, "ocorre assim uma verdadeira "terceirização" dos movimentos sociais [...] O Estado e as agências internacionais não são mais "obrigados" a tratar diretamente com os movimentos sociais, mas agora a relação é de forma indireta, intermediada pela ONG, mais "eficiente", mais "razoável", mais "bem-comportada", e, além disso, estes organismos podem escolher seu parceiro, seu interlocutor, definindo a

ONG com a qual irão tratar (MONTAÑO, 2005). Montañó considera então, que diante disso o resultado será uma "drástica (e fatal) mudança na forma e conteúdo das lutas sociais neste âmbito", as relações com o Estado e com o capital serão não conflitivas e mais negociadas (Idem, p. 274). Assim, ele faz duas proposições que considera "tarefa essencial", com as quais comungamos neste trabalho: a revitalização dos "movimentos sociais articulados", e não "a sociedade civil"; e fazer "ressuscitar a ONG como sua 'parceira' – e não do Estado ou da empresa/fundação capitalista" (Ibidem).

Neste sentido, podemos salientar que a maior marca do Movimento LGBTTT desde o final da década de 80, quando do advento da luta pela desestigmatização da AIDS, têm se configurado em Organizações Não-Governamentais, ou seja, a *onguização* do movimento se deu em um momento onde as agências governamentais e financiadoras internacionais iniciavam o processo de luta anti-AIDS, e como resposta ao crescimento dos números da doença, passaram a financiar projetos de prevenção da AIDS no Brasil. Assim, como Regina Facchini (2005) identificou, entre o final dos anos 80 e o início do anos 90, o número de ONG's advindas de grupo de ativismo não-institucionalizados aumentou consideravelmente, em consequência disso temos a fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) em 1995, iniciativa de 31 grupos de ativismo. Na atualidade, a ABGLT possui 203 organizações filiadas, o que a torna a maior rede LGBTTT da América Latina. Até alguns anos, a ABGLT manteve-se como "voz única" do Movimento LGBTTT, porém desde o início dos anos 2000, ela vem sendo colocada em cheque, e espaços alternativos de rede de articulação nacional vêm sendo criados sem vinculação alguma a mesma. Interessa-nos aqui destacar a LBL (Liga Brasileira de Lésbicas), Rede Afro LGBT (Negros e Negras LGBT) e o ENUDS (Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual).

Este último configura-se em um encontro nacional (que tem um caráter de articulação nacional relacionando militância e academia) realizado anualmente, e que reúne universitários de todo o Brasil, e vem sendo responsável pelo surgimento de grupos de ativismo LGBTTT e diversidade sexual em muitas universidades públicas e privadas, e nos últimos dois anos tem "roubado a cena" no cenário brasileiro, destaca-se a participação dos grupos de ativismo universitários nas conferências estaduais LGBTTT e na nacional<sup>5</sup>. Podemos perceber que muitos destes

<sup>5</sup> Retomaremos a problemática da conferência adiante.

grupos têm surgido como "espaços alternativos de militância" em algumas regiões brasileiras, devido à rigidez e aparelhamento partidário das "velhas" ONG's, que em muitas destas regiões podem ser consideradas ING's (Indivíduos Não-Governamentais), já que atuam com apenas uma pessoa à frente descaracterizando o aspecto de coletividade, essencial a um movimento social (IRINEU, 2007). O novo cenário que anunciamos acima pode ser a "luz no fim do túnel" para o Movimento LGBTT brasileiro, pois precisamos retomar o caráter contestador e transformador dos movimentos sociais, porque quando os movimentos sociais conquistam legitimidade e se organizam de forma reconhecida, deixam-se devorar pela rotina e acabam reduzindo seu poder de contestação. Contudo, não é nossa intenção subjugar as responsabilidades apenas sobre este movimento, até porque entendemos esta dinâmica imbricada numa correlação de forças que não dependem apenas de "um lado". Mas é por compreendermos a importância e o valor da pressão dos movimentos sociais que creditamos o poder de mudança a eles, sem o receio de cair no "romantismo", pensamos que esta mudança já está em processo, e o papel político-pedagógico dos movimentos sociais tem mérito nestas conquistas.

Considerando que, segundo pesquisas de Gohn (2006) e Amman (1991), na América Latina os movimentos sociais têm a característica de assumir a educação e a formação de suas lideranças e de sua base, "utilizando-se de parâmetros pedagógicos próprios, singulares e inspirados na educação popular" (Amman, 1991, p.15), que teve seu marco inicial no Brasil entre 1970 e 1980. Os movimentos sociais comprometidos com a justiça social, através de atividades de formação e assessoria têm colaborado para a construção coletiva do conhecimento através de sua atuação ideo-política que desnaturaliza a vida cotidiana da população, e as relações sociais estabelecidas pelos parâmetros burgueses dominantes. Compreender a sociedade civil enquanto espaço de embate e não como sujeito de embate, como a arena de lutas, como já foi citado em Coutinho. As lutas "não são da sociedade civil contra o Estado, mas a luta dos trabalhadores contra o capital", como bem pontuou Montaño (2005, p. 276). Portanto na perspectiva das proposições de Montaño citadas antes, vemos como essencial fomentar o debate sobre a importância do papel político-pedagógico dos movimentos sociais no redirecionamento e recondução das massas a este "projeto coletivo e emancipador".

De acordo com Pedro Demo (2001, p. 92), "o que marca a trajetória do ser humano, mais do que outros atores, é a capacidade de aprender:

de mudar as condições de vida encontradas e sua própria trajetória pessoal". Assim, mesmo com os desafios que podem vir a surgir neste processo de mudança, todos somos seres históricos, e é por esta historicidade que somos passíveis a transformação, por vias da ação política.

Gayatri Spivak, em "Pode o subalterno falar?", parte do diálogo sobre o papel do intelectual entre Foucault e Deleuze no qual eles chegam à conclusão que o intelectual deve falar pelos que não têm voz, aproximando-se do que Gramsci já havia pontuado, em "Os intelectuais e a organização da cultura". Contudo, Spivak chega à conclusão contrária, e diz que o subalterno não fala, porque é exatamente a impossibilidade de falar que funda sua condição, e que ao intelectual resta falar por si e investigar o quanto seus métodos de análise carregam privilégios institucionais. Acreditamos como Gramsci, que o intelectual deve ser capaz de sensibilizar "as massas", mas isto não implica em "falar por elas", e sim, num processo de organização através de ações possibilitadas pelo "poder da informação" que este detém.

Manuel Castells ao definir movimentos sociais salienta seu caráter transformador, dizendo que estes são "ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade" (CASTELLS, 2000, p.20), assim, podemos compreender como as ações desencadeadas pelos movimentos sociais, podem ser utilizadas como instrumentos de construção da contra-hegemonia e de uma nova sociabilidade. Para tanto, podemos nos apoiar na forte influência exercida pela sociedade civil durante a década de 1980 após a abertura do regime militar ditador, cujo protagonismo exercido pelos movimentos sociais acabaram por culminar na construção e aprovação de uma Constituição Cidadã e conseqüentemente na sinalização de um "possível" Estado de Bem Estar Social.

Acreditamos que os movimentos sociais, enquanto espaços associativos, propiciam através do fortalecimento das ações coletivas de determinado grupo uma esfera que transcende o caráter organizativo para uma esfera onde se torna indissociável de um papel político-pedagógico, o qual se dá principalmente pelas possibilidades de fornecer elementos aos seus atores, para a construção de uma cidadania participativa e emancipada, que se efetive pela conquista de direitos através das lutas sociais inseridas no processo histórico.

Contudo, apesar das críticas feitas a forma *onguizada* de atuação do Movimento LGBTTT, não pretendemos colocar lenha na fogueira do pessimismo, muito menos desvalorizar os avanços demarcados nos últimos anos, dessa forma, reconhecemos a contribuição de Gramsci quando o mesmo destaca sobre a necessidade de pessimismo na avaliação e otimismo na ação, e assim compreendermos que não devemos nos iludir sobre a existência da alteridade, do respeito e da cidadania.

### **Homossexualidades e Políticas Públicas: Entre a Universalização dos Direitos e o Reconhecimento da Diferença**

Romper o silêncio e "sair do armário" podem ser bem os gestos pelos quais nos livramos de um certo estado de liberdade, mas isto não nos permite escapar à empresa do poder para se instalar em um lugar exterior a ele [...] Sair do armário, romper o silêncio, é, portanto, um ato de liberdade, não no sentido de uma liberação, mas de uma resistência, de uma virada de jogo (POCAHY, 2007, p. 25).

Elaine Behring (2006, p. -2) afirma que "em geral, é reconhecido que a existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se". Ivanete Boschetti e Elaine Behring (2007, p. 25) revelam que as políticas sociais devem ser entendidas a partir da compreensão de sua inserção na lógica do capital, enquanto "expressão contraditória da realidade" (Idem, p. 39). Temos que considerar também uma "dimensão cultural" que esta relacionada à política, "considerando que os sujeitos sociais são portadores de valores e do *ethos* de seu tempo" (Idem, p. 45).

No Brasil, segundo Behring (2006, p. 13) temos "uma espécie de chegada tardia do neoliberalismo", que esta diretamente relacionada com "a força do processo de redemocratização e questões político-econômicas internas". Boschetti e Behring (2007) identificam na "consolidação conservadora burguesa" a marca da intolerância, sendo que esta tem raízes e sentido político. As classes dominantes "nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social" (Idem, p. 79). É neste cenário

permeado por contradições e correlação de forças que se instalarão as lutas pelo combate a homofobia e por efetivação da "cidadania homossexual".

Para Chauí (1998), a sociedade brasileira tem as raízes de seu autoritarismo no liberalismo, que emerge através de lacunas da democracia, perpassando-a. As práticas sociais, políticas e econômicas, são marcadas por relações de privilégio, favores, assistencialismo, despotismo e clientelismo, que se quer reconhecem os direitos humanos que vão além da mera igualdade jurídica dos cidadãos e cidadãs, por hora também ignorada. Os fatos correntes no cenário político nacional de corrupção e negligência cada vez mais assíduas e "naturais" expressam esta essência autoritária. Assim, "a opressão do outro, principalmente o mais fraco, torna-se uma diversão nacional, que transcende as classes sociais" (MELLO, 1999, p. 142).

Atualmente, com o aumento do número de pessoas pertencentes ao segmento LGBTT que passam a tornar público os seus desejos afetivo-sexuais com maior frequência, pode-se acabar desenvolvendo leituras equivocadas da conjuntura social brasileira e do tratamento voltado à parcela homossexual da sociedade. Tais equívocos remetem a falsa polêmica sobre os espaços conquistados por esse segmento social, que acaba por culminar na convicção ilusória de reconhecer uma espécie de cidadania homossexual.

Os prejuízos para o segmento LGBTT podem ser claramente identificados através dos direitos preconizados na Constituição Federal (CF) de 1988, denominada como Constituição Cidadã, porém, no caso da população homossexual, o negligenciamento materializa a concepção da "não-cidadania" e do nada pode, pois a inacessibilidade dos direitos supostamente universais acaba demarcando as barreiras e obstáculos vivenciados pelo segmento LGBTT ao longo das quase duas décadas de promulgação da CF. Porém, faz-se necessário ressaltar que, o advento do Movimento LGBTT no Brasil deu-se no fim dos anos 70 e início da década de 80, e é neste período que a Constituinte se instala, mas o movimento LGBTT ainda "imaturo" não conseguiu "barganhar" o termo orientação sexual nos principais artigos da CF de um Brasil pós-ditatorial. Esta não explicitação tem contribuído para este negligenciamento e para a perpetuação da violência e das constantes violações.

A luta pela ampliação dos direitos civis à população LGBTT deu início ao debate por direitos a este segmento. A insatisfação com ausência de direitos já conquistados, mas não efetivados pela limitação a orientação sexual e identidade de gênero consolidou-se como grande

motivador de luta até o final da década de 90. Sendo impossibilidade do "casamento" o almejado "pote atrás do arco-íris" durante este período, mas os anos do projeto Marta Suplicy "na gaveta" (que foi a tempestade no copo d'água dos deputados e senadores evangélicos) e o grande embate com as lideranças políticas conservadoras colocaram em tela outros interesses deste movimento. Desde o início do Novo Milênio, as preocupações do Movimento LGBTTT giram em torno do combate a homofobia, em termos jurídicos. Nota-se que as "antigas" bandeiras do casamento/parceira/união civil e adoção foram colocadas num patamar hierárquico mais baixo que a questão da criminalização da homofobia – elencada como maior prioridade na atualidade, em especial, pela aprovação do PL 122/2006.

Este projeto tem o objetivo de alterar a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, definindo os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Como efeito de condenação, destacamos para fins de discussão neste artigo, as seguintes penalidades: multa de até 10.000 UFIRs; perda de cargo público; suspensão de estabelecimento (em caso de bares, motéis e outros estabelecimentos); e reclusão de 2 a 5 anos;

Sabemos que reconhecer desigualdades históricas através de políticas públicas é uma alternativa compensatória tão liberal quanto a transferência de responsabilidades do público para o privado, e que tem levado os movimentos sociais às ruas. Os "ganhos" jurídicos constantes em detrimento da eficiência do legislativo tem se naturalizado no discurso do movimento LGBTTT, bem como o fascínio acrítico pela "punição" ao que lhe violenta. A aprovação do PL 122/2006 parece inevitável, mas ao mesmo tempo coloca em questão nossa ineficiência para construirmos uma sociedade pautada na defesa dos direitos humanos e por valores éticos como a liberdade e a alteridade.

## **O GOVERNO LULA, O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA E "OUTRAS PROMESSAS": O POTE ATRÁS DO ARCO-ÍRIS?**

Ao longo das três últimas décadas, a violação de direitos humanos e sociais, a invisibilidade nas políticas públicas e a intolerância vivenciada

nas relações sociais são fortalecidas principalmente pelos princípios religiosos judaico-cristãos, que estabelecem como desnaturais e obscenos as práticas afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, vem pondo em tela a necessidade do debate pela efetivação do Estado laico, já garantido constitucionalmente no Brasil. A forma como este Estado tem configurado suas políticas sociais demonstra a insensatez de uma heterossexualidade compulsória<sup>6</sup> e normativa.

Porém, o ano de 2001 parecia “mágico” para o Movimento LGBTT, a possibilidade eleger Lula e rumar a bandeira do arco-iris lado a lado com a bandeira nacional era uma certeza “quase” impossível de não ser concretizada. Durante vários momentos, quando governos municipais ou estaduais tiveram a frente o Partido dos Trabalhadores (PT), o diálogo dava-se com eloquência e disposição pela “mudança”. Algumas das leis municipais e estaduais que coíbem a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero que existem tiveram grande apoio deste partido para sua aprovação. O fato de um percentual expressivo das “lideranças<sup>7</sup>” do Movimento LGBTT brasileiro serem vinculadas ao PT direcionou também há muito este diálogo, mas é fato que a “esquerda” sempre foi mais “simpatizante” as questões LGBTT, e tem se tornado cada vez mais.

Após ganhar a eleição, o governo Lula precisou de 24 meses para cumprir sua primeira “promessa”, construída junto aos “petistas” do Movimento LGBTT cada qual representando “sua” ONG, que neste governo ganhou mais “força e apoio”. As políticas neoliberais – iniciadas no Governo Collor a partir de 1989 e consolidadas no Governo de Fernando Herinque Cardoso – se evidenciam também no atual Governo Lula, conforme se pode constatar nos objetivos do Plano Plurianual – PPA 2004-2007 em que se destaca o diálogo e apoio financeiro por parte do Estado às instituições não-governamentais. Confirmam-se assim, sob nosso ponto de vista, as reflexões de Montaño (1999) em relação aos mecanismos que fazem a responsabilidade pela garantia de direitos sociais através da formulação de políticas públicas e demais ações nesse sentido transitar “das lógicas do Estado às lógicas da sociedade

<sup>6</sup> Para Navarro-Swain (2000, p.17), “a heterossexualidade compulsória é um fenômeno relativamente recente na história humana, passa a ser a regra universal, o que determina a integração social nos papéis do “verdadeiro” masculino e feminino. Os limites de tolerância de práticas sexuais diversas dependem do grau de hegemonia de heterossexualidade enquanto norma absoluta ou escolha possível”.

<sup>7</sup> Entendemos aqui, a palavra liderança no sentido de possuir representação nacional, e credibilidade coletiva. Contudo, entendemos a problemática da utilização deste termo, posto que para existir liderança tenha que existir “liderados”. Isto no Movimento LGBTT brasileiro tem sido refutado, no sentido de uma perspectiva de horizontalidade na atuação política em alguns grupos, porém ainda há os que trabalham neste sentido, como a ABGLT.

civil" (Idem, p. 48). Entendemos que intenções como essas significam, em verdade, um ato de transferência de responsabilidade – maquiado por uma pseudo-participação – na qual a categoria sociedade civil aparece notoriamente no discurso governamental enquanto co-partícipe da transformação de uma sociedade injusta e excludente em uma sociedade justa e solidária.

Assim no ano de 2004, prestes a campanha de reeleição, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), foi lançado o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), com o objetivo de *"promover a cidadania GLBT, a partir da equi-paração de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais"* (CONSELHO, 2004). O programa é pioneiro no Brasil e pode ser considerado como a primeira política pública destinada exclusivamente a população LGBTT. Porém, após 03 anos de seu lançamento, sua atuação não conseguiu se ampliar e transversalizar as políticas macro e com alguns números de: apóio a projetos de ONG's; capacitação de militantes e ativistas (a maioria vinculada a ABGLT, que tem uma relação fraterno-paternal com o PT); criação de alguns núcleos de pesquisa em universidades públicas; projetos de capacitação de professores da rede pública; programas na área de saúde e prevenção de DST/AIDS; e a criação de alguns centros de referência em direitos humanos e combate a crimes de homofobia (que em sua maioria estão de portas-fechadas hoje). Atividades dispersas e sem continuidade, envolvendo muito mais as próprias ONG's que *fazem* ativismo que órgãos estatais.

No entanto, dentre essas "promissoras promessas", o governo conseguiu realizar a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em junho de 2008. Os estados tiveram que, por vias de decreto, organizar suas conferências e enviar seus delegados e suas delegadas para Brasília, para coletivamente pautar propostas de políticas públicas para esta população. E com o "brilho" de um acontecimento inédito no mundo todo, pois nunca houve algo deste tipo em nenhum outro país, e a presença do "presidente pop-star" na abertura, que surgiu sob gritos frenéticos e fez questão de colocar boné da ABGLT e segurar a bandeira do arco-íris, iniciou-se a inédita conferência. O ineditismo e as 2.000 pessoas que transitaram pela conferência deixaram "um ar" de "agora vai", mas preocupa-nos o cenário de "país das maravilhas". Afinal, seria o Lula e o governo neoliberal do PT, o pote atrás do arco-íris?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o discutido neste artigo, percebemos que o diálogo entre sociedade civil e Estado é necessário para a efetivação de direitos sociais, em moldes universalizantes e igualitários. O direito a expressão das individualidades não pode ser confundido no discurso hegemônico de uma sociedade liberal como direito a oportunidade de igualdades, o que não é o bastante para considerarmos todos iguais. Senão, apenas a existência de leis e punições à discriminação bastaria para que todos se despissem dos preconceitos. A garantia dos direitos, por sua melhor formulação, não garante o acesso a eles como tais.

No que tange a atuação do Movimento LGBTT, acreditamos que a formação política e intelectual das militantes deve ser priorizada, colocando em questão a necessidade de articularmos parcerias com as universidades, no intuito de nos apropriarmos dos saberes acadêmicos para ressignificarmos nossas práticas. Precisamos retomar o caráter contestador e transformador dos movimentos sociais, assim é preciso também que ressignifiquemos a prática do movimento LGBTT. Contudo, não é nossa intenção subjugar as responsabilidades apenas sobre este movimento, até porque entendemos esta dinâmica imbricada numa correlação de forças que não dependem apenas de "um lado". Mas é por compreendermos a importância e o valor da pressão dos movimentos sociais que creditamos o poder de mudança a eles, sem o receio de cair no "romantismo", pensamos que esta mudança já está em processo, e o papel político-pedagógico dos movimentos sociais tem mérito nestas conquistas.

Assim, verificamos que o Programa Brasil sem Homofobia tem caminhado a "passos de formiga" na defesa dos/as homossexuais, contudo a criação do Programa BSH vem como um marco político no reconhecimento de diferenças sócio-sexuais, como primeira política pública voltada à população LGBTT. Todavia, é preciso garantir que o Programa BSH, torne-se uma política de Estado e não apenas de governo. Afinal, não se pode ficar a mercê da proteção e garantia da vida apenas quando o governo é de esquerda. Pois, ainda que a o reconhecimento da diferença ocorra em detrimento da universalização dos direitos neste programa, é necessário pautar a questão das desigualdades de orientação sexual e identidade de gênero na agenda pública. Assim, acreditamos como Mézaros (2005) ao citar José Martí, que *"as soluções não devem ser apenas formais; elas devem ser essenciais"*.

Finalizar a presente reflexão, que não se esgota aqui, frente à conjuntura política constatada é compreender a urgência do aprofundamento da luta, no sentido de "levar as políticas sociais ao limite de cobertura numa agenda de lutas dos trabalhadores", é fundamentalmente "tarefa de todos os que têm compromissos com a emancipação política e a emancipação humana, tendo em vista elevar o padrão de vida das maiorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais" (BEHRING & BOSCHETTI, pg. 190, 2007), sem distinções de identidade gênero, raça, etnia e orientação sexual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMMAN, S. B. **Considerações críticas sobre o conceito de participação.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, 1991.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: **Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** Rio de Janeiro: UERJ, 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2007.
- BUTLER, Judith. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** In: Cadernos Pagu., n.21, 2003. Universidade Estadual de Campinas, p.219-270.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** -12 ed. - São Paulo: Cortez, 2007
- \_\_\_\_\_. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher.** V.4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 23-62.
- COUTINHO, C. N. **Notas sobre cidadania e Modernidade.** Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social. Vol 1 n 1 PGESS/UFRJ & DPA, Rio de Janeiro, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias.** São Paulo: Cortez, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DEMO, Pedro. **Cidadania Pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas: Movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90**. São Paulo: Garamond, 2005.

FREIRE, Silene. **As armadilhas da recente notoriedade da sociedade civil no Brasil**. In: FREIRE, Silene de M.; FREIRE, Lúcia M. B.; CASTRO, Alba T. B. Serviço social, política social e trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GOHN, M. G. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONGS e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2006.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Disponível em: <[www.vermelho.org.br/img/obras/brumario.rtf](http://www.vermelho.org.br/img/obras/brumario.rtf)>

MELLO, Luiz. **Família no Brasil dos anos 90: um estudo sobre a construção da conjugalidade homossexual**. (Tese de Doutorado). Brasília: UNB, 1999.

MESZAROS, István. **Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTANO, Carlos. **Das “lógicas do Estado” as “lógicas da sociedade civil”**: Estado e terceiro setor em questão. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 59 - Ano XX. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2005.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Brasiliense, 2000. (Co. Primeiros Passos).

PETRAS, James. **Neoliberalismo**: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: Ed. FURB, 1999.

POCAHY, Fernando. Um mundo de injúrias e outras violações. Reflexões sobre a violência heterossexista e homofóbica a partir da experiência do CRDH- Rompa o silêncio. In: POCAHY, F. (Org.). **Rompendo silêncio**: Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, F. (Org.). **Rompendo silêncio**: Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SIMIONATTO, Ivete. Estado e Sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização? In: **Cadernos Especiais** n.39, edição 23 de outubro a 20 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>.

SPIVAK, Gayatri C. **Can the Subaltern Speak?**: Speculations on Widow Sacrifice. *Wedge* 7 (8), 1885: 120- 130.

TOURAINÉ, Alain. **Na fronteira dos Movimentos Sociais**. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922006000100003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922006000100003&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 20 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. **Poderemos viver juntos?** Petrópolis: Vozes, 1997.

ZIBECHI, Raul. Movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana. **Pensamento Crítico e Movimentos Sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.



## **Instruções aos autores para as próximas publicações**

A revista *Cadernos de Serviço Social* da Faculdade de Serviço Social/PUC-Campinas periódico semestral, é distribuída para as Universidades e regiões do país. Aceita trabalhos na área de: Serviço Social, Políticas Públicas, Ciências Humanas, Educação e outras áreas afins, com enfoque em práticas sociais.

Os trabalhos deverão ser digitados no programa Word 6.0 ou 7.0 for Windows, com espaço 1,5 e letra arial tamanho 10, margens esquerda 3 cm e demais 2,0 cm, CD-ROM.

- Encaminhar CD-ROM e duas cópias em papel.
- Os trabalhos deverão conter resumo, abstract, palavras-chave e key-words.
- Texto contendo aproximadamente até 25 páginas.
- Enviar, em folha avulsa, nome completo, endereço, e-mail, título do trabalho e instituição de origem para contatos posteriores.
- Ao título do trabalho deverá seguir o nome do autor/autores e em nota de rodapé devem constar instituição à qual o autor é vinculado bem como demais dados referentes ao artigo.

Tabelas, quadros e legendas deverão vir referidos no texto.

A bibliografia deve seguir as normas da NBR 6023: 2000 da ABNT.

Cabe ao Conselho Editorial propor alterações necessárias para a sua publicação, aos artigos não selecionados os autores serão informados.

Os trabalhos deverão ser enviados para:

Prof<sup>a</sup>. Sandra Corrêa Forster Joanini

PUC-CAMPINAS / Campus I / REVISTAS CCHSA

Rod. Dom Pedro I, km 136, - Pq. das Universidades

CEP: 13086-900 Campinas – SP

E-mail: [cchsa.revista@puc-campinas.edu.br](mailto:cchsa.revista@puc-campinas.edu.br)

Fone: (0xx19) 3343-7096

Os textos apresentados nesta publicação são de inteira responsabilidade dos autores, e nenhuma arte desta obra pode ser reproduzida sem autorização Expressa dos autores.

---

---

CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL é uma edição semestral  
Faculdade de Serviço Social - PUC-Campinas  
Rodovia Dom Pedro I, km 136  
Parque das Universidades - Campinas - SP  
CEP 13086-900 - Campinas - SP  
*E-mail:* [cchsa.revista@puc-campinas.edu.br](mailto:cchsa.revista@puc-campinas.edu.br)  
Telefone (019) 3343-7096 FAX: (019) 3343-7411

---

